



PALOP

Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Valter Pomar (organizador)

Paulo Okamoto

Rita Camacho

Acácio Almeida

Miguel de Barros

Jonuel Gonçalves

José Luís Cabaço

Beluce Bellucci

Vera Duarte

Inocência Mata

Walton Nascimento da Trindade

Elen Coutinho

Carolina Bezerra Machado



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL



PALOP

Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Valter Pomar (organizador)

Paulo Okamoto

Rita Camacho

Acácio Almeida

Miguel de Barros

Jonuel Gonçalves

José Luís Cabaço

Beluce Bellucci

Vera Duarte

Inocência Mata

Walton Nascimento da Trindade

Elen Coutinho

Carolina Bezerra Machado

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

COLEÇÃO INTERNACIONAL

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci,
Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi,
Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da publicação: Valter Pomar

Revisão: Rita Camacho

Projeto gráfico e diagramação: Emilio Font

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da Fundação Perseu Abramo e não representa necessariamente a posição da FRL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P843p Pomar, Valter
PALOP : cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa / Valter Pomar et alii - São Paulo : Fundação Perseu Abramo; Fundação Rosa Luxemburgo, 2025.

216 p. (Coleção Internacional)

ISBN 978-65-5626-122-5

1. Moçambique 2. Guiné-Bissau 3. Angola 4. Cabo Verde 5. Lutas pela independência - África
6. São Tomé e Príncipe 7. Exílio 8. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa I. Título II. Pomar,
Valter III. Okamoto, Paulo IV. Camacho, Rita V. Almeida, Acácio VI. Barros, Miguel de VII. Gonçalves,
Jonuel VIII. Cabaço, José Luis IX. Bellucci, Beluce X. Duarte, Vera XI. Mata, Inocência XII. Trindade,
Walton Nascimento da XIII. Coutinho, Helen XIV. Machado, Carolina Bezerra



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

Sumário

Prefácio 5

VALTER POMAR

Apresentação 7

PAULO OKAMOTTO

Mesas temáticas trouxeram reflexões sobre passado, presente e futuro dos PALOP em dois dias de evento 10

RITA CAMACHO

Abertura

Por uma perspectiva de justiça histórica e reparação 34

ACÁCIO ALMEIDA

Cinco décadas de independência e os percursos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: a trajetória da Guiné-Bissau 38

MIGUEL DE BARROS

Angola na presente conjuntura global e algumas raízes 51

JONUEL GONÇALVES

Génese e morte de um partido popular 66

JOSÉ LUÍS CABAÇO

A luta permanente do povo moçambicano 82

BELUCE BELLUCCI

Cabo Verde, a emergência de um país devido à fome 106

VERA DUARTE

A trajetória de São Tomé e Príncipe: entre a herança colonial, os (in)cumprimentos pós-coloniais e os desafios do futuro 122

INOCÊNCIA MATA

Reflexões sobre os 50 Anos de Independência de São Tomé e Príncipe 149

WALTON NASCIMENTO DA TRINDADE

Encerramento

Seminário foi ação de memória crucial para a relação Brasil-África 152

ELEN COUTINHO

Encerramento

Evento trouxe debates potentes que nos ajudam a repensar a própria história 155

CAROLINA BEZERRA MACHADO

Exílio de brasileiros e brasileiras na África: relatos sobre o sonho do socialismo 159

RITA CAMACHO

Prefácio

VALTER POMAR

Diretor de cooperação internacional da Fundação Perseu Abramo

Este livro reúne parte das contribuições apresentadas durante o **Seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**, realizado nos dias 13 e 14 de março de 2025 no campus São Bernardo da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O Seminário foi concebido e organizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio do Núcleo de Cooperação Internacional, contando com a parceria da UFABC, através do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Bacharelado de Relações Internacionais, do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e do Centro Acadêmico de Relações Internacionais.

A íntegra do Seminário está disponível em formato de vídeo e pode ser acessada no canal da Fundação Perseu Abramo no YouTube. Um resumo dos debates realizados no Seminário, acerca de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, está num dos textos deste livro, escrito por Rita Camacho. Também é dela a revisão e preparação do conjunto do livro, além da autoria de um segundo texto, neste caso, com relatos do exílio de brasileiros e brasileiras nestes mesmos países.

Além dos dois textos citados e deste Prefácio, o presente livro traz textos de Paulo Okamoto e Elen Coutinho, da diretoria da Fundação Perseu Abramo; de Acácio Almeida e Carolina Bezerra Machado, professores da UFABC; de Miguel de Barros, Jonuel Gonçalves, José Luís Cabaço, Beluce Bellucci, Vera Duarte, Inocência Mata e Walton Nascimento da Trindade, expositores ou comentaristas no Seminário.

Além das pessoas já citadas e da contribuição dada por docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos da UFABC, o Seminário foi possível graças ao esforço coletivo da equipe da Fundação Perseu Abramo, com destaque para as equipes da Comunicação e da Cooperação Internacional, como é o caso de Mila Frati, Fábio Al-Khouri e Emílio Font.

Finalmente, vale destacar que o Seminário e esta publicação são contribuições que a Fundação Perseu Abramo oferece no sentido de ampliar a relação do Partido dos Trabalhadores com os partidos políticos e com os movimentos sociais do continente africano.

Os textos a seguir demonstram a importância e a urgência de preenchermos esta lacuna. Boa leitura!

Apresentação¹

PAULO OKAMOTTO

Presidente da Fundação Perseu Abramo

A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS SÓ SÃO POSSÍVEIS SE HOUVER AMIZADE E RELACIONAMENTO

Na sala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Instituto Lula, em São Paulo, tem um mapa que é o nosso orgulho: ali estão assinalados os países e a quantidade de vezes que ele os visitou. E, quando a gente olha a África, vemos que foram dezenas de viagens, sendo o continente mais visitado. Em muitas dessas viagens, principalmente após as duas primeiras presidências de Lula, eu o acompanhei em muitas delas e, também, quando fui presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

E isso é um orgulho porque, para refletir e realizar planos de cooperação internacional, é fundamental ter amizade, relacionamento, além de conhecer e compreender a história e a realidade dos países e povos. Por isso, fazer atividades como o Seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa fortalece o sentido estratégico de solidariedade.

1.A íntegra da apresentação de Paulo Okamoto no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=5GYIcayhPE0>

Essa iniciativa também se destaca por promover um espaço de reflexão e troca de conhecimentos sobre os processos de descolonização enfrentados por países como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Além disso, o evento reafirma o compromisso da Fundação Perseu Abramo e da Universidade Federal do ABC com o fortalecimento de laços internacionais e a difusão de conhecimentos sobre temas fundamentais relacionados à luta pela autodeterminação e soberania dos povos.

Assim como no Brasil, a luta pela independência nestes países foi marcada por resistência, sangue e a afirmação de autodeterminação dos povos africanos. Em comum com o nosso país, também temos a resignificação da língua portuguesa. Como aponta o escritor moçambicano Mia Couto, a língua portuguesa é um motim de guerra que os africanos se apropriam quando vencem as guerras pela independência e transformam essa língua em algo próprio, em algo que seja deles. Temos que aproveitar este fator e nos conhecer mais e melhor.

É por isso que o Brasil tem se dedicado a fortalecer vínculos entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tema deste seminário, junto com as Zonas de Paz e a Cooperação do Atlântico Sul. Baseada no diálogo, a relação Sul-Sul avançou de forma importante como construção coletiva e conjunta, negando uma ideia prevalente, até então, de hierarquia entre os países. Além de ser o continente que mais visitou, Lula criou na África 19 Embaixadas durante os seus mandatos. A movimentação financeira entre o Brasil e os países africanos chegou a ser de 30 bilhões de dólares em 2013.

Mas o cenário atual nos impulsiona a refletir sobre o papel dos países em desenvolvimento na geopolítica mundial, principalmente diante de forças extremistas que querem dominar através da imposição de medidas unilaterais, dificultando o crescimento dos países mais pobres.

A corrida por minérios e as chamadas terras raras que fornecem a base da chamada “nova cadeia produtiva” para os monopólios de tecnologia — aliados de primeira hora de Donald Trump — coloca a aliança entre nossos países como estratégica para o futuro de nossas nações.

Precisamos nos empenhar para tornar realidade a Aliança Global contra a fome e a miséria, importante resolução do G20. Para isso, é necessário defender a criação de um sistema tributário internacional no qual as grandes corporações contribuam e também haja a taxaço dos chamados super-ricos.

Sem o mínimo de ajustamento e busca de mais equilíbrio social, a fome, as desigualdades e as mudanças climáticas vão agravar o nível de civilidade e a deterioração do ser humano e do planeta.

É por isso que tanto o Seminário quanto a sistematização dele em livro são tão importantes. Eles reforçam a relevância de compreender a história das lutas na África e, especificamente, a batalha pela libertação dos povos africanos de língua portuguesa como parte integrante de uma agenda mais ampla de justiça social e igualdade no mundo.

Boa leitura. E, se gostar do livro, repasse para que mais pessoas conheçam e se solidarizem com os povos africanos.

Um abraço.

Mesas temáticas trouxeram reflexões sobre passado, presente e futuro dos PALOP em dois dias de evento

RITA CAMACHO

Jornalista

O Seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) teve debates intensos acerca da luta independentista, da trajetória nos últimos 50 anos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, suas relações com o continente e o mundo e, principalmente, seus desafios.

Realizado nos dias 13 e 14 de março de 2025 no auditório 2 do edifício Beta do campus São Bernardo do Campo da Universidade Federal do ABC (UFABC), no Estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil, o encontro reuniu representantes dos cinco países e outros convidados.

Na manhã do dia 13, Valter Pomar, professor da UFABC e diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo (FPA) – promotora do evento em parceria com a UFABC – coordenou a mesa de abertura, que trouxe Paulo Okamoto, presidente da FPA, e o professor Acácio Almeida em representação ao Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB).

Paulo Okamoto mencionou sua preocupação em estimular a relação Brasil-África enquanto esteve à frente do Instituto Lula e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Em-

presas) Nacional. Destacou o papel do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que “não ficou só em discursos” no que diz respeito à aproximação com os países do continente africano. “Talvez ele seja o presidente brasileiro que mais viajou à África”, durante e após estar na Presidência da República.¹

O professor Acácio Almeida defendeu que “as celebrações dos 50 anos de independência devem ir além do simbolismo, inserir-se em uma perspectiva de justiça histórica e reparação”. Para Almeida, os povos do Sul entenderam “que existe uma consanguinidade abominável de todos os sistemas de exploração e de opressão que, sucessivamente, e ao longo dos séculos, o Ocidente nos impôs. Logo, o Brasil não pode ser um mero observador”.²

Guiné-Bissau

O evento seguiu em seu dia de estreia com a mesa sobre Guiné-Bissau, que teve como mediadora com a professora Maria Carlotto, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. “Com muito orgulho, nós temos uma linha de pesquisa sobre trajetórias do Sul, África, Ásia, América Latina e Caribe, nesse espírito de incentivar a pesquisa sobre essas regiões. Também porque temos, justamente por isso, muitos alunos da Guiné-Bissau”, destacou a professora.

Antes do início das exposições, um desses estudantes, Jacque Mario Almeida Ié, pós-graduando de Relações Internacionais da UFABC, homenageou um conterrâneo, Américo Gomes, “um dos melhores músicos da Guiné-Bissau”, primeiro artista do país a conseguir um disco de prata, em 2001, e falecido em 19 de fevereiro de 2025.

1. A íntegra da apresentação de Paulo Okamoto no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=5GYIcayhPE0>

2. A íntegra da apresentação do professor Acácio Almeida no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=P29Ux7PLmM>. Esta publicação também traz artigo do professor sobre a temática do Seminário.

Em seguida, tomou a palavra o expositor principal da mesa, o sociólogo guineense Miguel de Barros, coordenador da Célula de Pesquisa em História, Antropologia e Sociologia do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC) e membro do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África.

Barros exibiu um pequeno vídeo do arquivo da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) no qual os presentes puderam ver imagens da cerimônia em que se fazia a leitura da declaração de independência da Guiné-Bissau por autoridades portuguesas. Ao final da exibição, explicou que o fazia para “manter uma vigilância com a história” e alertar que aquilo era uma falsa informação. “A nação guineense não nasceu com o reconhecimento da independência por parte de Portugal. Antes das independências, lutas de libertação. A Guiné-Bissau fez durante 11 anos luta de libertação armada que derrotou o exército colonial na Guiné-Bissau e acabou com o império colonial português em África, obrigando Portugal a reconhecer as independências de todas as outras nações que estavam sob o jugo colonial. E mais, a pessoa que vocês viram assinar a Declaração de Reconhecimento da Independência, o General António de Spínola, que foi, depois, presidente de Portugal, trazido pelo Movimento das Forças Armadas com a Revolução dos Cravos, ele foi o principal derrotado na Guiné-Bissau como governador da Província da Guiné. Portanto, é a luta de libertação nas ditas colônias portuguesas que levou ao 25 de Abril e não o 25 de Abril que reconheceu as independências”.

O expositor destacou a colaboração de dois brasileiros no período pós-independência: Paulo Freire, que ajudou a “refundar o processo da construção da identidade nacional pós-independência junto ao ministro da Educação, Mario Cabral, a partir dos anos 70”; e Ladislau Dowbor, “o mais popular” do grupo de planejadores juntamente com o Ministério do Plano, que trabalhou “para a concepção de programas de meio e longo prazo, para a redefinição daquilo que eram as linhas orientadoras e econômi-

cas, entendendo que a economia da colonização foi sempre uma economia de exportação, de exploração, e muito voltada para o mercado ocidental.”

Depois de fazer uma explanação sobre as primeiras décadas pós-independência, resumiu: “Perdemos a autonomia política em 1984, e, em 1996 perdemos a autonomia econômica. E, quando chegamos a 1998, dá-se um conflito político-militar, devido à crise do próprio sistema político, a crise do regime, e, após esse conflito político-militar, nós entramos na crise do próprio Estado. Essa crise do Estado foi mediada por três instituições, Nações Unidas, CEDEAO [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental] e CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], que criaram gabinetes permanentes da Guiné-Bissau para a estabilização do país. Ou seja, passamos a ter a tutela política, a tutela econômica e a tutela militar”. Na opinião de Barros, essa combinação de tutelas “desestruturou completamente aquilo que é hoje o Estado da Guiné-Bissau. Asfixiou qual é a visão da construção da nação, asfixiou qual é o potencial econômico da Guiné-Bissau”.³

Para comentar a exposição de Barros, a mesa contou com dois convidados: Rubilson Velho Delcano, doutor pela UFABC e professor na Universidade Federal do Maranhão, e Paris Yeros, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC.

Delcano iniciou sua fala afirmando que os guineenses não são lusofalantes “e muito menos lusopensantes” e explicou que, para Amílcar Cabral, a Língua Portuguesa “serviria como instrumento, uma ferramenta de conexão entre esses países africanos, e que não só outrora foram subjugados por uma lógica imperialista do regime fascista de Portugal, e ele dizia que, no período pós-independência, seria uma ferramenta de aproximação, de reconhecimento desse laço histórico e também de uma possibilidade

3. A íntegra da apresentação de Miguel de Barros pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=S4NjIeb9IHQ>. Esta publicação traz também um resumo e a transcrição completa da exposição de Miguel de Barros.

da construção da unidade africana que é a visão panafricanista de Amílcar Cabral, ele acreditava na unidade do continente”.

Tendo ouvido o diagnóstico feito por Miguel de Barros, Delcano se propôs a pensar um novo caminho a partir de uma concepção metodológica de Amílcar Cabral, que ele chamava de processo de reafrikanização do espírito. “Para mobilizar aquilo que ele chamava de pequena burguesia para a luta pela independência e, no pós-independência, esse método, essa metodologia foi reduzida a esse processo identitário de uma reconexão dessa pequena burguesia com a realidade cultural da África. Eu compreendo e tenho refletido sobre isso ao longo dos últimos anos [...] como essa abordagem metodológica de Amílcar Cabral ultrapassa essa dimensão identitária. A reafrikanização do espírito era um método de abordagem e também uma visão estratégica de desenvolvimento que foi traído no pós-independência, e eu volto aqui àquela análise em que eu dizia que falar da refundação do Estado da Guiné-Bissau pressupõe que os desígnios que nortearam a sua fundação eram desígnios falhos, e não é verdade, portanto, a reafrikanização de espírito pressupõe, no meu entendimento, uma rearticulação desses fundamentos que caracterizaram a luta pela independência da Guiné-Bissau, ou da Guiné-Bissau e do Cabo Verde, porque esses fundamentos foram traídos, havia um projeto de nação e construção e o processo foi traído começando, inclusive, com o seu próprio partido...”⁴

Entre outras contribuições ao debate, Paris Yeros destacou o legado de Cabral como intelectual. “Foi não apenas um grande pensador e uma grande liderança da Guiné e Cabo Verde, mas foi possivelmente o maior mais sistemático pensador que aquela geração de intelectuais e lideranças já tiveram”. Para ele, apesar de menos conhecidos, os estudos agrários de Cabral nos anos 50 foram muito importantes. “Cabral foi um grande analista da formação social africana, a sua análise era voltada para a libertação,

4. A íntegra da apresentação de Rubilson Delcano no Seminário pode ser acessada aqui: https://www.youtube.com/watch?v=d6QfvCE4_rk

não fazia qualquer análise para qualquer outro fim, era voltada para entender a libertação, para formular táticas e estratégias para fins de levar para frente a revolução nacional. Destacava a própria questão da terra, a sua importância nessa formação social, que para a produção e a sua reprodução social dependia tanto da terra. Ao mesmo tempo, Cabral tinha uma capacidade de mergulhar em nuances sobre a classe trabalhadora existente, uma pequena classe trabalhadora, um pequeno proletariado e as diversas situações também que o campesinato se encontrava”.⁵

Em seguida às falas do expositor e dos comentaristas, a professora Maria Carlotto deu oportunidade ao público de fazer perguntas aos convidados, dinâmica aplicada também nas outras quatro mesas realizadas durante os dois dias de evento.⁶

Angola

A segunda mesa temática do seminário, dedicada à trajetória de Angola, foi coordenada por Monica Valente, diretora da Fundação Perseu Abramo e secretária-executiva do Foro de São Paulo. Ao mencionar a música *Morena de Angola*, de autoria de Chico Buarque, Monica afirmou que “nós, brasileiros e brasileiras, temos, também com Angola, muita familiaridade cultural, assim como com muitos outros países da África”.

O expositor angolano foi Jonuel Gonçalves, pesquisador associado do Núcleo de Estudos Estratégicos Avançados da Universidade Federal Fluminense (NEA/UFF) e investigador do Instituto Universitário de Lisboa (SCTE-IUL).

Antes de falar da Angola atual, o expositor fez considerações sobre alguns conceitos. Relações raciais: “Eu faço parte daqueles que se situam na definição de não racial. Ou seja, como resposta ao racismo, o não racial”. Partido único: “Do meu ponto de

5. A íntegra da apresentação do professor Paris Yeros no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=AKojjXtWZhY>

6. O bloco de perguntas e respostas da mesa sobre a trajetória de Guiné-Bissau pode ser acessado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=kl1zOILa9A8>.

vista, é ditadura, porque é monopólio de poder político, em qualquer situação”. Identidade: “Se transformou numa prioridade do diferencialismo, ou seja, o direito à diferença virou ideologia, como o próprio identitarismo, e significa fragmentação, significa sublinhar aquilo que é diferente dos seres humanos, em detrimento daquilo que é semelhante”. Desenvolvimento: “O que é fundamental é que a noção de desenvolvimento não é nem eurocêntrica, nem norte-cêntrica, nem ocidental-cêntrica, já são essas expressões que eu tenho também resistência a elas, estamos vendo como é que o mundo está neste momento. O que me parece fundamental é que a noção de desenvolvimento é construída em cima da constatação de que há um centro e uma periferia, e isso é fundamental, e que o centro é muito restrito, e que a entrada neste centro sempre se fez na base de grandes conflitos, provavelmente, este agora é para isso, para passar de G7 a G8, G9, foi assim na Primeira Guerra Mundial, era só a Europa, entrou o Japão e entraram os Estados Unidos. Por que entraram? Porque demonstraram força militar. Estamos nessa.”

O pesquisador angolano residente no Brasil foi observador na última eleição em Angola, em 2022, quando o presidente João Loureço (MPLA⁷) foi reeleito. “Eu não vi fraude nenhuma”. A correlação de forças hoje na Assembleia Nacional de Angola é a seguinte: MPLA (124 deputados); UNITA⁸ (90); FNLA⁹, PRS¹⁰, PHA¹¹ (dois deputados cada). “Estes resultados são sobre votos válidos. Significa que nenhum partido em Angola faz acima de 25% do eleitorado todo. [...] Então não havia nenhum partido que representasse, isto tem tradição nas próprias dissidências que surgiram durante o movimento de libertação”.

7. MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola.

8. UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola.

9. FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola.

10. PRS, Partido de Renovação Social.

11. PHA, Partido Humanista de Angola.

Na avaliação de Jonuel Gonçalves, dois aspectos marcam a presidência desde 2017. “Poucos dias depois da tomada de posse de João Lourenço, ele declarou duas coisas. A primeira é que era preciso combater a corrupção, estivesse onde estivesse. E atingiu imediatamente a família do ex-presidente [José Eduardo dos Santos], que uma semana antes de sair da Presidência fez concessões absolutamente absurdas em termos de, sem concurso, um despacho presidencial, atribuindo contratos faraônicos a pessoas da sua família ou relacionados com ela. Eu também não quero fazer acusações a ninguém, porque tudo isto está em andamento de processos e eu ainda não vi ninguém ser condenado. Só vi alguns desvios para o exterior que foram recuperados. Mas a segunda coisa que nós notamos, já antes destes dias, no discurso do novo presidente, e isso está definindo Angola até hoje, quando ele definiu os aliados da Angola, colocou os Estados Unidos em primeiro lugar. E, realmente, a partir daí, Angola foi se tornando gradualmente o principal aliado para qualquer coisa dos Estados Unidos na África subsaariana. Há alguns elementos que se foram desenvolvendo ao longo do tempo, como acordos militares que não são revelados”.¹²

Os comentaristas da mesa sobre a trajetória de Angola foram o sociólogo brasileiro e dirigente do PT na Bahia Jonas Paulo de Oliveira Neres, que esteve exilado em Angola, e a ex-ministra da Igualdade Racial no Brasil Matilde Ribeiro, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Jonas dedicou sua participação na mesa ao relato sobre sua experiência em Angola, na segunda metade dos anos 70, onde chegou a servir no exército angolano.¹³

12. A íntegra da apresentação de Jonuel Gonçalves no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=WJmBeQRMBIk>. Esta publicação traz também artigo de Jonuel Gonçalves baseado em sua exposição no seminário.

13. A apresentação de Jonas Paulo no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=t5esnAY5z68>. Esta publicação também traz texto sobre os exilados brasileiros nos PALOP, que inclui trechos do depoimento de Jonas.

Matilde, assistente social de formação, explica que sua “vivência de olhar para o continente africano é a partir do movimento negro”, onde atua há pelo menos quatro décadas. E que, mais presentemente, esteve próxima de questões relativas aos países africanos quando foi ministra no período de 2003 a 2008, uma gestão e meia do presidente Lula. “E foi isso que me despertou para agora voltar pesquisando no campo das relações internacionais, considerando que a minha área originária de olhar para a política e de olhar até para a relação Brasil-África sempre foi a partir das questões sociais”.

Matilde se referencia no professor e antropólogo congolês que vive há 50 anos no Brasil Kabengele Munanga, que afirma que “o racismo brasileiro é um crime perfeito”. “Porque hoje até se reconhece o racismo, mas não tem racista. Quando se pergunta onde estão os racistas, estes não aparecem. Então é uma prática sem sujeito, e o fato de não ter sujeito fica mais difícil de combater.”

A professora da Unilab trouxe outra questão para a qual foi alertada por Kabengele, que foi seu orientador. “Nós, brasileiros, cometemos um crime também quando falamos da África, porque falamos de relação Brasil-África como se a África fosse uma massa amorfa, uma coisa só, e não é. Ele me repreende sempre dizendo que nós devemos falar de relação do Brasil com países africanos, porque o Brasil é um país e se relaciona com países ou com blocos de países, e a África é um continente com cinquenta e tantos países. Então essa repreensão do professor Kabengele eu considero muito importante, porque determina muito qual o caminho que nós estamos construindo nessa lógica de cooperação Brasil-África.”¹⁴

Após as exposições dos convidados da mesa, Monica Valente abriu para perguntas do público.¹⁵

14. A íntegra da apresentação de Matilde Ribeiro pode ser acessada aqui: https://www.youtube.com/watch?v=Dhbe5_nkU6Q

15. O bloco de perguntas e respostas da mesa sobre a trajetória de Angola pode ser acessado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=uQt4m7LJ0CA>

Moçambique

A terceira e última mesa do primeiro dia do Seminário na UFABC foi dedicada à trajetória de Moçambique e coordenada pela professora Ana Tereza Marra, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PRI) da UFABC. “No PRI, temos vários alunos e alunas que vêm de países africanos e que desenvolvem temas relacionados a esses países, então, fazer reflexões sobre isso, com certeza, é algo que nos interessa demais”.

Natural de Moçambique e residente no Brasil, o antropólogo e professor emérito da Universidade Técnica de Moçambique José Luís Cabaço foi o expositor da mesa. Para o professor, “desde o princípio das independências, desde que Gana e Guiné iniciaram o processo da independência, a África logo começou a manifestar dois caminhos para essa independência. Um, naturalmente, ligado às antigas metrópoles coloniais, procurando dar sequência a projetos que vinham do tempo colonial, e o outro, um pouco contestatário e transgressivo, procurando romper com esses laços de independência e criar novos laços, e propor novos laços para uma relação realmente independente”.

Ele explica que “a sociedade africana, os países africanos que nascem com a independência são países que são marcados por um processo de transição muito virulento, muito grande”. E refere-se a esse período como “um processo de transição cultural, um processo de transição econômico, um processo de transição geográfica em alguns casos, e, nesta grande transformação em que se processa dentro desses países, desencadeiam-se fatores centrífugos e centrípetos da sociedade, que levam depois à grande dinâmica destas várias propostas que vão surgindo sobre a unidade nacional, sobre a forma de unidade, se é o militarismo ou o federalismo etc.”

Outra questão que os processos de libertação levantam e que é muito importante na opinião de José Luís Cabaço diz respeito aos grupos sociais e à economia. “Nós saímos de uma sociedade africana, em geral, não quer dizer que sejam todas exatamente as-

sim, há algumas que têm um nível de desenvolvimento um pouco diversificado, mas, em geral, são sociedades que não têm ainda construído uma burocracia nacional, têm, quando muito, construído uma burocracia comercial, de troca, de atividade de intermediação com o colonialismo. E esses grupos sociais que se formam à volta das atividades comerciais através de um tipo de economia que era uma economia subsidiária da economia colonial, eles não representam, realmente, ainda, num primeiro momento, verdadeiras classes sociais, representam tendências e grupos sociais com tendências à formação de classes, porque eles não têm uma homogeneidade nos interesses horizontais, digamos assim, do grupo social em que eles estão inseridos. Neste processo é que aparecem [...] duas visões, de alguma forma contraditórias, mas, de alguma forma, também complementares, aparece o pensamento de [Frantz] Fanon e o pensamento de [Amílcar] Cabral, que condicionam, no princípio dos anos 60, muito o debate político em África.”

Após desenvolver suas reflexões sobre as duas teorias, o professor falou sobre os atuais protestos que estão ocorrendo no país. “Esta revolta dos jovens que está em curso em Moçambique há quatro meses, na minha opinião, é uma coisa altamente justificável, porque a gente, quem estava mais próximo, eu, por exemplo, mas outros, meus colegas, debatemos várias vezes sobre a nossa surpresa até recentemente: ‘Por que não se revoltaram ainda?’ Porque a situação era de tal forma polarizante e nós temos a percepção, eu, que vou falar com alguns outros companheiros dos velhos tempos, mas poucos, infelizmente, temos a apreciação de que nós não tínhamos capacidade, já não tínhamos nem idade, nem capacidade, nem o direito de dirigir e de participar numa sobre elevação como esta dos jovens agora, porque eles eram outra geração, eles tinham outras perspectivas, eles tinham outras expectativas, eles tinham que formar, tinham que criar a sua própria ideia, como nós criámos nos anos 60 para a independência. Esta questão de definição do inimigo vista de uma forma, assim, fecha-

da, foi um grande erro que nós cometemos, a nível da FRELIMO, um erro histórico que nos marcou sempre.”

José Luís Cabaço fala também do “itinerário” da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). “A FRELIMO nasce, na minha opinião, com uma força revolucionária, uma força com um potencial revolucionário muito grande, enriquece uma parte desse potencial revolucionário e é, efetivamente, uma força de transformação da sociedade. A FRELIMO consegue ter um papel importante, [...], mas consegue ter um papel importante no derrubamento do regime de Portugal, quer dizer, na realidade, o 25 de Abril não é mais do que a consagração de uma derrota militar do exército português na Guerra Colonial, porque derrotar não quer dizer ficar encostado à parede, derrotar significa que eu não quero lutar mais, esse é que é o ponto central da derrota. ‘Eu quero paz’. Quando diz que ‘quero paz’, está derrotado, quer dizer, acabou. E não fomos nós que pedimos a paz, foram eles que pediram a paz e, portanto, isso mostra bem onde a corda partiu, mas nós temos um papel muito importante nisso. Conduzimos, de alguma forma, bem o processo que levou à independência de Moçambique [...] E é um período de grande prestígio e de grande entusiasmo e de um papel histórico muito importante da FRELIMO na história do Moçambique. Nós tomamos o poder. Felizmente estão aqui vários companheiros que estiveram em situações semelhantes e sabem perfeitamente como é. A ruptura do poder é uma ruptura muito traumatizante, não necessariamente para nós, mas para todos os que estão envolvidos.”

Já ao final de sua exposição, o professor chama a atenção para a “refascistização” da sociedade portuguesa. “Não vem com os valores dominantes do fascismo. Não vem com o partido, com a PIDE¹⁶, vem com os valores dominantes da colonização: a supremacia racial, o racismo, a xenofobia, a marginalização cultural, a intransigência religiosa, quer dizer, todos estes aspectos que mar-

16. PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que foi a polícia política portuguesa de 1945 a 1949.

caram profundamente a sociedade colonial são os aspectos que hoje estão a fazer renascer o fascismo em Portugal. Não é a PIDE, ninguém fala da PIDE em Portugal, porque ela foi descolonizada, porque a máquina repressiva do fascismo foi objeto de um trabalho político em Portugal, mas a máquina repressiva do colonialismo. Vocês hoje vão a Portugal, perguntam. Então, e a PIDE? Quantas pessoas morreram nas mãos da PIDE? 100 e tal. Cento e tal morreram por semana, em qualquer uma das colônias. Muito mais do que isso. Mas o que fica na cabeça dos portugueses é que a PIDE matou 100 e tal pessoas em 40 anos de ditadura. Não fica na cabeça de ninguém que a PIDE matava 100 e tal pessoas, 200, 300 pessoas por semana, em cada uma das colônias. Portanto, isso não era a PIDE, então o que era? Quer dizer, esta ideia da representação do fascismo, esta ideia da representação do colonialismo como um valor, assim, o império, ainda hoje a gente vê que a nostalgia do império está muito presente em muita gente, e gente, vamos dizer assim, gente boa. Não é dos bandidos fascistas.”¹⁷

Os comentaristas da mesa sobre Moçambique foram Rita Chaves, professora associada de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), e o economista Beluce Bellucci, ex-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes, que passou parte de seu exílio trabalhando em Moçambique.

Bellucci fez uma introdução para falar de sua experiência como cooperante da República Popular de Moçambique a partir do final dos anos 70 e mesmo depois da Anistia no Brasil, até 1992: “Esses anos que eu passei em Moçambique eles marcaram positivamente e para sempre a minha vida”¹⁸, e seguiu com suas considerações sobre a trajetória da África, de Moçambique e da

17. A íntegra da apresentação de José Luís Cabaço no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=Eicxij4XNpg>. Esta publicação também traz artigo de José Luís Cabaço sobre a trajetória de Moçambique.

18. Veja no texto sobre exilados brasileiros nos PALOP outros detalhes sobre a experiência pessoal do professor Beluce Bellucci em Moçambique.

FRELIMO, lembrando que o partido, desde o 5 Congresso da FRELIMO, em 1993, muda a composição de seu Comitê Central, que passa a ser integrado principalmente por empresários: “Estão no governo até hoje e tem maioria no Parlamento. Mas a sua essência já não tem mais nada a ver com isso [com a origem]. A essência de classe desse Estado é outra. Então não vamos exigir dele aquilo que eles não vão fazer. Eles podem até fingir que vão fazer, e se entrar alguém numa regra democrática que queira fazer algumas mudanças profundas, eles vão dar golpe de novo.”¹⁹

A comentarista Rita Chaves também discorreu sobre o partido governista em Moçambique e suas mudanças com a contaminação do poder pela questão de classe: “Na realidade, acontece na FRELIMO um movimento duplo, os empresários aderem ao partido, e os que eram os representantes populares da FRELIMO, que tinham feito a independência, se tornam empresários. Então essa cumplicidade derruba o projeto popular. O defeito não estava no projeto popular, o defeito vem com a incapacidade de gerir esse projeto. E eu acho que, a despeito de tantos erros, nós temos que considerar que, se nós transformamos o que foi a luta revolucionária em terra arrasada, o que vai restar? Se nós acabamos com a ideia de um partido, digamos, de um movimento efetivamente comprometido, que, inclusive, permitiu fazer a independência, o que é que fica? Pode ficar exatamente a nostalgia colonial, a ideia de que essa independência, ela já nasce com um selo negativo e de que, talvez, o melhor tivesse sido continuar parte do império colonial português. Eu acho que esse é um perigo que eu tenho visto em muitos textos, e aí, eu devo dizer, inclusive em muitos textos literários. Nós também encontramos na literatura alguns compromissos que vão barrando esse olhar. E, também, na crítica literária. Muitas vezes, o que nós lemos é que as literaturas nesses países foram comprometidas com a ideia de um poder único. Eu discordo.

19. A íntegra da apresentação de Beluce Bellucci no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=lqomNgPdnAY>. Esta publicação traz também artigo de Bellucci sobre o conteúdo de sua exposição no seminário.

Eu discordo quando lembro, por exemplo, de um romance como o *Mayombe*, do Pepetela, em que já vinha ali insinuada a possibilidade de desvirtuamento do poder popular, do poder que ainda se ia construir, mais radicalmente ainda, num livro chamado *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, em que eu já tenho uma ideia muito mais forte, mas muito mais forte mesmo, de que uma luta, um terreno, e ele está falando de Luanda, mas um território tão contaminado pelo sangue de tantas mortes, de tantos combates, não ia dar boa coisa. E eu acho muito impressionante, porque isso atesta uma dimensão da literatura que eu não vejo em outras linguagens, que é a dimensão antecipatória. Quer dizer, a literatura funciona, muitas vezes, não como um farol, como dizem, mas ela funciona como uma antena. Ela é capaz de captar aquilo que ainda está no ar. E o Pepetela fez isso, o Luandino fez isso, e os dois eram ligados ao MPLA. Os dois participaram da República de uma forma entusiasmada nos primeiros anos, e os dois, em seus textos literários, já tinham alertado para alguns perigos. Por isso é que eu falei, se o poder ouvisse mais a literatura do que os escritores, talvez pudesse compreender melhor o que se passa.²⁰

Em seguida, a professora Ana Tereza, coordenadora da mesa, abriu para perguntas do público.²¹

Cabo Verde

Em 14 de março, segundo e último dia do Seminário, Martins das Chagas, secretário nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, foi o coordenador da mesa sobre a trajetória de Cabo Verde, país que teve oportunidade de conhecer e o qual tem como “referência de democracia”. “É importante, muito importante essa atividade, e que a gente possa reproduzir temas semelhantes a esses, porque acredito que esse também seja o papel

20. A íntegra da apresentação de Rita Chaves no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=RbZxgn1EuJE>

21. O bloco de perguntas e respostas da mesa sobre a trajetória de Moçambique pode ser acessado aqui: https://www.youtube.com/watch?v=a_kP4MsQPLY

da Fundação Perseu Abramo, e nós acreditamos que não precisam ser as pessoas negras os protagonistas de todas as suas ações. Então é muito bom que outras pessoas tenham esse protagonismo e coloquem esse tema que também é um tema da questão racial, e isso que nós estamos falando aqui, em voga. Então um agradecimento dobrado.”

A expositora caboverdiana foi a magistrada e escritora Vera Duarte, que manifestou a alegria de estar ao lado de alguém – Chagas – que conhece Cabo Verde e com quem tem um amigo em comum, Leão Lopes, que foi ministro da Cultura. Vera também mencionou a artista caboverdiana Cesária Évora, quem, “infelizmente, já não está entre nós, mas também é um nome que dá muita amplitude e ressonância às ilhas de Cabo Verde, na medida em que ela é, sem dúvida, a nossa maior embaixatriz cultural no exterior”.

Vera afirmou considerar que, junto com o Brasil, Cabo Verde também já tem seu Oscar. “Uma coisa muito interessante é que, neste último filme brasileiro, *Ainda estou aqui*, que ganhou um Oscar, na verdade, na trilha sonora, está uma música de Cabo Verde, está o *Petit Pays*, cantado por Cesária Évora e, contrariamente ao que normalmente fazem, só pequenos blocos de música, o *Petit Pays* está por inteiro, por isso a gente aproveita para dizer que também estamos incluídos nesse Oscar do filme”.

Considerando que estava no evento na condição de escritora, Vera iniciou sua apresentação lendo um poema de Jorge Barbosa, cuja cadeira ela ocupa na Academia Caboverdiana de Letras, “e que descreveu como ninguém todas as realidades, as dramáticas sobretudo, mas também as menos dramáticas, por que Cabo Verde passou”.

Vera seguiu lendo sua intervenção, citando as duas grandes fomes nos anos 1940. “Dessas fomes, resultaram cerca de 45 mil pessoas mortas”. Muitas pessoas migraram, especialmente para trabalhar nas roças de cacau em São Tomé e Príncipe. Nessa época, o guineense Amílcar Cabral estudava em Cabo Verde e, na

opinião de Vera “ter presenciado a grande mortandade provocada pela fome terá tido um impacto devastador no jovem Amílcar, que não só começou a escrever poemas de denúncia como formou-se em Agronomia para poder ajudar a combater as secas e suas consequências. E a ideia de lutar pela independência das colónias terá começado a sua gestação.”

A expositora seguiu falando do percurso histórico de Cabo Verde desde o início da ocupação portuguesa. “Em 1462, as ilhas de Santiago, Fogo e Brava já estavam sendo povoadas, não só com gente vinda do reino como com homens e mulheres africanos, na condição de escravizados, capturados pelos chamados Lançados, sobretudo nos rios da Guiné e do Senegal.”

Lançando mão de outras referências poéticas, Vera chega às lutas pela independência e aos dias atuais. “Assim começou a caminhada ascendente que conduziu Cabo Verde ao patamar de país de desenvolvimento médio que é hoje, internacionalmente reconhecido como um país com boa governação e gozando de boa reputação. O país que era considerado por todos como um país inviável devido ao seu reduzido tamanho, escasso número de habitantes, desprovido de recursos naturais e absolutamente dependente das chuvas aleatórias para a sua vocação agrícola tornou-se viável. E nunca mais a fome provocou a morte dos seus habitantes.”²²

Os comentaristas da mesa sobre Cabo Verde foram a arquiteta Dirce Carrion, coordenadora e editora do Projeto Olhares-Cruza-dos-Brasil-África, e o guineense Jacque Mario Almeida Ié, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC e coordenador de Mídias da Tv Matracas.

Dirce, que também trabalhou muito tempo com fotografia, explicou que esteve na África a primeira vez em 1995 e, em Cabo Verde, em 2000. “E me apaixonei pela identidade que a gente via lá, aquela brasilidade, aquelas pessoas que eram tão próximas desse

22. A íntegra da apresentação de Vera Duarte no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=SzUF6WngOyc>. Esta publicação traz também o artigo de Vera Duarte sobre o qual ela baseou sua apresentação no Seminário.

contexto brasileiro”. Para explorar “essa similaridade que existe entre os africanos e os brasileiros”, Dirce, com outros fotógrafos que tinham realizado trabalhos na África, organizou uma exposição no Metrô de São Paulo, com fotos que “as pessoas não sabiam dizer o que era no Brasil e o que era em países africanos”. A exposição Brasil e África Similaridades, “com esforço”, foi levada ao Zimbábue, à África do Sul e ao Quênia em comemoração aos 500 anos do Brasil.

A comentarista ainda contou sobre outro projeto que impulsionou e que também estava baseado na conexão Brasil-África: Olhares Cruzados. O projeto consistia em estabelecer contatos por meio da fotografia e de cartas entre crianças de diferentes regiões do Brasil e crianças de quatro países de língua oficial portuguesa. Ela explicou que foi estimulada a desenvolver esse trabalho quando, convivendo com estudantes no Brasil, deu-se conta de que havia uma ideia inferiorizada, negativa e distorcida do que eram os países africanos e seus povos. E dedicou-se a fazer “um trabalho onde a gente pudesse horizontalizar esse olhar, e fazer um olhar que fosse um olhar despojado do preconceito. São hoje dezesseis livros publicados com essa linguagem, com as crianças sempre sendo protagonistas.”

Especificamente em Cabo Verde, o projeto apoiou-se na música. “A gente trabalha com a musicalidade. Então as crianças do Cabo Verde desenvolvem instrumentos musicais para as crianças brasileiras e, aqui no Brasil, a gente trabalha no Cururuquara, que é um bairro de Santana de Parnaíba [SP] que teve origem no samba de bumbo. E aí as crianças do Cururuquara trabalham e fazem músicas com os instrumentos feitos pelas crianças caboverdianas.”²³

Jacque Ié iniciou seus comentários levantando a questão língua, que ele considera parte dos direitos humanos culturais. “É importante falar da língua porque muitas das vezes os relatórios que saem das organizações internacionais falando sobre violação de direitos humanos nesses países não fala da questão de direitos culturais. Em grande parte, as pessoas que mais violam são essas organizações, que

23. A íntegra da apresentação de Dirce Carrion no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=Yv7Wcl2bI7s>

colocam como meio de comunicação a língua de trabalho nesses países, a língua ocidental, língua do colonizador. E isso já é violação de direitos humanos, mas isso não consta nos relatórios”.

Coordenador da Tv Matracas, rede de comunicação de combate ao racismo voltada aos PALOP, Jacque Ié conta que são produzidos nesse veículo programas na língua crioula e, também, na língua caboverdiana para falar sobre a realidade política e cultural do povo. “Por que disso? Porque quando a gente vai ver a relação de Amílcar Cabral com a Guiné-Bissau, o papel da Amílcar Cabral e a independência da Guiné e Cabo Verde, a gente vai perceber que Amílcar Cabral, em um dos seus discursos, ele vai falar que um dos maiores heranças que os colonizadores nos deixaram foi a questão da língua. Isso foi muito discutido em Cabo Verde e Guiné-Bissau também”. Mas, segundo o comentarista, Cabral havia ponderado que, depois das independências, as línguas originárias deveriam ser “sistematizadas para entrar no processo de sistematização da educação dos nossos povos”. E lembrou que, havia poucos dias, o atual presidente de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves, apresentou a Constituição do país em sua versão crioula. “Isso é um avanço muito importante”.²⁴

Na sequência das três falas, Chagas abriu espaço para perguntas do público aos participantes da mesa.²⁵

São Tomé e Príncipe

A quinta e última mesa do Seminário foi dedicada à trajetória de São Tomé e Príncipe, tendo como coordenadora Larissa Portes, representante do Centro Acadêmico de Relações Internacionais da UFABC. “Neste ano em que celebramos cinco décadas de independência dos PALOP, é fundamental refletirmos sobre as trajetórias desses países, seus desafios, conquistas e perspecti-

24. A íntegra da apresentação de Jacque Ié no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=sCuGUiIlzL8>

25. O bloco de perguntas e respostas da mesa sobre a trajetória de Cabo Verde pode ser acessado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=-VNG6FwTGHs>

vas. São Tomé e Príncipe, com sua história singular de resistência, construção nacional e identidade, nos oferece um olhar essencial para compreendermos o impacto do colonialismo, as políticas públicas e os caminhos para o futuro”, afirmou a estudante.

A convidada para a exposição principal da mesa foi Inocência Mata, professora de Literaturas, Artes e Culturas na Universidade de Lisboa e pós-doutora em Estudos Pós-coloniais, Identidade, Etnias e Globalização pela Universidade de Berkeley. Considerando que se conhece muito pouco sobre São Tomé e Príncipe e para ter certeza de que todos soubessem a exata localização de São Tomé e Príncipe no Golfo da Guiné, a professora exibiu um mapa. E advertiu que não se trata do menor país da África. É o segundo menor.

A professora reiterou o que o expositor guineense Miguel de Barros disse logo ao início do seminário: “Não foi o 25 de Abril que levou às independências, mas o contrário. Foi a luta dos africanos que leva ao 25 de Abril”. E acrescentou: “Os militares, os capitães de Abril, não estavam de acordo em relação à questão colonial. E, então, por via das dúvidas, não existe a palavra colônia no Manifesto do Movimento das Forças Armadas. O que significa que ser antifascista em Portugal não significava ser anticolonialista. E, até hoje, isso vê-se em Portugal. Ser antifascista não significa ser antirracista.”

Sua exposição se concentrou em explicar como a luta anticolonial ainda assombra a política em São Tomé e Príncipe. Até chegar nesse ponto, Inocência discorreu sobre outros aspectos, dentre os quais o de que São Tomé e Príncipe foi o laboratório tropical de Portugal conforme escreveu o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro. “Precisamente porque, em São Tomé e Príncipe, os portugueses ensaiaram formas de dominação, de gestão, que depois foram replicadas nas outras colônias, nos outros territórios”.

O domínio português nas ilhas de São Tomé e Príncipe começou em 1470 e o povoamento se deu entre 1485 e 1493. “Começaram a povoar as ilhas com portugueses — da Madeira,

sobretudo, onde se havia já experimentado a plantação da cana de açúcar — e africanos escravizados”. A mesma cultura agrícola foi desenvolvida em São Tomé e Príncipe e a agroindústria do açúcar. “Portanto, a primeira unidade socioeconômica da ilha foi o engenho.” Entre as pessoas brancas estavam 2 mil crianças judias que foram retiradas dos pais. “Até hoje, uma parte do principal cemitério de São Tomé e Príncipe tem túmulos de judeus”.

E havia “precisamente um programa” para povoar as ilhas. A esses brancos que iam morar em São Tomé e Príncipe, era dada uma escrava “para dela ter e dela se servir, havendo o principal ensejo a dita ilha se povoar”, conforme dizia a carta régia. “Eu tenho um colega que diz que “de uma mão, a espada; noutra, a cruz”. E eu tenho um colega de história que diz: ‘As pessoas esquecem-se de que a arma mais poderosa dos portugueses foi o sêmen’. Ele tem razão.”

Os forros, ou seja, os descendentes de brancos com negras, “sempre se consideraram superiores aos escravizados, aos, depois, contratados, e aos brancos. Porque eles consideravam que aquela gente que ia de Portugal era ralé”. E se recusaram a trabalhar nas terras dos brancos. “Porque eram pessoas instruídas, com nível cultural muito grande”. Contrataram, então, a partir do final do século 19, mão de obra assalariada de colônias inglesas, a partir de uma cordo entre Portugal e Reino Unido. E depois vieram cabo-verdianos. “Iam ou morriam”.

Mais adiante, houve recusa dos são-tomenses em trabalhar em roças de café e cacau dos brancos. “E disso vem o mito de que são-tomenses eram preguiçosos”. E leva ao massacre de Batepá em fevereiro de 1953, que durou um mês e teria matado cerca de mil pessoas. “E a partir desse massacre começaram a ser organizadas as resistências para fazer frente ao poder colonial”.

Quando se dá a independência, no dia 12 de julho de 1975, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe já estava “fraturado” e com “um grande mal-estar” e “exaustão”, “porque [Manuel] Pinto da Costa foi liquidando seus companheiros e fi-

cou sozinho”. Segundo Inocência, o então presidente impôs um regime “autocrático, ditatorial, de uma repressão que vocês não fazem ideia”. Inocência diz que isso transformou São Tomé em um país de emigração.

Um país pobre e a produção bateu lá no fundo e as receitas deixaram de existir e o país não buscou alternativas. Em 1990, com a abertura multipartidária e assinalou que, em 18 mandatos, apenas dois foram cumpridos completamente. Para encerrar sua exposição, a professora lança mão de uma frase atribuída ao escritor Pepetela: “Eu tenho saudade do tempo em que ser corrupto era vergonha”.²⁶

Para fazer comentários, a mesa contou com o são-tomense Walton Nascimento da Trindade, doutorando em Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFABC e com o guineense Kennedy Augusto Beer, mestrando em Economia Política Mundial.

“O objetivo é discutir mecanismos para que possamos trazer melhorias para nossos países como pensadores que nós somos”, afirmou Trindade. Segundo ele, hoje São Tomé e Príncipe depende totalmente de ajuda externa, que se torna um fator limitante. “Nossa economia é baseada em agricultura, pesca e turismo. E antes da independência, o país exportava cacau em grande escala, mas após a independência não houve uma estrutura sólida para dar seguimento”. Para Trindade, São Tomé e Príncipe é um lugar estratégico, “só que nós não vemos o valor dessa estratégia para os são-tomenses”. O doutorando afirma que saiu de São Tomé em 2017 e fez uma visita em 2024. “Não vi nenhuma mudança”. Desde janeiro de 2025, o país tem um novo primeiro-ministro, no qual tanto Inocência quanto Trindade depositam alguma espe-

26. A íntegra da apresentação da professora Inocência Mata no Seminário pode ser acessada aqui: https://www.youtube.com/watch?v=3G1LY9Xo_-I. Esta publicação também traz artigo de Inocência inspirado em sua exposição na atividade.

rança “O país precisa criar uma base sólida para receber quadros formados [no exterior]”.²⁷

Kennedy Beer considerou a explanação da professora Inocência “uma aula magna” e afirmou ver muita similaridade de São Tomé e Príncipe com a Guiné-Bissau. “Em 1980 e 1990, Santo Tomé e Príncipe também adotou o tal programa de ajustamento estrutural, tal como a Guiné-Bissau, tal como outros países. O que é este programa de ajustamento estrutural? É um conjunto de medidas que foram impostas a estes países para que estes países privatizassem as empresas, para que eles liberassem a economia e para que eles terceirizassem os serviços públicos, ou seja, reforma da estrutura do Estado. Isto não funcionou na Guiné-Bissau e não funcionou em Santo Tomé e Príncipe. Por quê? Lendo um artigo de Augusto Nascimento, ele explicou que este processo de ajustamento estrutural aumentou a pobreza em Santo Tomé e Príncipe, tal como na Guiné-Bissau. E não trouxe nenhum benefício para estes países. Ou seja, os caminhos que eram apontados como caminho para o desenvolvimento destes países através do programa de ajustamento estrutural era um caminho que não ia funcionar dentro da Guiné-Bissau e nem em Santo Tomé e Príncipe, porque cada país tem a sua própria realidade e tem a sua própria história.”²⁸

Na sequência às falas dos três participantes da mesa, a coordenadora Larissa abriu para perguntas do público.²⁹

Encerramento

No encerramento do evento, Elen Coutinho, diretora da Fundação Perseu Abramo, afirmou que o Seminário “foi uma ação de memória crucial, que não apenas resgatou trajetórias de luta, mas

27. A íntegra da apresentação de Walton Nascimento da Trindade pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=lwy8Oe-S7TY>. Esta publicação traz ainda artigo de Trindade sobre o tema de sua exposição.

28. A íntegra da apresentação de Kennedy Beer no Seminário pode ser acessada aqui: https://www.youtube.com/watch?v=kbUnYq_U5YU

29. O bloco de perguntas e respostas da mesa sobre a trajetória de São Tomé e Príncipe pode ser acessado aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=a64-jtayrKQ>

também refletiu, de forma parceira, sobre um futuro livre e pós-colonial”.³⁰ A professora Carolina Bezerra Machado, integrante do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFABC, declarou que o evento contribuiu para “pensarmos nos africanos como sujeitos históricos, atores desse processo de independência, mas, também, da construção de seus países.”³¹

30. A apresentação de Elen Coutinho no Seminário pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=-0PLQ3-pOcw>

31. A íntegra da apresentação da professora Carolina Machado pode ser acessada aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=spDluMNC-20>

Abertura¹

Por uma perspectiva de justiça histórica e reparação

ACÁCIO ALMEIDA

Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Foi Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC (2018 a 2022); é professor no curso de Relações Internacionais (BRI/UFABC).

Em nome do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB), em nome do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFABC, dou boas-vindas a todas e todos vocês e, ao mesmo tempo, agradeço e parablenizo a Fundação Perseu Abramo, na figura de seu presidente, Sr. Paulo Okamoto, e de seu diretor de Cooperação Internacional, professor Valter Pomar, pela iniciativa de organizar o Seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O Seminário ocorre no exato momento em que nos vemos frente à urgente necessidade de construir ou reconstruir uma agenda de trabalho que tenha o continente africano e suas diásporas como um campo de interesse político. Por isso, o seminário deve se constituir em espaço primordial de reflexões para a cons-

1. A íntegra da apresentação do professor Acácio Almeida no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=P29Ux7PLmmM>

trução de uma agenda de trabalho que considere, no mínimo, os princípios que orientaram Bandung.

É relevante observar que os estudos clássicos sobre o continente africano — grande parte deles produzidos fora do Brasil — já não são suficientes à compreensão das configurações que caracterizam o transcurso histórico dos povos africanos nos seus múltiplos aspectos e formatos histórico-sociais de manifestação, do ponto de vista das demandas políticas de conhecimento daqueles que ocupam posições subalternizadas no âmbito das relações de poder. Como decorrência, não se ajustam a formatos epistemológicos, conceituais e temáticos herdeiros de uma tradição intelectual ocidental-cêntrica que vem sendo substantivamente criticada ao longo das últimas décadas em nome da necessidade de dar voz e legitimidade à emergência protagonista dos povos subalternizados, não só como objetos de reflexão, mas como sujeitos produtores de culturas, histórias, memórias, saberes e conhecimentos.

Por isso, o programa do seminário foi pensado no sentido de propiciar ao público a oportunidade de dialogar com importantes pesquisadoras e pesquisadores, africanas(os) e não africanas(os), do campo dos estudos africanos.

Os desafios atuais dos PALOP e sentidos das independências são de extrema importância se quisermos de fato entender o lugar que o Brasil pode ocupar enquanto parte da sexta região da África, formando uma mesma comunidade com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Cinco décadas após a conquista da independência pela maioria dos países africanos ao sul do Saara, a África continua desempenhando um papel central na dinâmica global, mas não podemos ignorar que o processo de descolonização não foi capaz de liquidar de vez as estruturas de exploração e dependência que ainda hoje moldam suas trajetórias, sendo de fundamental importância que a reflexão sobre esse marco histórico não se limite a uma revisão superficial dos eventos passados. Rememorar as lutas travadas, analisar as heranças do colonialismo e os desafios contemporâ-

neos que persistem nos cinco países é também nosso objetivo no seminário.

Um olhar atento sobre essa pluralidade é essencial para compreensão das dinâmicas internas e os desafios específicos que enfrentam no século XXI.

Diante desse contexto, é essencial construir uma solidariedade global autêntica em apoio às lutas dos povos africanos. A resistência contra o neocolonialismo e as diversas formas de exploração não é apenas um dever histórico, mas uma necessidade urgente. É fundamental denunciar e combater a lógica capitalista que continua impulsionando a opressão, seja em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Palestina, República Democrática do Congo ou em outras regiões do mundo.

Logo, as celebrações dos 50 anos de independência devem ir além do simbolismo academicista e inserir-se em uma perspectiva de justiça histórica e reparação.

Por isso, a Perseu Abramo e a UFABC, parceiras de longa data, acertam ao promover o seminário. A minha esperança é que ele sirva também para animar o campo dos estudos africanos na UFABC, além de produzir espaços de diálogo movidos pelos povos do sul, lembrando que nós, povos do sul, sabemos que existe uma consanguinidade abominável de todos os sistemas de opressão e exploração.

Para finalizar, vale repetir o que dizia Frantz Fanon em *Os condenados da Terra*:

O dever da memória é essencial, porque o passado nos atormenta, porque ele ainda nos marca cruelmente com seus estigmas, e porque é importante virar, o mais rápido possível, estas páginas que infelizmente não podemos rasgar. A memória também é essencial para tornar mais firme nosso repúdio absoluto e definitivo às práticas abjetas e a todas as ideias que aviltaram a humanidade. A memória, enfim, é essencial para desencorajar, daqui para frente, todas as tentativas

de reanimação da besta imunda que poderia ainda dormir no inconsciente dos homens. Para exorcizar o passado e, no presente, fazer justiça, é preciso avaliar os danos imediatos e os efeitos duradouros do que foi sofrido por alguns e infligido por outros, sem ceder à tentação do rancor, nem às simplificações concludentes do confronto.

A LUTA CONTINUA!

Cinco décadas de independência e os percursos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: a trajetória da Guiné-Bissau

MIGUEL DE BARROS

Sociólogo, coordenador da Célula de Pesquisa em História, Antropologia e Sociologia do Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC/ Guiné-Bissau) e membro do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Luta de Libertação, Independência Nacional, Democracia, Contrato Social

RESUMO

A Guiné-Bissau proclamou a sua independência de forma unilateral a 24 de setembro de 1973 e que foi reconhecida por Portugal a 10 de Setembro de 1974 através do acordo de Argel, quatro meses após a Revolução dos Cravos, e volvidos onze anos de luta armada para libertação nacional. A derrota militar e diplomática do regime fascista português na Guiné-Bissau contou imediatamente com o reconhecimento de mais de oitenta países e das Nações Unidas. O reconhecimento da soberania desse novo Estado abriu caminho para as independências de todas as outras nações africanas sob o jugo colonial português e desta forma ditando o fim do último império colonial ocidental em África.

O percurso pós-independência da Guiné-Bissau até aos dias de hoje, ficou marcado por quatro etapas cruciais da sua história:

- a) *1974-1984: implementação do projeto nacionalista revolucionário.* Marcada pela ideia de reconstrução nacional e mudança de narrativa histórica sob a batuta do Partido-Estado, prática da economia planificada, estatizada com forte apoio internacional no financiamento das políticas públicas, contribuindo para a expansão da cobertura do serviço público nacional, desenvolvimento dos talentos humanos e qualificação técnica ao ponto de superar décadas de colonização, mas alicerçada num regime de polícia política;
- b) *1984-1994: implementação do projeto liberal na economia e na política.* Marcada pela falência do modelo socialista de solidariedade internacional. O sistema económico guineense entrou em crise com deficit da balança comercial e altos níveis de inflação, obrigando o Estado a mudar sua matriz ideológica aceitando a execução de um programa de liberalização económica conduzido pelo Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial e que teve como consequência a liberalização política com base no condicionamento do Clube de Paris, que condicionou o mecanismo de acesso à Ajuda Pública ao Desenvolvimento através da adesão ao sistema democrático e organização de eleições livres, algo que levou a mudanças estruturais na capacidade do Estado enquanto entidade de serviços e na forma como os atores políticos demandam a sua agenda de poder;
- c) *1996 - 1998: adesão do país à União Económica Monetária da África Ocidental.* Marcada pela forte contestação social e greves na administração pública resultado do impacto negativo do Programa de Ajustamento Estrutural, a moeda nacional teve a sua maior desvalorização, aumentou o serviço da dívida, os preços dos produtos de primeira necessidade aumentaram, as famílias rurais ficaram mais

empobrecidas, particularmente as produtivas, levando a Guiné-Bissau a conhecer sua maior vaga de êxodo rural. Mais dependente do mercado sub-regional, o país teve que aderir à a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), integrando um grupo de dezasseis países que partilham uma moeda (franco CFA), a livre circulação de pessoas, bens e serviços, como forma de permitir maior possibilidade produtiva e económica e de conter a crise económica;

d) 1998 à atualidade: instabilidade política, governativa e tutela securitária internacional do país. Marcada pelo forte impacto do golpe político-militar de 1998-99, que destruiu a maior parte das infraestruturas na capital, desestruturou a administração pública e colocou em cheque a vitalidade do sistema político. Esta fase é marcada pela saída de grandes contingentes populacionais do país, práticas recorrentes de Golpes de Estado como forma de mudança de poder político, assassinatos políticos, envolvimento das autoridades em serviço do Estado no narcotráfico, partidarização da administração pública e corrupção. O país está há mais de vinte anos sob várias tutelas políticas e militares descontínuas (Nações Unidas, CEDEAO, União Europeia, CPLP¹) e sem impacto na estabilização.

Na atualidade, a Guiné-Bissau encontra-se numa difícil situação de crise política e governativa, com todos os órgãos de soberania em situação de caducidade e crise de legitimidade, sem consenso para as eleições e com uma força militar de estabilização da CEDEAO estacionada no país. Nos próximos anos, o futuro desse território de quase dois milhões de habitantes será definido com base na capacidade dos atores públicos e políticos trabalharem no sentido da restauração da confiança como ponto de partida para a estabilização e uma governação pacífica, suscetível de gerar fundações sólidas para reformas estruturais indispensá-

1. N. do E.: CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

veis ao desenvolvimento sustentável por um lado, e a criação de um amplo consenso nacional em torno das grandes prioridades nacionais por outro, para permitir aprofundamento, melhoria e consolidação do sistema democrático e a implementação de um novo contrato social.

O texto a seguir é a transcrição da apresentação de Miguel de Barros como expositor da mesa sobre a trajetória da Guiné-Bissau durante o Seminário na manhã de 13 de março de 2025.²

Bom dia a todos e a todas e a todes. Agradeço imenso o convite da Fundação Perseu Abramo e, também, ao acolhimento aqui da Universidade. Agradeço à equipe que preparou e organizou esse evento, em particular, ao professor Pomar e à Mila Frati. Também pelo acompanhamento até aqui. Agradeço também a presença dos meus conterrâneos que estão a estudar aqui e que tiraram o seu tempo para nos acompanhar nessa reflexão. Um cumprimento especial à mesa e, também, ao meu conterrâneo e amigo Rubilson [Delcano, comentarista da mesa], que, enquanto a nós, é um orgulho aquilo que tem sido o comportamento da juventude guineense e, sobretudo, na emancipação daquilo que são as conquistas da independência e na sua atualização nos dias de hoje. Muito obrigado por estarem aqui.

Eu vou falar a partir de quatro premissas históricas de momentos que marcaram a independência da Guiné-Bissau. Mas queria começar com um pequeno documentário [do arquivo da RTP] que peço para ser exibido agora.

“Declaração sobre a independência da República da Guiné-Bissau. Em nome da República Portuguesa, nos termos do artigo 3º da Lei nº 774 de 27 de julho de 1974, e depois de aprovado o protocolo assinado em Argel em 26 de agosto de 1974, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o

2.A íntegra da apresentação de Miguel de Barros pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=S4Njieb9IHQ>

Governo Provisório, declara-se que Portugal reconhece solenemente a independência da República da Guiné-Bissau. Publique-se. Presidência da República, 10 de setembro de 1974, o Presidente da República.

Nasce, pois, neste preciso instante, mais uma nação independente. Uma nação de língua portuguesa, de muita tradição cultural portuguesa, e com quem Portugal manterá, certamente, laços de estreita amizade e cooperação. Como podem verificar agora na imagem, trocam palavras informais o Presidente da República Portuguesa e o Major Pedro Pires, assiste o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.”

Muito obrigado. Se eu tivesse 40 minutos, passava mais trechos de filmes e testemunhos, mas como o tempo é exíguo, era só uma parte, por que é que eu passo este vídeo? É sobretudo a necessidade de mantermos uma vigilância com a história, uma postura crítica em relação àquilo que nos é dado como informação. Isto é uma falsa informação.

A nação guineense não nasceu com o reconhecimento da independência por parte de Portugal. Antes das independências, lutas de libertação. A Guiné-Bissau fez, durante 11 anos, luta de libertação armada e que derrotou o exército colonial na Guiné-Bissau e acabou com o império colonial português em África, obrigando Portugal a reconhecer as independências de todas as outras nações que estavam sob o jugo colonial.

E mais, a pessoa que vocês viram assinar a Declaração de Reconhecimento da Independência, o General António Spínola, que foi, depois o Presidente de Portugal, trazido pelo Movimento das Forças Armadas com a Revolução dos Cravos, ele foi o principal derrotado na Guiné-Bissau como governador da Província da Guiné. Portanto, é a luta de libertação nas ditas colônias portuguesas que levou ao 25 de abril e não ao 25 de abril que reconheceu as independências. Portanto, esse é o primeiro fato histórico.

Portugal não deu a independência, Portugal reconheceu que o processo da luta levou com que tirasse as suas tropas, e mais, as suas tropas, também africanizadas, porque Portugal teve o maior exército colonial de homens negros em África, que estavam a utilizar exatamente para esse seu esforço de contenção da colonização quando tinha dissidências e resistências ao nível da própria metrópole. E mais, Portugal conseguiu implantar uma força, no caso da Guiné-Bissau, constituindo aldeamento aos novos territórios urbanizados em torno de grandes aquartelamentos. Ou seja, utilizou as comunidades locais como escudo para fazer a guerra.

Portanto, a presença efetiva do nascimento de uma nação em língua portuguesa é uma falsa questão. Quando Portugal perdeu a guerra na Guiné-Bissau, só havia 14 pessoas com ensino superior na Guiné-Bissau e mais de 98% da população guineense não falava português. A língua nacional da Guiné-Bissau chama-se crioulo guineense.

Portanto, o fato histórico, como é trazido, como é narrado, muitas das vezes, não corresponde àquilo que é a realidade histórica e, ao mesmo tempo, o lugar daqueles que, de fato, são elementos decisivos da própria história. E aqui volto a falar sobre o Spínola para fechar. Não foi o Spínola que deu a independência a nenhum dos países africanos. Pura e simplesmente, com o 25 de abril, eles foram obrigados a reconhecer que o projeto colonial não era sustentável. Até porque, tanto para a Guiné-Bissau e os outros, havia uma corrente na sociedade portuguesa até hoje que defende a autonomia e não a independência.

O que é que isso significa para a construção de um Estado como a Guiné-Bissau? Quando se dá a independência a partir de um processo colonial que também afastou os guineenses de toda a administração do seu território, do ponto de vista formal. Nós fomos encontrar um Estado colonial herdado como modelo, mas vazio em termos de talentos e recursos humanos. Não havia administradores que conhecessem o modelo do Estado, quer colonial quer como pós-independência, para a administração do território.

Então, no caso da Guiné-Bissau, houve uma ruptura em termos de projeto de construção da nação, pós-independência, derivado por dois elementos. O primeiro elemento é que o assassinato de Amílcar Cabral não permitiu uma discussão que levasse o projeto binacional de unidade de luta Guiné-Bissau-Cabo Verde, para a manutenção de um projeto político binacional.

Fato disso é que nenhum presidente da República Cabo Verde veio da Guiné-Bissau e nenhum ministro da Guiné-Bissau foi para Cabo Verde, mas houve ministros caboverdianos que estiveram na Guiné-Bissau, a partir do projeto de unidade de luta que definiu a própria Revolução. Então, o Estado binacional manteve-se enquanto um foco, mas ele não se concretizou enquanto projeto político. E o Estado, enquanto modelo colonial herdado da administração portuguesa, foi adotado como o princípio orientador da própria administração.

Isso criou uma confusão enorme, do ponto de vista da identidade do próprio Estado e, a partir dos anos 70, houve dois elementos fundamentais, do meu ponto de vista. O primeiro foi o momento ideológico, no qual o Paulo Freire é convidado a ir à Guiné-Bissau para trabalhar com outro intelectual, o Mário Pinto de Andrade, e o outro intelectual guineense também, o Mário Cabral, que era ministro da Educação, para refundar o processo da construção da identidade nacional pós-independência, aquilo que é falado como o Homem Novo, da endogenização curricular e, também, como é que isso podia influenciar o próprio investimento em termos de talentos humanos.

Um segundo momento foi, sobretudo nos anos 80, também com o contributo do Brasil, com a ida de um conjunto de planejadores, sendo o mais popular Ladislau Dowbor, que participou, juntamente com o Ministério do Plano, para a concessão de programas de médio e longo prazo, para a redefinição daquilo que eram as linhas orientadoras econômicas, entendendo que a economia da colonização foi sempre uma economia de exportação, de exploração e muito voltada para o mercado ocidental.

Esses dois elementos permitem constatar que, efetivamente, a Guiné-Bissau teve um percurso de independência, ou seja, de soberania, apenas de dez anos, de 74 a 84, onde, ao contrário das 14 pessoas com licenciatura ou graduação em 74, em 84, já havia mais de 280 pessoas com formação superior, o sistema do ensino foi alargado no território nacional, o sistema da saúde, o sistema, por exemplo, da produção e também a estrutura administrativa, havia, efetivamente, um Estado que pudesse permitir a reorganização da sua vida.

Mas isso também tem um preço, porque, ao contrário de outras nações, sendo um Estado ou uma nação que foi fundada na guerra, quando se deu a independência, adotou-se o regime de partido único, que tinha que enfrentar não só o [palavra incompreensível] econômico, mas também toda a ideia de insegurança, da tentativa de recuperar a dita nação ultramarina, com a presença dos comandos africanos, e isso levou também a um maior endurecimento do próprio regime, tanto numa primeira fase, onde o presidente Luiz Cabral tinha mantido o seu poder na base de um sistema de polícia política, como na fase do primeiro golpe de Estado de [João Bernardo] Nino Vieira, que manteve o regime baseado no poder dos militares. Isso foi extremamente difícil para manter um quadro aberto à sociedade civil, e teve uma maior dificuldade de se manter quando, em 1984, devido às questões do serviço da dívida, da desvalorização da moeda, do aumento da inflação e, também, do falhanço do modelo econômico socialista internacional, sobretudo a queda depois do muro de Berlim, a Guiné-Bissau foi obrigada, em dois momentos, a aceitar dois pacotes que mudaram completamente o seu destino.

Em primeiro lugar, o programa de ajustamento estrutural, liderado pelo Banco Mundial e o FMI, que privatizou os serviços públicos, diminuiu a capacidade do Estado, concentrou o Estado, acabou com a diversificação agrícola, trabalhou uma lógica de monocultura de renda com a castanha de caju para atração de divisas e pagamento de serviços da dívida, provocou maior deserção

a nível da administração pública, com os quadros mais valiosos tendo sido declarados como extremamente caros e afastados da administração pública, e foram buscar os tecnocratas que iriam implementar, que contou em linha o programa das ditas reformas, que teve um impacto brutal a nível da economia, provocou êxodo rural, levou à falência do sistema do ensino, levou à falência do sistema produtivo e económico.

Eu vou dar um exemplo muito prático em termos, por exemplo, do sistema do ensino. Na minha infância, eu tinha, no primário e secundário, tínhamos oito horas letivas na escola. Com o programa de ajustamento estrutural, passamos para quatro horas letivas e ensino por turno: sete para as onze, onze para uma, enfim. Depois, numa demanda maior em termos de população com idade escolar, que ficava fora do sistema educativo. Cerca de 30% das crianças em idade escolar não conseguiam entrar no sistema educativo. Disciplinas como História, como, por exemplo um trabalho produtivo, que permitia fazer as cantinas escolares a partir das hortas escolares e não a importação dos produtos alimentares, como o Banco Mundial fez, era o que existia. O programa de educação cultural, ensino voltado para aquilo que era todas as valências do conhecimento, da identidade e da missão formadora da educação que sentido da escola tinha. Isso tudo foi retirado e o currículo ficou completamente esvaziado.

Isso marcou determinadamente a sociedade guineense porque, logo a seguir, em 1991, devido às contingências económicas, o Clube de Paris, que é a linha que orienta a ajuda pública ao desenvolvimento, através da declaração do presidente François Mitterrand, obrigou a todos os outros países que quisessem se beneficiar da ajuda pública ao desenvolvimento para aderir à democracia. Então, a última vaga de democracia em África, Cabo Verde, São Tomé Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, entraram dentro do sistema democrático a partir do condicionamento da ajuda pública para o desenvolvimento que veio do Clube de Paris. Não enquanto um consenso nacional que levou a uma

possibilidade de discussão de qual é o modelo político ao qual se orienta.

O resultado da Guiné-Bissau, naquela altura, nós tínhamos menos de 60% da população com ensino superior, a educação democrática não foi debatida como elemento público e levou a uma maior disputa do poder pelo poder e não pelo serviço que o poder pode fornecer à sociedade. A configuração dos partidos políticos não seguiu uma matriz ideológica à qual podíamos identificar exatamente quais eram os campos, mas todos eram os partidos que viam no estado enquanto uma entidade a ser capturada para recuperar os recursos e prestar serviços a grupos e não propriamente à sociedade. Isso levou, em 1996, a um asfixiamento econômico porque os partidos eram tantos, todos estavam dentro da estrutura do Estado, ou seja, a partidarização do aparelho administrativo, que a moeda nacional já não respondia à capacidade também que o país tinha em termos de crescimento.

Aí, fomos obrigados, mais uma vez, a entrar no mercado regional da UEMOA (União Econômica Monetária da África Ocidental), que são um conjunto de 16 países que assumem o Franco CFA como moeda da sub-região. Esse Franco CFA tem a sua reserva no Banco Paribas de Paris e 20% dos royalties anuais dessa moeda vai para a França. Ou seja, perdemos a autonomia política em 1984, e, em 1996, perdemos a autonomia econômica.

E, quando chegamos em 1998, dá-se um conflito político-militar devido à crise do próprio sistema político, à crise do regime, e, após esse conflito político-militar, nós entramos na crise do próprio Estado. Essa crise do Estado foi mediada por três instituições: Nações Unidas, CEDEAO e CPLP, que criaram gabinetes permanentes na Guiné-Bissau para a estabilização do país. Ou seja, passamos a ter a tutela política, a tutela econômica e a tutela militar. Essa combinação da tutela, do meu ponto de vista, desestruturou completamente aquilo que é hoje o Estado da Guiné-Bissau. Asfixiou qual é a visão da construção da nação, asfixiou qual é o potencial econômico da Guiné-Bissau.

Aqui abro parênteses: Guiné-Bissau é a segunda maior reserva de biodiversidade da África Ocidental, tem 210 variedades de peixe, tem um clima tropical com chuvas durante seis meses, de maio a novembro, a superfície é completamente plana, tem mais de 107 variedades de arroz, tem todos os cereais, a Guiné-Bissau não tem uma produção autossuficiente de arroz, a Guiné-Bissau importa o pescado e a Guiné-Bissau exporta, em regime de monocultura, castanha de caju como seu único produto. Em contrapartida, a Guiné-Bissau emite licenças de pesca para a União Europeia, para a China, para a Rússia, para a captura de peixe, a Guiné-Bissau tem o mercado de turismo natural mais importante da África Ocidental, que é dominado pela França, a Guiné-Bissau, neste momento, tem a exploração de minérios, como arreia pesada, como bauxita, e também de petróleo pelas cinco potências que estão no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ou seja, a visão geoestratégica que a Guiné-Bissau aporta ao mundo, ela acaba por ser também a sua própria prisão, para interesses estratégicos capturarem o sistema e utilizar o regime como elemento que lhes dá uma fatura que permite ter acesso a esses recursos e, em contrapartida, uma desgovernança total daquilo que é o sentido do Estado, serviço público para a população e a continuação do processo de independência da Guiné-Bissau. Ou seja, neste momento nós temos todos os órgãos de soberania da Guiné-Bissau ilegais, desfuncionais, extemporâneos, mas a comunidade internacional mantém essa cobertura, essa estrutura, mesmo mediante todos os processos de violação dos direitos humanos, de abuso e também de violação da Constituição.

Com isso, quero dizer que, para concluir, o projeto de independência não é um projeto acabado, mas foi o projeto mais bem concebido na história da Guiné-Bissau para a construção da sua trajetória de transformação estrutural e ao mesmo tempo para a construção do referencial na qual todos se orgulham como parte integrante. O processo pós-independência, sobretudo a partir das reformas econômicas, políticas e militar, é o elemento que afasta

todos os guineenses daquilo que é a matriz da própria propriedade do Estado e coloca a comunidade internacional enquanto um grupo de interesses que vai julgando, consoante as suas necessidades e prioridades, salvaguardando também aquilo que é imagem que se quer colocar de um país como um país de instabilidade.

Vou dar um exemplo. A Guiné-Bissau fez cinco eleições e teve dez presidentes e ao mesmo tempo teve dez golpes de Estado. E todos os golpes de Estado tiveram uma ingerência externa.

Mas, por outro lado, é o país da África Ocidental com o menor índice de violência urbana e, ao mesmo tempo, onde, do ponto de vista da capacidade de acolhimento interno. Mais um parêntese: nós tivemos guerra civil durante 11 anos, não houve nenhum campo de refugiados. Por quê? Por dois motivos. Porque, culturalmente, a comunidade, a sociedade, integrou os seus agentes, mas, ao mesmo tempo, porque o saber, a capacidade de comunidades locais permitiu salvaguardar a saúde dos serviços de ecossistemas, as pessoas tiveram acesso a bens alimentares em estado natural.

A combinação desses dois elementos mostra que, se depois da independência nós tivéssemos adotado um modelo endógeno de construção democrática, a partir daquilo que eram os valores e toda a estrutura das entidades tradicionais locais dentro do aparelho do Estado, nós podíamos ter uma diferença entre aquilo que é o contínuo Estado colonial, um Estado extrativista e aquilo que podia ser um Estado de serviço, ao mesmo tempo aquela noção que foi construída como construir a paz no progresso e ao mesmo tempo trazendo a sociedade como protagonista da sua própria história.

Como elemento de esperança, para terminar, posso dizer que nós temos três grupos que estão a tentar fazer o processo de independência uma construção permanente. Em primeiro lugar as mulheres, que estruturam tudo aquilo que é a vida económica hoje na Guiné-Bissau. As mulheres estão na vanguarda da capacidade do financiamento dos serviços públicos, de saúde, educação e, ao mesmo tempo, a proteção social através da economia da vida,

que aqui ou em outros lugares chamam de economia informal. Eu tenho trabalhado muito sobre essa questão da economia da vida, que é a ligação entre a comunidade, também a valorização dos saberes tradicionais, culturais e a gestão da biodiversidade, integrando como parte desse processo. As mulheres estão na vanguarda desse processo enquanto guardiãs desses modos de vida.

Um segundo grupo, que são os jovens, neste momento cerca de 60% da população de Guiné-Bissau tem entre 14 e 24 anos. Eles estão a fazer diferença em tudo aquilo que são processos de participação política, tanto na construção do debate público como em termos de decisão. Eles acabaram com as bases partidárias e estão a trazer tudo o que é a transformação, o direito à liberdade, à justiça e à esperança, como o elemento de debate público no espaço político.

Em terceiro lugar, a diáspora guineense. Depois do conflito político-militar de 1998-99, a Guiné-Bissau, que não tinha tradição de imigração, passa a ser um país de imigração, e a Guiné-Bissau agora faz parte do top 10 dos países que mais recebem remessas dos imigrantes. E para dizer que 90% na primeira fase dos imigrantes guineenses eram da Europa, mas neste momento temos mais de 50% dos imigrantes guineenses em África.

E, como dado novo, a ajuda pública ao desenvolvimento caiu e as remessas de imigrantes aumentaram. Ao nível global, a ajuda pública ao desenvolvimento está na ordem de 40 mil milhões de dólares e as remessas de imigrantes estão na ordem de 60 mil milhões. Na Guiné-Bissau, agora a balança também é de 60 a 40.

Ou seja, é possível financiar um processo de transformação a partir de mobilização econômica daquilo que são as entidades e ativos africanos, combinando tanto a valorização daquilo que é patrimônio cultural, mercado local, produção de conhecimento e investimento no talento humano, para gerar um novo quadro político, um quadro administrativo, que forneça os serviços a toda a comunidade. Portanto, essa é a trajetória da Guiné-Bissau. Muito obrigado.

Angola na presente conjuntura global e algumas raízes¹

JONUEL GONÇALVES

Pesquisador associado do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (NEA/INEST/UFF).

Vou agradecer de novo o convite que me foi feito e sublinhar que não tive muito tempo para preparar esta comunicação, de fato, estou substituindo quem estava prevista e teve de anular a vinda. Isso me obrigou a grau elevado de improvisação. Por outro lado, eu queria apresentar o tema com perfil um pouco diferente porque, realmente, todos os anos, me convidam em diversas universidades ou entidades de pesquisa sobre estas datas e acabo dizendo sempre quase a mesma coisa.

Assim, vou ocupar a primeira parte destes 40 minutos expondo rapidamente alguns conceitos de base usados por mim nesta apresentação. É importante, considerando a presente fase de total e intencional confusão de conceitos, motivada por justificações ou manipulações políticas. Muitos conceitos, nos últimos anos, têm se movido consoante a opção partidária da autoria.

Antes de mais, tenho muita resistência ao uso constante da expressão “Estudos Africanos”, como disciplina. Até como me-

1. Este texto é baseado na transcrição da apresentação do autor na manhã de 3 de março de 2025 durante o seminário realizado na UFABC. Algumas expressões orais foram suprimidas e frases foram reelaboradas por ele. A íntegra da apresentação de Jonuel Gonçalves pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=WJmBeQRMBIk>

todologia, ela nos faz correr o risco de substituir as disciplinas acadêmicas universais por uma disciplina criada apenas para África, como se esta estivesse fora do mundo, marcando a ciência continentalmente ou até racialmente.

Parece, sobretudo, mudança de nome dos velhos estudos coloniais. Não há razão para o estudo sobre África não decorrer no quadro das disciplinas aplicáveis a todo o mundo e não vejo especificidade para excluir a África desse princípio. Quando se tratar de visão abrangente ou introdutória, usamos a multidisciplinaridade.

Em ligação com o que acabo de dizer, acrescento: na África Austral, as relações raciais foram e são determinantes e, nesse quadro, faço parte daqueles que se situam na definição de não racial. Ou seja, como resposta ao racismo, o não racial. É um conceito sul-africano, criado no seio do Congresso Nacional Africano e, quando movimentos em luta pela independência dos atuais PALOP falavam em sociedade multirracial, na Organização de Unidade Africana (OUA), se lembrou que multirracial significa atribuição de direitos por grupo racial, enquanto o importante é considerar as pessoas como cidadãs. A liberdade se mede pela liberdade individual. E a cidadania também. Então, nessa altura (começo dos anos 1960), a proposta ANC venceu e, desde 1994 até hoje, a expressão não racial faz parte da Constituição Sul-Africana. Aliás, o recente Governo de Unidade Nacional da África do Sul foi feito nesse sentido. Um governo não racial, com todas as cores, independentemente delas, é mais importante do que muita coisa que foi sublinhada à escala da Europa, por exemplo, que é aliança de um partido que vem do marxismo com um partido que vem do liberalismo.

A outra questão é o regime de partido único. Do meu ponto de vista, esse tipo de regime é ditadura, é monopólio de poder político, em qualquer situação.

Quanto à noção de identidade, ela se transformou em ideologia da fragmentação, onde as diferenças entre seres humanos são mais importantes que as semelhanças. É a passagem do direito à

diferença ao diferencialismo. Sublinho aqui essa ideologia, usada em todo o mundo por forças políticas de extrema-direita porque, ao contrário de algumas percepções, também estão presentes na África, incluindo vários poderes.

Ainda no âmbito dos conceitos indispensáveis, o de desenvolvimento é central nas abordagens sobre a maior parte do mundo. Desenvolvimento significa aproveitamento avançado dos recursos disponíveis no mundo no sentido da promoção humana e do nível técnico a que se chegou para alcançar tal objetivo. Para construção desse conceito, a América Latina foi decisiva. Ou seja, é um conceito que os europeus trabalharam um pouco, mas a contribuição da América Latina foi fundamental com figuras, por exemplo, de argentinos, brasileiros (relevância inicial para Raúl Prebisch e Celso Furtado) e diversos outros baseados na Cepal², em Santiago, que eu, num determinado momento, consegui mesmo visitar lá no próprio Santiago (desculpem, isto é outra história). O fato é que a noção de desenvolvimento não é nem eurocêntrica, nem nortecêntrica, nem ocidental-cêntrica, um trio de expressões às quais tenho também resistência, me parecendo que o frequente uso delas revela como está neste momento a vontade de impor o identitarismo às faixas geoeconômicas ou geopolíticas. Fundamental é que a noção de desenvolvimento se constrói em cima da constatação de um centro e uma periferia, que o centro é muito restrito, e que a entrada nele sempre se fez na base de grandes conflitos. Provavelmente, este agora em curso é para isso, para passar de G7 a G8, G9 etc. Até à Primeira Guerra Mundial, o centro era só a Europa, então, entraram o Japão e os Estados Unidos. Por que entraram? Porque demonstraram força militar. Estamos nessa. Em matéria de definição do desenvolvimento, vai ser importante na continuação.

A noção do extrativismo entra na composição dos estágios de desenvolvimento, pode se adaptar, inclusive, a longo período da História do Brasil. No caso concreto de Angola, o extrativismo as-

2. N. do E.: Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

sume perfil central, caracterizado por extração de matérias primas em bruto destinadas aos ramos transformadores metropolitanos em situação colonial, ou mais avançados no mundo pós-colonial, tornando impossível atingir os níveis mencionados de desenvolvimento, sobretudo nos casos de monoexportação.

Tenho em andamento uma pesquisa sobre a guerra econômica atual, e os seus efeitos no Brasil. Como trabalho no Conjunto Atlântico Sul, tinha feito já o trabalho sobre Angola, que foi publicado. E Angola é uma história inteira de guerra econômica. Não há guerra econômica mais dura e mais violenta do que a escravidão. A captura de pessoas para as colocar ao serviço de empresas, ao serviço de empreendimentos é a maior agressão econômica que nós conhecemos até hoje. No caso de Angola o exemplo é flagrante, os portugueses chegaram em Angola em 1482 e só se interessaram realmente por Angola em 1575, em função do Brasil. Em função do Brasil porque ouviram informações erradas sobre existência de prata, perto de onde está Luanda hoje e, como não encontraram essa prata, lançaram o comércio de escravos. Angola foi o maior exportador de escravos para o Brasil.

O Brasil sozinho foi destino de quase 38% de todos os escravos que atravessaram o Atlântico. É por isso que a população brasileira tem a conotação que tem, o perfil que tem, e é por isso que Luiz Felipe Alencastro disse que Angola é o maior construtor do Brasil. O extrativismo está nessa sequência e, no caso concreto de quase todos os países africanos, continua na sequência do poder colonial.

Atenção que o primeiro mercado de escravos transatlântico ocorreu em Portugal em 1444, no sul de Portugal, na sequência de rapto de 235 africanos nas costas da Mauritânia, semanas depois vendidos na cidade de Lagos. Inclusive, está lá um museu que assume tudo isso. Os primeiros escravos no Brasil chegam cerca de um século depois.

Outro ponto que vou sublinhar, no caso concreto dos poderes criados, é a definição sul-africana de captura de Estado, hoje

crucial para entendermos a África no seu todo. Na África do Sul, o Estado foi, pelo menos durante um período, supercapturado por grandes setores privados que conseguiram obter privilégios, inclusive com suspeitas de vantagens para o então Presidente da República, que acabou derrubado através de processo que evitou o impeachment, porque o ANC lhe disse: “Das duas uma, você sai, Jacob Zuma, ou a gente te tira, porque nós temos maioria parlamentar”. E ele acabou saindo. Constituiu um partido político que, no momento atual, é o segundo da África do Sul. Tem apoio carismático, mesmo sob suspeita de corrupção. Mas essa noção de captura de Estado, na maior parte dos países africanos, se passou ao contrário. Não entrou força nenhuma na estrutura estatal. Os agentes políticos do Estado se transformaram em classe social com base resultante das privatizações e dos privilégios do poder político, ou seja, a propriedade estatal, decorrente das nacionalizações pós-independências, moveu-se para propriedade individual ou de grupo, às vezes, com ajuste direto, nem concurso foi feito.

Portanto, essa noção da captura de Estado tem uma via sul-africana, talvez um pouco tenha a mesma via na Namíbia, por momentos e muito menos peso do que na África do Sul, até porque tem menos recursos. Mas, nos outros países, foram os próprios agentes do Estado, em todos os escalões, que capturaram o Estado, politicamente sob seu controle através de regimes de partido único, acrescentando-lhe poder econômico, se atribuindo riquezas enormes em cima de contratos, em cima de desvio de recursos, constituindo empresas ou privatizando empresas para os amigos. É interessante que há uma série de estudos, um deles publicado em uma das revistas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, mostrando a importância das famílias na constituição desse tipo de modelo. É claro que se a gente fosse falar só disso aqui, já ficaríamos duas horas. Então, eu só posso enunciar o problema, e se alguém quiser algum esclarecimento durante as perguntas e respostas, Angola é um caso de esclarecimento importante.

Concluindo a parte conceitual desta apresentação, uma breve referência à língua oficial que define a designação PALOP, sobre um derivado que causa problema. Com frequência, os países de língua oficial ou nacional portuguesa são marcados como “lusófonos”, criando ambiguidade ou equívoco. Primeiro, porque luso é indicativo de cidadão português; segundo, porque luso é inspirado pela região da antiga Lusitânia, situada no centro de Portugal, e não foi lá que a língua portuguesa nasceu. Foi a partir da Galícia, norte da Espanha atual e expansão inicial no norte português, onde nasceu Portugal como Estado.

Ainda há pouco tempo, num festival literário no Sal [Cabo Verde], a Inocência [Mata] estava lá também, autores galegos presentes agradeceram dizendo: “Obrigado por terem levado nossa língua tão longe”.

Por essas duas razões, temos de encontrar outra expressão definidora comum, não apenas para os PALOP, mas também da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]. Em vez de usar “fonia”, podemos fazer como os ingleses ao usarem “falantes de inglês”, diríamos, portanto, “falantes de português”.

Estendi-me um pouco nestes conceitos de base, mas creio ter explicado o porquê. Não pretendo impor estes mesmos conceitos a ninguém, sei da eterna guerra de conceitos em ciências sociais, incluindo a economia, porém, havendo divergências sobre todos eles, é útil referir com quais trabalho, facilitando a compreensão do que pessoalmente apresento, inclusive deixando margem para debate sobre os próprios conceitos e noções básicas.

Angola, 2025

Neste momento, 2025, Angola tem como presidente João Lourenço, designado pelo antigo presidente João Eduardo dos Santos para lhe suceder em 2017. Eu fui observador nessas eleições. Em 2017, ele foi, então, apoiado pelo presidente que estava no poder há mais de 30 anos, apoio sob condição de João Lou-

renço passar a Presidente da República e João Eduardo Santos se manter como presidente do MPLA. Como se supunha que o MPLA seria sempre força majoritária, o presidente do partido teria grande influência.

Neste momento, após as eleições de 2022, a correlação de forças na Assembleia Nacional é esta: MPLA (124 deputados); UNITA (90); FNLA, PRS, Humanista (2 deputados cada). Em 2017, o quadro parlamentar era ainda mais favorável ao MPLA.

No sentido de completar a visão geral, eu chamaria a atenção para as abstenções em alta desde 2012, quando representou em número a “segunda força política” do país. Foi abstenção espontânea, mas incluía embriões organizados via oralidade, cujo poder na África continua grande. Em 2017, a abstenção foi menor, permanecendo relevante apesar das esperanças movidas pela entrada de um novo presidente.

Em 2022, voltou a subir, influenciando no resultado atrás referido para a Assembleia Nacional e, por consequência, na escolha do Presidente da República que, segundo a Constituição angolana, é o líder da chapa vencedora.

Voltando a 2017, no seu discurso de posse, João Lourenço enfatizou dois pontos. Primeiro, sobre a urgência de combater a corrupção, estivesse onde estivesse. E atingiu imediatamente a família do ex-presidente, que uma semana antes de sair da Presidência fez concessões absolutamente absurdas, como um despacho presidencial atribuindo contratos faraônicos a pessoas da sua família ou relacionados com ela. Não se trata aqui de fazer acusações a ninguém, porque os processos estão em andamento, com recuperação de alguns montantes, em pequena escala comparando com as acusações formuladas a nível da PGR.

O segundo ponto enfatizado por João Lourenço define as relações internacionais de Angola até hoje. É a lista dos aliados da Angola, tendo colocado os Estados Unidos em primeiro lugar. E, realmente, a partir daí, Angola foi se tornando gradualmente o

principal aliado dos Estados Unidos na África Austral ou, talvez mesmo, subsaariana. Alguns elementos desta aliança foram se desenvolvendo ao longo do tempo, como acordos militares pouco revelados e, mais recentemente, um importante contrato de infraestruturas na zona central do país para acesso a zonas mineiras do interior de África Austral e Central. Não estou criticando, estou me mantendo na posição de constatar a evolução.

O aeroporto de Luanda já serviu de apoio logístico a forças norte-americanas no Oriente Médio. É seu segundo ponto de apoio importante na África Austral, o outro é no Botsuana, com um aeroporto moderno, cuja dimensão ultrapassa as necessidades da pequena Força Aérea do Botsuana.

A guerra da Ucrânia levantou o problema da energia para o funcionamento de um dos eixos centrais do sistema mundial, Europa melhor dizendo. E os americanos investiram em Angola nessa matéria, acrescentando a seus antigos investimentos na maior jazida petrolífera de Angola – num dado momento a Petrobrás e a Odebrecht também estiveram na extração petrolífera.

O projeto de investimentos norte-americanos na energia solar teve início, mas vai mais lento que anunciado. Mesmo que venha a acelerar o ritmo, não vai resolver o problema da Europa, porque, nas atuais condições tecnológicas, a exportação de energias renováveis a longa distância ainda não é praticável. Mas vai funcionar como um grande teste tecnológico sobre a utilidade e os custos da energia solar, utilizando um país deficitário em energia. Joe Biden não entendeu bem o que os conselheiros lhe disseram e apontou Angola como um exemplo de abastecimento alternativo de energia para a Europa. A Argélia acha possível fazer isso captando energia solar no Saara e transmitindo como está transmitindo o gás.

O presidente angolano, João Lourenço, criticou a invasão russa da Ucrânia em comentário solto. Causou certa surpresa em virtude do antigo alinhamento angolano com a ex-URSS, aliás, sempre visto com desconforto em Luanda. O alinhamento se

manteve em larga medida porque o ocidente tinha uma política mal-informada ou preconceituosa de agressividade em relação ao MPLA, onde havia até grande admiração cultural pelo ocidente, mas como se assumia à esquerda, sobretudo Ronald Reagan e presidentes desse tipo, consideravam-no comunista. Na verdade, os comunistas no MPLA sempre foram pequena minoria, simplesmente aproveitaram o erro de avaliação ocidental que conduzia à agressividade de então.

A mudança de posicionamento do governo angolano e seu partido ocorreu muito antes do atual Presidente. Coincidiu com a fase mais avançada da Perestroika, portanto, antes mesmo da queda da URSS.

Para África, o problema maior da intervenção russa na Ucrânia com alteração de fronteiras é o risco de estimular fenômenos semelhantes na África, onde o problema fronteiro tem sido historicamente ameaçador e, muitas vezes, entrelaçado a fatores culturais. Ao mesmo tempo, os EUA reforçaram seu comando militar para a África, o AFRICOM, baseado na Alemanha, tentando encontrar um país africano onde colocar esse quartel-general. Muitas previsões apontaram para a hipótese inspirada pelos tempos da expansão marítima, em que os navegadores europeus preferiam estacionar em ilhas. Então, muita gente falou em Cabo Verde, falou em São Tomé e Príncipe, onde os americanos fizeram umas compras enormes de terreno. Outras hipóteses incidem em Marrocos, ou em Angola.

Em termos de Angola, o que aconteceu foi de repente o sistema mundial entrar numa grande transição tecnológica e, sempre que há transições tecnológicas, há receios, ou há dúvidas, ou há uma grande crise. E nós estamos, neste momento, com crises simultâneas, somadas num bloco de guerra econômica com a inovação tecnológica no centro. Essa grande mudança tecnológica representa um desafio para o Ocidente, porque a China está praticamente correndo na mesma velocidade dos Estados Unidos. A China teria, neste momento, 15 anos de atraso, por exemplo, em

relação aos melhores semicondutores americanos, mas 15 anos de atraso é recuperável em três ou quatro no atual ritmo chinês.

Os Estados Unidos em relação à China adotam política de contenção, a fim de atrasar o desenvolvimento tecnológico chinês, sendo esse um dos grandes motivos do projeto de Donald Trump no sentido de mudar todo o relacionamento mundial, com base em tarifas acrescidas e busca de acordo com a Federação Russa. Naturalmente, os resultados são imprevisíveis neste momento, exceto sobre a própria contenção das capacidades chinesas, ou seja, priorizando a inovação e investindo na pesquisa com meios muito elevados, China (ou qualquer outro país de dimensão próxima) vai vencer os obstáculos e atingir o patamar dos mais avançados, até porque já deu demonstrações de capacidade nesse sentido.

Mantendo o exemplo dos semicondutores, a África Central, neste momento, tem as maiores reservas mundiais de coltan e lítio, minerais fundamentais para, desde o telefone celular até dispositivos de inteligência artificial, melhorar conectividade, produtividade e desempenho geral para toda a atividade econômica e dispositivos militares.

É aqui que Angola entra em cena e, se desta vez não perder a oportunidade, terá significado internacional.

A guerra no leste do Congo tem esse potencial extrativo como um dos maiores motivos, acentuando a importância de atualizar os meios de transporte, logística fundamental para encaminhar o material das zonas mineiras até litoral e, em seguida, dar seguimento para o Norte o mais barato e rápido possível. Voltamos aos desafios do século XIX, quando os ingleses estabeleceram na África o chamado Império do Cabo (da Boa Esperança, na África do Sul) ao Cairo. Os portugueses reivindicaram a ligação territorial entre Angola-Moçambique, mas os ingleses rapidamente “disciplinaram” o aliado português, que abandonou seu projeto sob pressão militar, o famoso ultimato inglês. Agora, estamos voltando não ao ultimato inglês, mas àquilo que se seguiu ao ultimato inglês, porque os ingleses pegaram a África toda pelo interior do

Cabo ao Cairo, mas não ocuparam as fachadas litorâneas, Angola e Moçambique, optando por promover ligação ferroviária de suas colônias aos portos angolanos e moçambicanos. Assim se construiu o Benguela Railway, tornado inoperativo durante as guerras pós-coloniais recentes. A importância desta via era (e é) tão vital para países como a RD Congo ou Zâmbia que, no período das guerras pela independência, não foram feitas sabotagens nacionalistas na linha. Acabou o período colonial, acabou o acordo, e realmente a estrada de ferro foi destruída.

Então, acontece algo muito interessante para a gente ver como funciona o mundo. A guerra pós-colonial angolana terminou em 2002 com acordo de paz e, imediatamente, a recuperação dessas infraestruturas subiu ao topo das agendas na sub-região, porque o comércio exterior da Zâmbia e do Congo durante os anos de conflito foi desviado do litoral de Angola para o litoral da África do Sul. E a África do Sul ficava muito satisfeita quando destruições de infraestruturas em Angola e Moçambique beneficiavam sua enorme rede ferroviária. A África do Sul, em relação aos Estados Unidos e Europa, implica cerca de 10 dias mais de navegação do que os portos angolanos. A mercadoria saída do Congo ou Zâmbia, além de pagar trecho ferroviário mais extenso, encarece e chega mais tarde. Com a importância histórica aumentada pela extração das chamadas terras raras, os norte-americanos se interessaram.

A mudança de parcerias por Angola facilitou uma iniciativa designada como Corredor do Lobito, ou seja, ligação do porto angolano de Lobito à fronteira congoleza por estrada de ferro acompanhada por outras infraestruturas e oportunidades empresariais produtivas ou comerciais. O investimento inicial previsto, com participação angolana, europeia e norte-americana, é de 600 milhões de USD. A única viagem de Joe Biden na África foi a Angola.

O lado irônico é que Angola reconstruiu a estrada de ferro de Benguela assinando contrato com bancos e empresas chinesas. Foi

mais uma parcela da gigantesca dívida financeira de Angola com a China, mas a linha foi basicamente restabelecida.

Os dois lados do tema não são separáveis. É evidente que a China emprestou (não só neste projeto, mas em todos os empréstimos) sob taxas de juros muito mais baixas que o Ocidente. Porém, como empresta um volume total muito maior, o peso da dívida fica da mesma dimensão ou superior, dando lugar às mesmas e habituais divergências sobre montantes somados de capital e juros. A China é o maior credor de Angola e parte da dívida é reembolsada com fornecimento petrolífero.

Efeitos colaterais ligados à reestruturação da dívida e à aproximação com os EUA conduziram à referida ironia: empresas chinesas refizeram a linha e um conglomerado com forte presença empresarial norte-americana vai assegurar a gestão e exploração.

O problema não está na mudança de alianças, fenômeno comum na história do mundo. Hoje, os próprios Estados Unidos estão trabalhando para mudar suas alianças tradicionais – e podem mudar mesmo. Como consequência, a Rússia pode seguir caminho com semelhanças e ambos os países se aproximarem após terem sido inimigos históricos.

O significativo em Angola, e no conjunto africano, é pensar que seu desenvolvimento vai depender de um bom aliado externo, em termos tais que, de fato, se entrega o desenvolvimento a iniciativas de outros, criando uma verdadeira mentalidade periférica.

Este é o background do contexto atual. O MPLA marxista-leninista dos anos 1970 a 1990, que muita gente no Brasil endeusava, teve muitas correntes internas, muitas vezes dando lugar à repressão pela tendência dominante. Houve mesmo, em 1977, uma tentativa de golpe de estado. A diversidade de tendências permanece no MPLA, não havendo, no momento, repressão propriamente dita, há limites decorrentes da noção de poder herdada do período anterior, fato que se estende à relação do Estado com a Sociedade. É tolerante sobre apresentação de ideias, mas autoritário quanto a decisões e níveis de crítica direta a essas de-

cisões ou a altas personalidades. Não existe nenhuma tendência que abertamente se reivindique do marxismo, não por repressão, apenas por ausência de militantes dispostos a tal, pelo menos neste momento.

Há duas explicações sumárias nesse sentido. Uma, refere os maus resultados a que o marxismo conduziu a economia e as desigualdades causadas tanto nas condições de vida da maioria, como na emergência de nova classe privilegiada. Outra, é que aquela foi uma fase de “sarampo, de doença infantil”, como me disse uma alta figura do regime, antigo preso político do período colonial.

A partir do início dos anos 1990, quando se assinou o acordo de Bicesse, marco final da primeira fase da guerra pós-colonial, acabou o sistema de partido único, embora persistissem fortes traços de sua existência. A essa primeira fase tenho dúvidas em aplicar a designação de “guerra civil”, na medida em que as forças beligerantes nacionais – MPLA e UNITA – possuíam no terreno aliados externos, cuja capacidade militar era muito superior às forças internas. A segunda fase foi desencadeada com base na rejeição pela UNITA dos resultados eleitorais que deram vitória ao MPLA nas primeiras legislativas e larga vantagem para segundo turno das presidenciais. As intervenções estrangeiras não se fizeram mais através de unidades regulares, mas de forma muito mais discreta – através de inteligência e conselheiros – com vantagem para o governo em virtude da alteração na atitude internacional devido aos resultados das eleições. O resultado do pleito eleitoral e a receita petrolífera determinaram a vitória governamental.

O período bélico terminou em 2002 e com ele terminou também o período pós-colonial. O fim da guerra, lentamente, proporcionou melhoria nos níveis de liberdade de expressão, fator que se acentuou com a Presidência de João Lourenço. Persiste o referido limite entre ser livre para expor linhas de pensamento ou análises macro e relacionar personalidades de topo com a acusação de captura de Estado.

Antes de concluir e deixar outros aspectos ou dúvidas para as perguntas e respostas, vamos focar o Brasil, primeiro país que reconheceu a independência angolana, em 1975, e abriu relações de troca comercial logo em seguida. O interesse diplomático aumentou nos anos 1990, na sequência da queda do apartheid na África do Sul, refletindo na política africana do Brasil no segundo governo Fernando Henrique, subindo vários degraus nos dois primeiros governos Lula. Com Dilma, o interesse por África diminuiu, talvez pela escassez de grandes resultados esperados pelas empresas interessadas e pelo agravamento da situação econômica interna.

Naturalmente, a emergência de resultados em qualquer mercado requer algum tempo e as empresas brasileiras na África, uma vez estimuladas, fizeram exatamente o mesmo que os outros. Praticaram extrativismo e prestação de serviços, por exemplo, na construção civil, sem contribuir para a industrialização local, portanto, mantendo as dependências angolanas. Desse ponto de vista, os ex-colonizadores, os soviéticos, os russos, a China e o Brasil empresarial se conduziram da mesma forma quanto ao modelo econômico. Em termos realistas, consideramos que todos defendem seus interesses empresariais e nacionais perante a passividade dos governos angolanos, ou africanos de modo quase geral, atingidos pela referida mentalidade periférica e dependente.

O que se esperava do Brasil era que, por exemplo, as empresas brasileiras de materiais de construção criassem indústrias de materiais de construção localmente, não os importasse do Brasil, que recorresse mais à mão de obra local, inclusive na sua formação. Em virtude das afinidades históricas e culturais, o caso brasileiro gerou decepção mais visível.

Angola permaneceu todos estes 50 anos dependente das oscilações dos preços do petróleo.

África está quase toda com esse desequilíbrio e Angola é exemplo, mantendo o extrativismo, o produto interno bruto de Angola

dependente a 50% do petróleo e os recursos de exportação a 95% gerados pelo petróleo, com um agravante: são os recursos do petróleo que pagam todas as outras importações, inclusive bens de primeira necessidade.

As taxas de crescimento em Angola são as taxas de crescimento do preço do petróleo, fixados fora do alcance de Angola ou de outros produtores no mesmo estágio de desenvolvimento. Os países produtores de matérias-primas, de modo geral, têm essa característica, não influir no preço do produto.

A gente podia ir muito mais longe em termos disso tudo, mas os 50 anos de independência de Angola vão ser comemorados na base de uma situação que é de fortes desequilíbrios econômicos e sociais, despoletados logo nos dois primeiros anos, quando o Estado virou padrão, equívoco comum a alguns países. Uma coisa é socialismo, outra coisa é transformar o Estado em padrão geral, abrindo espaço a nova classe social, grande parte envolvida na acumulação de capital delinquente ou capital predador. Ainda assim, a parte não envolvida nessa configuração terá na maior ou menor relação com o poder o fator decisivo no sucesso das iniciativas empresariais.

Como consequência, a informalidade de pobreza caracteriza a vida cotidiana a nível de geração de renda, de alimentação e habitação.

Génesis e morte de um partido popular¹

JOSÉ LUÍS CABAÇO

*Doutor em Antropologia Social (USP), professor emérito da
Universidade Técnica de Moçambique*

*Por mais quente que seja a água
da fonte ela não coze o teu arroz.*

(Dito popular que Amílcar Cabral amava citar)

Muito obrigado, obrigado pelo convite, obrigado pela presença de todos que vieram participar nesta conversa. Agradeço, em especial, à chefia do Departamento da UFABC e à direção da Fundação Perseu Abramo, e quero muito felicitar esta parceria pela oportunidade deste encontro. Para além da tímida atenção que no Brasil se dá à matriz africana que enforma o povo brasileiro, iniciativas como a que hoje se abre atestam existência na Academia e outras instâncias de debate cultural de professores e estudantes, de intelectuais e pesquisadores que teimam em devolver aos brasileiros uma parte essencial de si que, por séculos, a colonialidade do poder procura sonegar.

Situar o tema

A presente intervenção enquadra-se na evocação dos cinquenta anos das independências das colónias africanas de Portugal

1.A íntegra da apresentação de José Luís Cabaço no Seminário pode ser assistida aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=Eicxij4XNpg>

que marcaram o fim daquele país como metrópole imperial. Ela não pretende ser um texto acadêmico, mas simplesmente um depoimento, a visão pessoal de quem viveu intensamente aquele período.

Falar sobre África é ainda uma luta contra as sequelas de muitas décadas de silêncios, equívocos e fantasmas que povoam o tema. Com mais frequência do que teria imaginado, me deparo ainda hoje com leituras da África contemporânea que, não tomando em conta a presença do imaginário, confundem racional e literal e fazem recurso a significantes que, no respetivo tempo histórico, tinham diferente significado. Num presente histórico marcado pelo efêmero e por uma interação inédita com o global, o vício classificatório e os juízos de valor “consolidados” carecem de ponderação. Critica-se comumente a análise dualista da descolonização sem tomar em conta a polarização da “situação colonial” caracterizada por Balandier e o maniqueísmo daquela sociedade, tão bem descrito por Fanon. Despreza-se o fato de que mundo estava saindo de uma guerra dita mundial e que fora a radicalização, sem mediações, que determinara a vitória dos Aliados. Onde estavam as terceiras forças, aquelas que hoje, alegadamente, “dão verdade” à história? Por que não reler à luz dos instrumentos contemporâneos o papel das “terceiras forças” nos destinos das guerras na Europa com o mesmo denodo com que o fazem para suavizar a derrota do colonialismo territorial?

As “terceiras forças” existiam, sim, na luta antifascista como na luta anticolonialista. Os heróicos patriotas que as integravam foram coadjuvantes, tantas vezes valorosos e até mártires, de uma luta cujo protagonismo, porém, não lhes pertencia.

Sendo importantes, insisto, elas não foram igualmente determinantes para os caminhos da História.

Se do ponto de vista sociológico o seu estudo pode ser interessante e até indicativo de sensibilidades subjacentes, ele é bem menos importante como fator mutante. A relevância que lhes é por vezes atribuída tem, a meu ver, um subtexto ideológico: o de

desvalorizar as forças que tiveram a ousadia de vencer os exércitos europeus de ocupação e que, mais tarde, não quiseram ou foram incapazes de construir e gerir a liberdade que tinham conquistado.

Foi para mim revelador ouvir, um pouco por acaso, uma aula do professor Nazir Can, docente de literaturas africanas, explicando aos seus alunos como as teorias pós-coloniais ignoram, tantas vezes, os pós (as poeiras) do colonialismo. O feliz trocadilho acendeu uma luz na minha imaginação. De repente, eu “vi” o mastodôntico edifício imperial ruir e como esse desmoronamento, ocorrido em meados do século passado, ergueu nuvens densas de poeiras contaminadas de humilhação, ressentimentos, eugenismos inconfessos, desejos de vingança, incontido ódio por quem pusera em causa uma ordem socioeconómica que, num modelo crismado como definitivo e universal, naturalizava a ideia de “supremacia racial”. Por anos, as nuvens envenenadas ficaram pairando, e, quando os ventos de mudança amainaram, como as cinzas de um vulcão, elas começaram a assentar lentamente e, quase de forma imperceptível, a recobrir e contaminar de novo pessoas, coisas e lugares, e, contemporaneamente, a avivar ideias e comportamentos que julgávamos sepultados ou, pelo menos, em irreversível agonia. Os vírus da supremacia racial e religiosa, da discriminação e da exploração estavam, afinal, apenas em letargia latentes e o regresso ao calor da terra os ressuscitou, reacendendo paixões e disseminando perigosos surtos infecciosos.

Génese e nascimento da FRELIMO

Os trabalhadores emigrados para as colónias inglesas fazendo fronteira com Moçambique tiveram um papel relevante no ativismo nacionalista moçambicano.

Tratava-se, na sua esmagadora maioria de trabalhadores rurais e operários, alguns artesãos e pequenos comerciantes, com escassa escolarização, mas determinados. Os partidos que naqueles países discutiam com as respetivas metrópoles o fim da *colonial rule*, constituíram um ponto de referência decisivo para a sua iniciação

política e ajudaram, nos planos organizativo e material, esses emigrantes a se constituírem em partidos, transmitindo-lhes, como expressão de fraterna solidariedade, a própria experiência de luta nacionalista.

Assim, os caminhos seguidos na formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foram de certa maneira diferentes dos percorridos por outros movimentos que lutaram contra o colonialismo português. Ali, os trabalhadores moçambicanos foram criando formas associativas de autoajuda e defesa da sua condição de emigrantes, nas quais foram ganhando consciência social e formaram as suas lideranças organizativas e político-ideológicas. Partindo de uma afirmação de identidade, como moçambicanos, trabalhadores e pobres, a história dos membros e militantes destas associações, e depois dos grupos nacionalistas que delas nasceram, se manteve fortemente marcada pela matriz popular.

As raízes do ativismo político dos moçambicanos mergulham, portanto, muito mais na força do *Uhuru* (palavra swahili que tem o sentido de “liberdade”, e que foi incendiando a imaginação dos povos da África de Leste, desde o Sudão até Moçambique, na década de 1950 até à década de 1970) do que na intelectualidade revolucionária formada nas universidades das metrópoles.

O próprio Eduardo Mondlane, o mais proeminente nacionalista moçambicano, teve uma fugaz passagem por Lisboa e pela famosa Casa dos Estudantes do Império, mas seguiu poucos meses depois para os Estados Unidos da América, onde concluiu a sua formação académica e onde se fixaria como docente universitário e funcionário das Nações Unidas.

O nacionalismo moçambicano continuava, então, representado pelos pequenos movimentos patrióticos na diáspora e sem um líder com estatura internacional. Em junho de 1962, MANU e UDENAMO², participaram em Acra, capital do Ghana, na All

2. N. do E.: MANU, União Nacional Africana Moçambicana; UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique.

African Freedom Fighters Conference. Por sugestão do Presidente Kwame Nkrumah, os dois movimentos se encontraram e acordaram discutir a possibilidade de unirem forças na resistência ao colonialismo português.

Quando regressam a Dar Es Salaam [Tanzânia], os dois movimentos recebem o pedido da UNAMI³, organização dos mineiros trabalhando no Niassaland, hoje Malawi, para se juntar à discussão. Com o apoio de Julius Nyerere, Presidente do Tanganika, a UDENAMO convida Mondlane, que podia emprestar prestígio e experiência às conversações. O acordo entre os três movimentos é selado formalmente no Congresso fundador, em 25 de junho de 1962, no qual Eduardo Mondlane é eleito Presidente. Ao aceitar o cargo, abandona toda a sua atividade nos Estados Unidos da América para se dedicar exclusivamente à libertação de Moçambique.

Foi complexa e melindrosa a fusão de todos os dirigentes numa única estrutura de direção e difícil a atribuição das áreas de competência na recém-fundada Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Juntos com novas ondas de camponeses e trabalhadores, chegavam, para se juntarem à nova frente política, outros moçambicanos qualificados, militantes e políticos, estudantes, provenientes dos Estados Unidos, Europa e norte de África e até do território ainda sob ocupação colonial. Para decepção de muitos, a chegada destes “intelectuais” foi vista com desconfiança pelas bases e quadros populares do movimento, que olhavam esses “privilegiados” como suspeitos de serem agentes infiltrados pelo governo colonial ou pelo imperialismo ou ainda como “assimilados”, cultural e politicamente cooptados pelos usos e costumes do Ocidente dominador. Com tais restrições, a matriz popular se manteria predominante na FRELIMO.

Os principais comandantes da guerrilha, que constituiriam a cúpula do movimento, e que mais tarde seriam os garantes da linha revolucionária liderada por Samora Machel, eram filhos de cam-

3. N. do E: UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente.

poneses ou de funcionários de baixo escalão na estrutura laboral da sociedade colonial, ou ainda descendentes de linhagens importantes nas sociedades tradicionais para os quais a criação da nova ordem social era a porta de entrada na modernidade. Os guerrilheiros, que combatiam com armas oferecidas pelos países de Leste, viam nas mãos do inimigo armas de fabrico ocidental e isso era o divisor de águas que separava “amigos” de “inimigos”. Na sua passagem por países que os apoiavam, quando ali eram submetidos a treino militar, os combatentes percebiam como a luta, a determinação e os sacrifícios consentidos estavam mudando para melhor, não obstante carências evidentes, o dia a dia dos estratos populares daqueles países. O treino desses comandantes e especialistas abrangia sempre a teoria da guerra revolucionária, pelo que eles regressavam às frentes de combate com capacidade técnica melhorada e teoricamente enriquecidos.

Quando a luta armada criou as primeiras zonas libertadas, surgiu a discussão sobre a melhor forma de organizar a vida das populações agora sob tutela da FRELIMO e a passada experiência colonial das influências de classe social no seio do movimento veio à superfície. Os dirigentes do Departamento de Produção e Comércio da FRELIMO, com alguma experiência prévia de gestão comercial e cooperativa, propuseram que, à semelhança do sistema existente na sociedade colonial, se criasse uma rede comercial que assegurasse o escoamento da produção dos camponeses e o fornecimento de bens de primeira necessidade a custos acessíveis à população. Ganhou importância neste debate o problema da exploração dos camponeses-produtores-de-bens por uma pequena-burguesia-intermediária. A luta de libertação poderia reproduzir a estrutura exploradora da sociedade colonial ou deveria dar lugar a uma organização alternativa controlada pelo povo? Lutava-se e morria-se para substituir os exploradores ou para substituir a própria exploração? A divergência de pontos de vista sobre o assunto vai-se alargar a outros aspetos, tais como a discussão sobre a estratégia da luta, se guerra de curta ou longa duração, a correta definição do inimigo e o racismo, a polí-

tica de clemência perante o militar inimigo capturado, a questão da emancipação da mulher e o seu papel na revolução etc. A direção da FRELIMO falava abertamente na “luta entre duas linhas” que se vai polarizando e recheando de lamentáveis episódios de violência, até à realização, em julho de 1968, do 2º Congresso, em Matchedje, nas zonas libertadas da Província do Niassa. Deste Congresso, viria a sair vencedora a ala progressista apoiada pelos guerrilheiros e tutelada por Eduardo Mondlane, que foi reeleito presidente da Frente.

Unidade até à vitória

A vitória da linha progressista traduziu-se, de imediato, na consolidação de uma nova unidade que, secundarizando diferenças étnicas, religiosas e culturais e múltiplas experiências de vida, encontra os seus fundamentos na rejeição comum de um modelo de sociedade por contraposição ao projeto de nação a construir. A FRELIMO, por entre dores de parto por vezes traumáticas, ia esboçando o seu perfil em torno de uma multifacetada prática de luta. A sociedade que se construía, em situação de guerra, exigia uma disciplina que os guerrilheiros, com sua experiência militar, impunham à comunidade. As populações, por sua vez, encontravam nessa proposta de ordem o enquadramento e a proteção em face do perigo representado pelas tropas portuguesas. Valores e comportamentos tradicionais das sociedades de origem se fundiram nessa modernidade militarizada que a realidade impunha.

A natureza dos problemas postos à comunidade naquela conjuntura facilitava a busca coletiva de soluções populares e o envolvimento de todos na sua implementação. Os riscos partilhados e os sucessos comuns reforçavam a unidade entre combatentes e povo.

À medida em que as zonas sob controle da guerrilha se ampliavam, os problemas de administração dos territórios e das gentes que os habitavam se iam igualmente complicando e exigindo um debate mais profundo sobre a questão da governabilidade após a independência. Esse debate girava em torno da formação de um Es-

tado-Nacional que então consubstanciava a plataforma de unidade sobre a qual se concebia o projeto panafricanista.

A guerra colonial de Portugal dava evidentes indicações do seu cansaço. Em Moçambique, onde Portugal decidira concentrar o principal esforço de guerra na década de 1970, Lisboa lança, a 1º de julho, a propagandeada Operação Nó Górdio, mobilizando a maior e mais poderosa força militar usada em toda a guerra colonial. O Estado Maior colonialista anunciou, durante meses, sucessos clamorosos, mas a realidade é que, a partir de 1971, a ação da FRELIMO no terreno recrudescera e os guerrilheiros tinham aberto novas frentes e levado a guerra ao coração da economia colonial.

Os colonos sentiram a incerteza do seu futuro. Segundo estatísticas oficiais produzidas ainda pela administração portuguesa, em 1971, ano da derrota não anunciada do Nó Górdio e pela primeira vez desde o fim da chamada Guerra Mundial, o número de colonos que abandonou Moçambique foi maior do que o número de colonos que entrou no território.

Com a expansão da luta de libertação, Moçambique se tinha tornado a frente de guerra que infligia mais baixas ao exército colonial. Em alarme, os colonos começaram a responsabilizar as forças armadas que se mostravam impotentes para deter a luta popular, hostilizando os militares e acusando-os de cobardia e corrupção. O já referido fantasma da humilhação sofrida na Índia, assustava os oficiais que, já então, conspiravam contra o regime. Antes que se voltasse a fazer das Forças Armadas Portuguesas o bode expiatório de uma derrota inevitável, um pedido para apressar a insurgência foi enviado aos conspiradores na metrópole. Dois meses e meio mais tarde, a resposta viria com o golpe militar do 25 de Abril.

Estado-Nação e alianças de classe

Com a derrota do exército colonial, a FRELIMO viu-se empossada da responsabilidade de governar Moçambique.

Foram muito difíceis, mas galvanizantes, os anos que se sucederam imediatamente à independência, em 1975. Pode afirmar-se

que as três centenas de milhar de colonos portugueses e de outras nacionalidades que habitavam o território detinham a totalidade dos cargos de gestão e de direção técnica e administrativa aos diferentes escalões.

O abandono da antiga colónia por quem detinha recursos financeiros e conhecimento científico e tecnológico teve um forte impacto negativo nos tempos que seguiram à proclamação da independência. A FRELIMO, com um governo onde os ministros tinham entre 29 e 39 anos, deparava-se com uma situação sem precedente na sua experiência de luta e hesitava, por vezes, perante a necessidade de dar resposta a uma sociedade urbana e tecnológica cuja complexidade nem sempre os membros e combatentes compreendiam na sua totalidade. A falta de quadros para as múltiplas tarefas da governação exigia a concentração dos militantes mais preparados no vértice da pirâmide de comando, deixando desprotegidos os escalões intermédios e de base.

Os problemas que surgiam nas zonas libertadas eram, de uma forma geral, mais acessíveis à experiência acumulada e mais próximos da cosmologia da sociedade tradicional. Com frequência, a aplicação dos métodos utilizados na resolução de problemas e conflitos nas zonas rurais era mal-recebida pelos habitantes das áreas urbanizadas e os incidentes se repetiam, vistos muitas vezes por quem detinha a autoridade como atitudes hostis à nova ordem revolucionária.

O momento era de grandes transformações. A FRELIMO promovia e valorizava as soluções populares coletivas e elas ocuparam, nesses primeiros anos, um lugar de destaque na administração do cotidiano. Os grupos dinamizadores, órgãos de gestão popular dos locais de trabalho e residência eram coletivos de trabalhadores e residentes, eleitos por todos os cidadãos das áreas pelas quais eram responsáveis e zelavam por todos os aspetos da vida das comunidades. A primeira aliança, que respondia à matriz popular e democrática do Movimento, foi, portanto, com o povo, procurando organizar os cidadãos, obter de cada a

um a sua sensibilidade e colher as experiências e habilidades que a dura luta pela sobrevivência em regime de ocupação lhes havia proporcionado.

Nos últimos anos do regime colonial, o movimento estudantil da Universidade de Lourenço Marques, a única no território, radicalizou politicamente em apoio à luta anticolonialista. Embora a população branca em Moçambique representasse pouco mais de 2% do total de residentes, a população estudantil universitária era, na sua esmagadora maioria, composta por não-negros, o que fazia desta rebelião de classe, que envolvia filhos de colonos e dos estratos mais privilegiados, um prenúncio do ocaso da era colonial racista.

A FRELIMO não hesitou perante a aliança com esse setor da sociedade que, rapidamente, se incorporou e foi integrado no Movimento. Dezenas de recém-graduados ou estudantes dos últimos anos, com entusiasmo, vieram trazer apoio científico ao esforço dos trabalhadores que, com a sua experiência e determinação, mantinham em funcionamento o país.

A estas alianças se devem somar os acordos de cooperação técnica com países socialistas, com outros países africanos, com movimentos sociais do Ocidente, com organismos especializados de organizações internacionais etc. que trouxeram especialistas e muitos exemplos de solidariedade. Entre as mais relevantes e generosas contribuições internacionalistas destacou-se, aos olhos dos moçambicanos, a que resultou dos acordos com partidos revolucionários da América do Sul, em especial o Brasil e o Chile, criando condições para acolher, no jovem país, muitos militantes exilados.

A política de alianças permitiu à FRELIMO conter a crise produtiva do país. Preservando e reforçando teoricamente a sua opção pela democracia popular e, em face do sucesso da mobilização em torno do novo projeto de desenvolvimento, tomou a decisão de convocar o 3º Congresso do Movimento para definição da nova fase de luta e reconstrução. Esse seria o Congresso da

transformação do Movimento de Libertação em Partido de Vanguarda da Revolução que, dizem os Estatutos aprovados, se regia “pela síntese da experiência revolucionária do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo”.

A criação do Partido de Vanguarda é objeto de polémica até os dias de hoje. Uns a consideram como tendo sido necessária para definir e afirmar os caminhos da opção socialista; outros avaliam que as condições objetivas não estavam criadas e que os dirigentes revolucionários interpretaram como consciência política aquilo que eram manifestações do entusiasmo popular e da confiança na FRELIMO libertadora e no seu líder.

Levado pela emoção, eu fiz parte dos que secundarizaram a lucidez e a reflexão apoiando a fuga para a frente que representava a criação de um partido de classe. Os principais argumentos diziam respeito à necessidade de se manter a pressão ofensiva sobre a realidade em transformação.

Meio século depois, é pacífico compreender que havia um mar entre esse entusiasmo popular e consciência nacional e reconhecer a dimensão das lacunas que faziam prematura a decisão de fundar um Partido de Classe. Com a histórica decisão de 1977, indivíduos e grupos sociais de patriotas, como os religiosos, cidadãos sem partido, grupos da sociedade civil etc., aliados na política frentista, não se reconheceram na opção ideológica anunciada e se sentiram secundarizados na ampla aliança que se tinha consubstanciado na Frente de Libertação.

Esse foi de novo um período difícil de reajustamento político e social. Foi necessário discutir e definir que critérios usar para passar de aderente à Frente para membro do Partido quando a formação teórica dos candidatos era mais um projeto do que uma realidade consolidada. Naqueles anos, os cidadãos engajados pensavam menos em acumulação de riqueza e mais numa carreira que assegurasse tranquilidade financeira e proteção das carências sociais e dos discricionários excessos de agentes da autoridade que violavam direitos essenciais. Apesar das obrigações severas dos

membros do Partido, que nos Estatutos se definiam como “os últimos nos benefícios”, era sentimento de muitos que ser membro do Partido viria, mais cedo ou mais tarde, a garantir vantagens. Assim, a política em lugar de ser um instrumento para servir o povo e o país corria o risco de se tornar gradualmente um meio de servir interesses individuais,

A direção do Partido teve a percepção dos perigos dessa fratura no tecido social, pois promoveu uma sequência de encontros dirigidos pelo próprio presidente Samora Machel com guerrilheiros desmobilizados, com os dirigentes das confissões religiosas e com antigos colaboradores do colonialismo, os chamados “comprometidos”. Em todos esses encontros, foram discutidos problemas de relacionamento que haviam surgido no passado, esclarecidos direitos e oferecidas garantias. Todos os encontros encerraram com um apelo do próprio presidente Machel pela consolidação da Paz e do diálogo e o reiterado empenho de cada um nas tarefas da reconstrução nacional. Esta verdadeira ofensiva política de reconciliação e convergência culminou com um gigantesco comício na Praça da Independência, no qual o Presidente mostrou ter tomado ato do desvio autoritário que o processo revolucionário dava sinais, tecendo duras críticas aos excessos praticados pelas forças de defesa e segurança. Na presença dos Ministros das respetivas pastas, diante do povo, o Presidente assumiu o compromisso de ser implacável na luta contra as violações da legalidade.

Ainda em 1979, era anunciado o grande projeto de luta contra a fome e o desenvolvimento. A Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento foi apresentada como um plano de realizações económicas e sociais (o PPI – Plano Prospetivo Indicativo) que tinha como objetivo nuclear romper com a espiral do subdesenvolvimento e conduzir essa rotura às mentalidades da população para a “construção do Homem Novo”.

O 4º Congresso, então convocado, representou um esforço teórico para retomar a dialética entre ação e pensamento, repassando o marxismo em termos da realidade moçambicana e buscando a

coesão considerada indispensável para a realização dos objetivos traçados pelo PPI.

Da guerra de agressão à oposição

Em 1977, Ken Flowers, chefe dos serviços secretos militares da Rodésia, tomara a decisão de criar uma unidade especial, seguindo o modelo dos “contra” da Nicarágua, constituída por antigos militares portugueses e moçambicanos que tinham procurado refúgio, a maioria deles temendo possíveis represálias por crimes cometidos durante a guerra colonial. Esse grupo era reforçado por especialistas mercenários com experiência de combate em África e enquadrado e comandado por militares do exército rodésiano. A exemplo dos “contra”, e para mascarar a responsabilidade direta do governo da Rodésia, foi posto à disposição dessa operação um canal de rádio que difundia propaganda antiFRELIMO e se apresentava como fazendo parte de uma forma de resistência à independência de Moçambique. A emissão intitulava-se Rádio Moçambique Livre.

O grupo, segundo anos mais tarde Ken Flowers viria a revelar, tinha a finalidade de seguir e flagelar em território moçambicano os guerrilheiros zimbabweanos que lutavam contra o regime racista e ilegal a partir dos seus santuários dentro de Moçambique. Eram, nas palavras de Flowers, “os olhos e os ouvidos” da contra-inteligência militar e de segurança.

Uma ala de colonos portugueses, com ligações e apoios nos serviços secretos militares de Lisboa e nos poderosos serviços secretos franceses, juntou-se a esta operação procurando dar-lhe uma veste política e, usando a língua portuguesa, ocupar-se do setor da propaganda. O grupo, que entretanto tinha mudado a sigla para MNR (Mozambique National Resistance) adotou finalmente o nome em português de Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Aproveitando o momento de desorganização que caracterizou a passagem de força guerrilheira para exército regular, as Forças

Armadas de Moçambique, com efetivos novos, despolitizados e mal treinados, sofreram vários revezes em confrontos diretos, o que foi abrindo novas oportunidades de ação para os “contra”. Em 1980, com o fim da colónia rebelde da Rodésia e a proclamação da República do Zimbabwe, a África do Sul do *apartheid* mostrou interesse em acolher estas unidades para integrá-las na sua estratégia de desestabilização regional. Para surpresa de todas as partes envolvidas, os combatentes da Renamo, a quem os rodesianos tinham oferecido a possibilidade de se dissolverem garantindo sua segurança pessoal, optaram por continuar como grupo de combate.

Há mais de meio século de distância, e refletindo sobre esse passado, sou hoje de opinião que houve, mais uma vez, um erro de avaliação. À força de qualificar a Renamo como um grupo de “bandidos armados” (e o seu comportamento brutal poderia justificar muitas vezes o epíteto) não se fez uma cuidadosa análise política, social e antropológica dos motivos que levaram estes mercenários, até aí a soldo de regimes racistas, a mostrarem interesse por uma eventual disputa do poder. As causas não foram de natureza ideológica, mas de acesso aos benefícios do poder, para uns, e, para outros, pela vontade de recuperar privilégios, propriedade e regalias que tinham perdido com a independência nacional. Contudo, a manifestação de vontade de prosseguir a luta anti-governamental marcou o início de uma nova fase. A Renamo se infiltrou na sociedade moçambicana e foi ganhando autonomia operacional dos seus antigos tutores. Em minha opinião, e sobre isso muitos analistas divergem, esta é a fase da conversão da guerra de agressão em guerra civil.

Com o apoio logístico da África do Sul, a desestabilização foi alargada a muitas regiões de Moçambique, lançando o caos nas zonas rurais do país. As infraestruturas criadas após a independência foram destruídas e os quadros formados, dispersos. Cerca de seis milhões de camponeses procuraram refúgio nos países vi-

zinhos. Em pouco mais de dois anos, Moçambique tornou-se um dos países mais pobres do mundo.

Em 1983, o Governo de Moçambique, sob grande pressão interna e internacional, adere ao projeto de um “engajamento construtivo” proposto pela diplomacia dos Estados Unidos da América e assina, em 16 de março de 1984, com o governo sul africano o Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança, conhecido como Acordo de Nkomati.

Enganou-se quem esperava que a redução do apoio sul africano representaria o desmoronamento da Renamo.

Em 1990, pressionada pelos contatos políticos em curso em busca de uma solução negociada, a Assembleia da República de Moçambique procede a uma importante revisão constitucional que, entre outras medidas, introduz o multipartidarismo. Estava removido um importante obstáculo a um acordo entre governo e Renamo e ao anúncio da Paz, que viria a ser assinada em 4 de outubro de 1992, em Roma, Itália.

Enganou-se também quem prognosticava que o multipartidarismo teria grande impacto na vida do país, abrindo espaços de profícua interação entre opostos e de exercício da diversidade democrática.

Depois de mais de duas décadas de bipartidarismo, surgiu, na cidade da Beira, de uma dissidência da Renamo, um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique. O aparecimento do MDM suscitou entusiasmo entre intelectuais jovens, mas a dinâmica interna do Partido cedo revelou as dificuldades de interlocução com o mundo rural e a natureza regional da sua base social. Com a morte, por doença, do seu líder, Daviz Simango, o MDM pareceu acomodar-se na sua vocação autárquica e perdeu parte do seu carisma.

A rejeição crescente do Partido FRELIMO e a decepção de setores do eleitorado com a apatia da Renamo abriram espaço para a emergência de novas forças políticas que protagonizaram as recentes manifestações de protesto contra a fraude eleitoral de 2024.

Meio século

Este meio século foi, sem dúvida, de intensas paixões e profundas desilusões, de utopias mobilizadoras e exaltantes momentos de esperança, nos quais tudo parecia possível. Quem viveu tal experiência está consciente de que as utopias não morrem, elas, simplesmente, orbitam como cometas e regularmente reaparecem trazendo uma nova luminosidade.

Recordo, a título emblemático, um episódio que me marcou, ocorrido no curso de uma animada troca de opiniões entre enfermeiros moçambicanos e colegas profissionais do Norte da Europa, à qual eu estava acidentalmente presente. Num fim de tarde abafado de vésperas de Nata, se falava do futuro de Moçambique. Interrompendo a conversa, um dos europeus se lamentou do intenso calor húmido que quase nos sufocava e comentou, com saudade, que a sua região de origem, naqueles dias, estava embelezada por uma espessa camada de neve. Uma das jovens enfermeiras, abrindo um bonito sorriso, respondeu: “Também nós, colega, teremos dias de neve quando conseguirmos vencer este sudesenvolvimento em que fomos mergulhados”. A minha conterrânea sabia com certeza que a neve não é possível em dezembro em Maputo, mas gostaria de sentir um dia idêntico orgulho, evocando, quem sabe onde, a sua terra africana.

Tínhamos acabado de debater como uma África independente, conformada com a modernidade histórica e estrutural, é uma construção ainda em convulsão, a qual toca todos os aspetos da vida do cidadão, desde a relação com as instituições, que se vê muitas vezes compelida a criar, até os códigos linguísticos e aos valores éticos, sociais e religiosos, quantas vezes questionando as próprias raízes.

Alguns dos europeus se olharam entre surpresos, reféns de uma racionalidade que deixa pouco espaço aos voos da imaginação. Mas quem viveu com intensidade aquela época sabia que a utopia que nos iluminava autorizava-nos a sonhar com um Natal de neve num verão africano às margens do Índico.

A luta permanente do povo moçambicano¹

BELUCE BELLUCCI

Economista, professor de história da África, doutor pela USP, mestre e licenciado pela Université da Paris1 – Sorbonne (Panthéon) em Desenvolvimento Econômico e Social. Foi vice-diretor executivo do CEEA da Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

Esclarecimentos

Vivi com minha família mais de 10 anos na República Popular de Moçambique, onde eu e minha então esposa, Célia, trabalhávamos como economistas. Eu, no Instituto de Crédito de Moçambique – que se transformou em Banco Popular de Desenvolvimento quando da nacionalização do sistema bancário – e, depois, no Ministério da Agricultura; ela, no Ministério da Agricultura. Éramos cooperantes no processo de reconstrução nacional e da revolução socialista. Chegamos com uma filha de seis meses, chamada Luanda, em fevereiro de 1977, durante as sessões do III Congresso da Frelimo². Após a anistia no Brasil, passamos uns anos por aqui e regressamos para lá, agora com mais um filho, Rodrigo, saindo definitivamente em 1992, depois da libertação de Nelson Mandela³. Esses anos vividos marcaram

1.A íntegra da apresentação de Beluce Bellucci no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=lqomNgPdnAY>

2. Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique.

3. A referência a Nelson Mandela deve-se a que Moçambique foi o primeiro país que ele visitou após sair da prisão, para agradecer à Frelimo o apoio dado a ele e ao ANC (movimento/partido Congresso Nacional Africano) durante a luta contra

positivamente para sempre nossas vidas, assim como a de quase todos os brasileiros que para lá se refugiaram durante o exílio da ditadura militar no Brasil. Mais de 150 famílias nesta situação lá se encontravam.

Há algumas semanas, quando comecei a refletir sobre este seminário, apesar de não ser uma pessoa deprimida, passei alguns dias depressivos. E a causa desta depressão não foi essencialmente por estar refletindo sobre o que está acontecendo neste momento em Moçambique⁴. É uma situação extremamente grave, sem dúvidas, mas eu faço parte de um grupo de brasileiros que estavam acostumados a perder revoluções, tal como o Buendía de García Márquez. Perdemos no Brasil, no Chile, na Argentina, em Portugal e, depois, em Moçambique.

Situação desagregadora acontece com nossos *hermanos* argentinos que passam por momentos difíceis econômicos, políticos e sociais, assim como a conjuntura mundial com o neofascismo avançando aqui entre nós, nos Estados Unidos e em diversos países da Europa. E elas não me deprimem, embora muito me preocupem. Por outro lado, sou escolado em Moçambique, defendi tese de doutorado sobre sua economia e acompanhei diversas outras.

Comecei a preparar este texto⁵ com intenção de compreender esse momento particular observando as diferenças entre os períodos econômicos que caracterizaram o Estado Moçambique e as suas crises, em particular o percurso pós-independência.

o apartheid. Este comício em Maputo, com a presença de Winnie Madikizela-Mandela e do presidente moçambicano Joaquim Chissano, foi o último grande ato político em que compareci em Moçambique antes de meu regresso.

4. Desde finais de 2024, quando das eleições presidenciais, tem havido inúmeras manifestações de massa, principalmente de jovens, reclamando de fraude nas eleições, corrupção no governo da Frelimo, que está no poder desde a independência, em 1975. Com diversas origens e movimentos, essas manifestações são espontâneas, sem partidos à frente, e dirigidas por pessoas conservadoras, próximas à extrema-direita internacional.

5. Apoiei-me nos textos, teses e artigos apontados nas referências e na própria experiência.

Introdução

Nas sociedades tradicionais moçambicanas, os principais atores são as populações rurais e suas atividades eram essencialmente agrícolas. Diversificadas de região a região, as etnias possuíam idiomas, culturas, religião, técnicas de produção e produtos, organização hierárquica próprios, assim como chefias específicas, rivalidades e alianças intra e entre etnias, disputas por espaços etc. São sociedades de tal complexidade e variedade que nós brasileiros pouco as estudamos e as conhecemos. Ao longo dos últimos 150 anos, elas foram se modificando e se desorganizando. Primeiro, pela intervenção colonial de Portugal, que as conservava para explorá-las e, ao fazê-lo, a destruíam no longo prazo; depois, já em crise, pela tentativa de sua transformação pós-independência; e, finalmente, pelas políticas neoliberais que pouco a consideram para explorar sua força de trabalho⁶, e tampouco pretendem transformá-la, limitando-se, para que pouco atrapalhem, a ações de ajuda.

Há pouco mais de um século, a modernidade se propunha a “civilizar” os “selvagens” africanos, fazendo-os aceitar a religião cristã, o hábito de se vestir, a responsabilidade para com o trabalho (sobretudo essa), entre outras. Sabe-se bem hoje o que foi realmente essa “civilização” através do colonialismo: o trabalho forçado, a migração, o cultivo obrigatório, o pagamento de impostos em moeda, o castigo corporal, a prisão, os massacres, o degredo, o não reconhecimento da cidadania, o assimilacionismo, a segregação e o subdesenvolvimento. Esse foi o lado da modernidade que coube às colônias africanas. Em contrapartida, forneciam trabalho, cujo produto era apropriado e transferido para a metrópole. Esta se enriquecia, se capitalizava, criava infraestrutura no território europeu, se instruíam e se cultivava. E exigia dos africanos a adotarem as normas “civilizadas” do momento: primeiro o desenvolvimento

6. Essas sociedades deixaram de ser a razão de ser do lucro capitalista no neoliberalismo através da exploração da sua força de trabalho. Embora isso ainda aconteça, o principal que delas retiram é seu conhecimento sobre a natureza.

e o Estado forte, depois, as liberdades e o Estado mínimo, primeiro a ditadura, depois a democracia. (Bellucci, 2010)

No entanto, as desigualdades sociais se aprofundaram e a pobreza extrema aumentou. Vencida a guerra anticolonial, de independência nacional, profundas mudanças foram aplicadas pela Frelimo na estrutura produtiva colonial do país, bem como nas relações de produção capitalistas, através de um estado forte centralizador e planificador, que teve, entretanto, curta duração, já que a crise econômica, financeira e social levou à prevalência das políticas neoliberais e a um novo Estado. Passou-se, então, para um sistema “democrático”, de liberdades e livre movimentação de capitais e mercadorias, de Estado mínimo, permitindo um crescimento expressivo do PIB, acompanhado por uma degradação de vida das populações e aumento da pobreza extrema como nunca visto.

Entre finais de 1980 e 2000, houve mudança sensível entre as populações. As sociedades agrícolas tradicionais se desorganizam profundamente, sofreram penúrias de todo tipo, climáticas e políticas, e os deslocados se dirigiram para as cidades que ofereciam maior segurança e melhor expectativa. Estas incharam e formaram novas camadas sociais, onde as etnias se misturam, bagunçando as hierarquias étnicas identitárias, e foram empurradas a participarem em organizações mafiosas, no contrabando, no tráfico de armas e de drogas, nas milícias, muitas vezes com a anuência e participação de instituições do Estado; ou, então, no comércio e serviços urbanos precarizados. A luta passou a ser pela sobrevivência. A cidade deixou de ser dos colonialistas ou da classe média dominante pós-independências e seus serviços para ser disputada, também, por aquela grande massa. (Bellucci e Lamy, 2022). A crise do Estado liberal se instala no novo milênio.

As sociedades tradicionais existentes em Moçambique desde a antiguidade foram se enfraquecendo durante o colonialismo pela usurpação de suas produções, chegando à crise no período

da independência e à desorganização profunda após as políticas neoliberais.

O Estado colonial de exploração

O Estado colonial de exploração em Moçambique durou de fins do século 19 até início dos anos 1960. Com sua lei do indigenato, suas companhias majestáticas e com o Pacto Colonial que pode ser resumir em: a *cultura obrigatória*, obrigação de as populações rurais cultivarem para a exportação produtos indicados pela metrópole; o *trabalho forçado*, recrutamento forçado e, na maioria das vezes, com baixíssima remuneração para as obras de infraestruturas (portos, estradas) ou para empresas privadas coloniais, particularmente nas fazendas e minas; o *pagamento de imposto*, obrigação de os africanos pagarem impostos em moeda do colonizador, e o *condicionalismo industrial*, política que somente permitia a implantação de indústrias em solo moçambicano se não oferecessem concorrência com as metropolitanas.

O Estado colonial de valorização

O Estado colonial de valorização, entre o início dos anos 1960 até 1975. Com o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos, grandes vencedores, não possuíam colônias e o capitalismo europeu estava em reestruturação interna. Se melhorassem as condições de vida dos africanos e aumentassem a riqueza na África, as metrópoles poderiam, então, vender ali mais mercadorias e propiciar mais empregos, produzindo essas mercadorias em solo europeu. Além de que, em contrapartida, obteriam mais gêneros alimentícios e matérias-primas dos seus domínios africanos.

Para tal, seria necessário maior investimento nas colônias, privado ou estatal (Fage, 1997: 438). O processo de valorização das colônias (que deveria criar um assalariamento) foi uma política voltada a beneficiar as metrópoles. A conquista dos mercados coloniais pela indústria metropolitana foi através de barreiras pro-

tecionistas, aduaneiras ou restrições quantitativas às importações estrangeiras.

Seguindo a Inglaterra e a França com 15 anos de atraso, Portugal, ainda durante o salazarismo, iniciou essa modernização em 1961, com perspectiva conservadora, através de criação de indústrias, investimentos e projetos de irrigação no campo, que iria transformar lentamente a geografia e produzir reflexos no pensamento africano, que se estruturava em nacionalista. As condições objetivas embasavam para que os próprios africanos estivessem à frente desse processo de modernização. Este pensamento se manifestou a partir do V Congresso Pan-Africano de 1945, em Manchester, que propôs pela primeira vez a independência total das colônias para os africanos.⁷

O colonialismo impôs-se em Moçambique sobre sociedades tradicionais estruturadas e estabeleceu relações de exploração específicas. Porém, ele não retirou das mãos das massas a propriedade do solo, condição primeira para a produção capitalista (Marx). Não generalizou, assim, a organização do trabalho assalariado. Deixou a sociedade tradicional com suas próprias relações sociais, que foram conservadas e/ou adaptadas para servir aos interesses coloniais, o que criou formações sociais específicas e complexas, cuja relação permitia transferências extraordinárias das riquezas às metrópoles, ao mesmo tempo que desorganizavam as sociedades tradicionais condenando-as ao subdesenvolvimento.

A articulação de modos de produção

Elementos da sociedade não capitalista foram conservados e/ou adaptados para servir aos interesses do capitalismo. “É a partir da articulação entre modos de produção que se pode explicar o

7. Nos anos 1950, Marcelino dos Santos (1929-2020) já participava com Amílcar Cabral e Agostinho Neto, entre outros, em Lisboa, do nascimento do movimento anticolonial nas colônias portuguesas. Foi fundador da Frelimo, seu vice-presidente, e vice-presidente da República (1975-77).

subdesenvolvimento, como resultado da ação imperialista e da reprodução da força de trabalho barata”. (Meillassoux, 1997)

A agricultura alimentar permaneceu fora da esfera de produção do capitalismo, mas fornecendo a ele mão-de-obra alimentada no setor doméstico ou produtos de exportação.

“Esta economia alimentar pertence à esfera da circulação do capitalismo, na medida em que o aprovisiona em termos de força de trabalho e de produtos, enquanto permanece fora da esfera de produção capitalista dado que o capital não investe nela, e as relações de produção são de tipo doméstico e não capitalista”. (Meillassoux, 1977)

O imperialismo põe em cena os meios de reprodução de uma força de trabalho barata em proveito do capital; processo de reprodução que é a causa essencial do subdesenvolvimento e simultaneamente da prosperidade do setor capitalista.

A força de trabalho, quando não empregada em “função produtiva” no capitalismo, assume as tarefas da sociedade doméstica. O custo da formação até a idade produtiva (e os casos de incapacidade e velhice, doença, ou quando há excedente de mão-de-obra) não está embutido nos salários. Do tempo de trabalho socialmente necessário que constitui o valor do salário são deduzidos os custos produzidos na sociedade doméstica. Para os capitalistas, a única “sociedade” é a sociedade capitalista, e eles só consideram “socialmente necessário” o que ela produz.

Esta articulação de modos de produção é a causa do subdesenvolvimento, pois oferece a possibilidade de se obter um lucro superior àquele que se obteria nas condições “normais” de extração da mais-valia.

A renda, categoria pré-capitalista, foi recuperada pelo capitalismo para a exploração da comunidade tradicional. Imposições extraeconômicas (violentas) são aplicadas para extrair a renda parcial ou total do trabalho dos camponeses. O trabalho do africano retirado da sociedade tradicional, na agricultura comercial, ou nas atividades não agrícolas (minas, construção civil), tem a vantagem

adicional de explorar, além do trabalhador individual, o coletivo: a comunidade tradicional.

O exemplo extremo de extração da renda é quando o trabalhador, nos períodos mortos do processo produtivo da produção doméstica, é forçado a sair de seu “universo” (sociedade tradicional) para trabalhar no setor capitalista, mas não se alimenta nem mesmo a custa do patrão. Neste caso, o patrão só fornece o capital constante, não obtém mais-valia, pois não paga salário, e seu lucro limita-se à renda. Nesta combinação, o rendimento do capitalista será tanto mais elevado quanto a comunidade tradicional onerada, além da mais-valia obtida em contrapartida do salário. As combinações são as mais variadas e dependem do tipo de Estado (colonial ou neocolonial), do nível da luta de classes e da época em questão.

A teoria da articulação de modos de produção permite uma compreensão melhor sobre a complexidade das formações sociais periféricas. Não se trata, simplesmente, de “destruição de um modo de produção por um outro, mas a organização contraditória das relações econômicas entre os dois sectores, capitalista e doméstico, um preservando o outro para lhe subtrair a sua subsistência, e, ao fazê-lo, destruindo-o” (Meillassoux, 1977).

Se, por um lado, esta articulação preserva a economia tradicional, por outro, ela contém os elementos de sua destruição a longo prazo ao ir ruindo seus elementos constitutivos essenciais.

A manutenção da comunidade tradicional, puncionada pelo setor capitalista, criou uma espécie de “acumulação primitiva permanente”, e fez nascer o tipo de subdesenvolvimento predominante no continente africano sulsaariano. Isso se verifica, já no final século 19, pela aplicação de legislação específica para os africanos (a lei do indigenato), diferente das leis da Metrópole, no que diz respeito às questões culturais, políticas, econômicas e jurídicas. Estas vigorariam até que o africano fosse “civilizado” pelo trabalho, processo conhecido como *assimilacionismo*.

Os colonialistas precisavam do trabalho dos indígenas nos setores capitalistas (por isso, os obrigavam ao trabalho, que os assimilariam), mas não podiam assimilá-los por inteiro, pois senão perderiam os lucros extras da renda obtida exatamente porque existiam as sociedades tradicionais, isto é, não assimiladas.

O Estado colonial baseado na articulação de modos de produção entrou em crise já em seu nascimento, e o aparecimento dos movimentos nacionalistas, criados e fortalecidos pós-Segunda Guerra, se unem e constituem a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique em 1962, que irá selar a sua sorte. A guerra revolucionária iniciada em Moçambique em 1964 durou 12 anos, até a independência, e, juntamente com as guerras lideradas pelo PAIGC⁸ e pelo MPLA⁹, irão ser as principais responsáveis pelo movimento dos capitães que deu origem à Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 em Portugal.

O Estado independente da RP de Moçambique

A República Popular de Moçambique foi um Estado independente, moderno e desenvolvimentista, que vigorou de 1975 a fins dos anos 1980. É o período da revolução democrática nacional e da revolução democrática social, com as suas dificuldades e desagregação já entre 1985 e 1995. O grande debate na África nesta época dava-se entre capitalismo e socialismo. As diferenças básicas entre eles residiam no caráter de classe do Estado e no alinhamento que faziam na Guerra-Fria. Enquanto os neocoloniais se aliavam aos países do ocidente e mantinham a liberdade de atuação dos grupos de capital no interior, às vezes associados a grupos nacionais, garantindo a exportação dos lucros; já os socialistas se alinhavam aos países do Leste e propunham a nacionalização e estatização da economia e a aplicação dos lucros segundo as necessidades da população e um planejamento de longo prazo. Ambos se estruturavam em Estados fortes, dirigidos por partido único,

8. Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde.

9. Movimento Popular de Libertação de Angola.

com capacidade de realizar projetos de envergadura e com financiamentos externos. Obcecados por “desenvolver” os seus países, os projetos eram orientados pela industrialização, o que requeria conhecimento técnico-científico e capital, e é nesse sentido que podem ser classificados como Estados desenvolvimentistas.

Em fevereiro de 1977, o III Congresso da Frelimo transformou a Frente em partido, passando a denominar-se Partido Frelimo, marxista-leninista, dirigente do Estado e da sociedade; e definiu as diretrizes econômicas e sociais para o conjunto do país, visando a construção do socialismo.

Na RP de Moçambique, foram nacionalizados os prédios de rendimentos, o comércio atacadista e muito do varejista, o sistema bancário, as unidades agrícolas e industriais, o ensino, a saúde, a advocacia privada etc. Na construção socialista, o campesinato seria a força principal e a classe operária, a dirigente. A Frelimo definiu que a estratégia de socialização do campo devia se apoiar nas Aldeias Comunais, por meio das quais, através da produção e da vida coletivas, esperava-se obter um crescimento rápido da consciência revolucionária, tornando possível a autossuficiência alimentar e a satisfação das necessidades básicas sociais e culturais.

A aldeia comunal não era uma forma de produção, mas de *organização política e social* que tinha como base produtiva uma cooperativa ou uma fazenda estatal.

As diretrizes tomavam “a agricultura como base, a indústria como fator dinamizador e a edificação da indústria pesada como fator decisivo”, e se propunha a romper com a miséria e com a dependência externa, e a construir uma economia avançada a serviço do povo. Seria a época da edificação da base material, técnica e científica para a passagem ao socialismo.

O setor de produção de Estado deveria se tornar dominante e determinante, pois as empresas do Estado seriam os instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento planejado, harmonioso, seguro e independente. Esse setor canalizaria para o Estado gran-

de parte dos excedentes de produção, garantindo a sua aplicação nos setores socioeconômicos prioritários.

A Frelimo propunha o desenvolvimento acelerado das forças produtivas para a consolidação do Estado-nação, através da modernização da agricultura, do aumento das exportações, da industrialização e da concentração da população em Aldeias Comunais. Tudo planejado racionalmente por um Estado forte, centralizador, executor e distribuidor, dirigido pelo partido único.

A partir de 1984, se inicia a transição ao neoliberalismo com os Programas de Ajustamento Estrutural, em Moçambique chamados de PRES (Programa de Reabilitação Econômica e Social), voltados para reduzir as importações e aumentar as exportações, visando transferir as rendas para o exterior, às custas de eliminação dos programas sociais, das privatizações e da redução do Estado entre outras medidas.

A RPM, apesar da herança colonial e pré-colonial, teve a capacidade de realizar políticas públicas e de se constituir em Estado laico. Ela se manteve acima das religiões e das diferenças regionais na condução do processo de desenvolvimento e da revolução social. Apesar de sua pouca duração, foi a mais profunda e coerente experiência socialista do continente.

Nessa época, o Estado não era assaltado por grupos de interesses privados. Tratava-se de um projeto de unidade nacional e luta para a transformação social coletiva. Vivia-se um momento, em todas as frentes, de luta contra o capital, o *apartheid* e o imperialismo, e as teorias e as práticas da Frelimo estavam inseridas nessa direção.

Além dos Planos Estatais Centrais anuais, foi elaborado um Plano Prospectivo Indicativo para a década de 1980 que predominou até o 4º Congresso, em 1983, quando sofreu reajustes e muitas críticas por sua enorme ambição.

As políticas para a construção do Estado-nação e do socialismo eram desenhadas numa perspectiva de modernização da

sociedade com o desenvolvimento das forças produtivas através da estatização dos meios de produção. A construção do poder popular seria o pano de fundo político ao novo Estado, apoiado pela aliança operário-camponesa. O artigo 3º da primeira Constituição (1975) preconizava que a RP de Moçambique seria orientada pela Frelimo, e esta seria a força dirigente do Estado e da sociedade.

Estive mais de 10 anos acompanhando, junto ao povo moçambicano, a beleza e o risco do que foi o processo da construção da Nação, processo vitorioso, tal como o da revolução de libertação nacional, anticolonial, percorrendo o país do “Rovuma ao Maputo”, observando “morrer a tribo para que nascesse a Nação”. A nação moçambicana que se conhece hoje foi fruto do trabalho da Frelimo de Samora Machel.

“O nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.” (Hobsbawn, 2002) E Samora (s/d) trazia uma visão científica moderna contra a tradição obscurantista da sociedade tradicional: “Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação.” Agora que tinham o Estado poderiam formar a Nação.

A Frelimo pretendia, ainda, *“liquidar definitivamente os vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista, que permaneciam no nível da mentalidade e do comportamento”*, e prosseguia com a batalha contra as formas de opressão e exploração da mulher e da juventude e os “valores decadentes da burguesia”.

Desde as zonas libertadas, defendendo os princípios de desencadear a luta armada e enraizá-la e de institucionalizar o poder popular, a Frelimo desencadeou a luta de classes em seu próprio seio. A Frelimo se integrou, desde cedo, nas lutas de libertação do Terceiro Mundo, demonstrando na prática, através da luta armada, a sua vocação internacionalista, a sua solidariedade com os povos oprimidos expressas pelo caráter anti-imperialista da sua revolução, como demonstra o apoio à libertação do Zimbábue, Namíbia, África do Sul, Timor Leste e outros.

O Governo de Transição acordado em Lusaka em 7 de setembro de 1974 entre a Frelimo e o Governo Português durou até a independência, em 25 de junho de 1975. Entre as suas tarefas, destaca-se a criação de condições para a viagem do Rovuma ao Maputo realizada pelo presidente Samora Machel e a sua chegada a Lourenço Marques para a proclamação da Independência de Moçambique. Esta viagem foi gravada no filme “25” pelo diretor José Celso Martinez Corrêa, que gostaria de recomendar e deixar aqui registrado.

A sensação que se tinha ao viajar pelo país nos anos do 3º Congresso era que o Estado tomava conta de todos os setores em Moçambique. Não apenas nas unidades produtivas, na cidade e no campo, mas em todos os domínios da vida. As butiques, os barbeiros, os postos de gasolina, os cinemas e os mercados atacadista e varejista, os hotéis, os restaurantes e até os bares eram do Estado, alguns do partido, e todos funcionavam precariamente, é verdade, mas vivíamos “os melhores anos de nossas vidas”, como captou Desirée Azevedo (2013), em sua tese de mestrado.

Por isso, quero salientar o carinho pelo qual fomos recebidos pelo povo moçambicano naquele momento histórico, agradecer à Frelimo pelo internacionalismo militante e solidário dedicado aos exilados latino-americanos, e, em particular, aos brasileiros, nos acolhendo com dignidade, oferecendo habitação, alimentação e emprego. *Kanimambo*¹⁰, Frelimo! *Kanimambo*, José Luiz Cabaço! Aqui presente.

Porém, com as mudanças ocorridas nas políticas abraçadas pela Frelimo a partir de 1984, a situação foi se modificando. Enquanto o abastecimento dos gêneros alimentícios se deteriorava por todo o país, os cooperantes e dirigentes do partido e do Estado começam a ter pequenos privilégios, como o direito de comprar nas lojas francas em moedas convertíveis. Apesar de criticados pela população, esses privilégios foram apenas o prenúncio da mudança radical que aconteceria a seguir com o neoliberalismo, onde

10. *Kanimambo* significa “Obrigado” em changana, língua do sul de Moçambique.

dirigentes e funcionários se enriqueceram e tornaram-se empresários capitalistas com recursos provenientes do Estado. O Estado passou a fornecer o maná para a formação de uma burguesia local.

A direção do Partido Frelimo concentrou o poder em todas as áreas e locais durante uns 12 anos. A oposição política limitava-se a ações de incursões militares preparadas desde o exterior, primeiro na Rodésia e, depois, na África do Sul. A partir daí, com a crise generalizada, as instituições multilaterais e do grande capital se impuseram.

A crise do Estado da RP de Moçambique deu-se por diferentes fatores, os quais posso levantar alguns mais importantes. Lembremos que vivíamos a década de 1980, em plena ascensão do neoliberalismo de Thatcher e Reagan, da crise da dívida do terceiro mundo, dos processos inflacionários, da inversão do fluxo de capital americano no mundo, de intensificação da guerra fria, da queda do muro de Berlim e do fim da União Soviética. Regionalmente, os motivos eram as agressões da Rodésia racista devido ao apoio que a Frelimo dava à guerra de liberação do Zimbábue; o declínio do apartheid na África do Sul, cujas ações militares atingiram fortemente a economia insipiente da ex-colônia, que tentava se reerguer e dependia fortemente de suas relações com a África do Sul etc. Internamente, secas, inundações, projetos ambiciosos e mal-concebidos; uma guerra interna, apoiada pela África do Sul, minava estradas, destruía escolas, hospitais e empresas estatais; desagregando regiões agrícolas, aumentando as migrações e a fome e enfraquecendo o poder popular. Os déficits orçamentários e a dívida externa faziam o Estado depender cada vez mais das doações externas para sobreviver.

Com a institucionalização a partir de 1993 do Estado neoliberal, a Frelimo continuou no poder, porém já com outra composição em seu comité central. Mudaram-se as regras, os objetivos, mudaram-se os homens e as classes, mas permaneceu o nome Frelimo, no poder até o presente momento. A luta de classes no interior do partido foi vencida naquele momento histórico pela burguesia

nascente. A Frelimo, aquela do processo revolucionário da RPM, ainda hoje é acusada de ter liquidado, no processo interno de luta de classes, alguns oponentes que defendiam e praticavam políticas que hoje estão em voga. Porém, essas mesmas fontes não se levantam contra as políticas liberais que condenam não alguns oponentes, mas milhões de moçambicanos à fome e à miséria absoluta. Sobre isso, nem uma palavra.

Passadas décadas, é fácil lacrar que muitas coisas poderiam ter sido melhores na RPM, muitos erros evitados, mais ainda quando se considera os parâmetros de hoje, porém a história não é feita de se, mas de aqui e agora e com a consciência de cada época.

O Estado neoliberal

O neoliberalismo se apresentava como a solução para recuperar as economias e a sociedade em crise. Os Estados africanos, e Moçambique em particular, foram constrangidos a adotar o modelo neoliberal, refém que estavam das doações internacionais para suportar as crises internas. O Estado Neoliberal propõe um Estado mínimo, a desindustrialização, as privatizações e descentralizações das suas funções, as liberdades civis, a “boa governança” e a liberdade de circulação do capital e das mercadorias.

O Estado neoliberal impôs os seus preceitos para favorecer o lucro do capital. Não propôs um modelo de desenvolvimento, e nem, tampouco, a melhorar a vida das pessoas. Para as massas, passou a ser visto como um período de corrupção, aumento de suas carências, de aumento da fome, de descrença nas eleições; período que excluiu a população da participação política efetiva e da definição das políticas públicas econômicas e sociais; desagregou regiões, criou novas classes dominantes e aumentou significativamente as desigualdades sociais e econômicas.

O Programa de Ajustamento Estrutural, carro chefe do neoliberalismo, definia como objetivos a redistribuição da renda dos consumidores aos produtores e da renda urbana para o campo. Já os programas de estabilização visavam reduzir a relação salário-

-lucro (aumentar a exploração) e tiveram como consequências o agravamento da fome e da desnutrição, a queda do nível de vida e a desindustrialização.

Os projetos de modernização e dos planos de desenvolvimento deixaram de ser objetos de políticas públicas. Passou a se falar em desenvolvimento sustentável e em desenvolvimento humano no quadro de pequenos projetos locais e de ONGs, cada vez mais numerosas, enquanto o Estado era dispensado de fazer do desenvolvimento o motivo central de sua existência. Por isso, uma série de serviços públicos centrais foram confiados a empresas privadas ou associações, que se transformaram em projetos contra a pobreza, de ações humanitárias, ajuda às populações refugiadas ou deslocadas.

Querendo fazer desses países exportadores daquilo em que fossem mais competitivos, ou seja, produtos agrícolas, nada melhor que oferecer atrativos no campo, como créditos para os camponeses privados. Ao mesmo tempo, na cidade, as indústrias pouco competitivas e de baixa produtividade eram desativadas. Com isso, buscava-se aumentar a produtividade do trabalhador de forma a que maiores recursos fossem transferidos para fora do país. Foi o período da desindustrialização, das privatizações e da redução do Estado, e quando se assistiu à proliferação das ONGs e da corrupção.

O dinamismo das ONGs é diferente de tudo o que se fez desde a independência. O pipocar de ONGs foi o resultado direto das políticas neoliberais que impuseram seu modo de dominação, dando a elas o papel de ocuparem as funções que antes eram preenchidas pelo Estado. As ações incentivadas pelas ONGs promovendo os grupos locais aumentaram as economias paralelas e as relações mafiosas de todo tipo, que ganharam corpo com o acanhamento do Estado.

A crise do Estado neoliberal

A partir dos anos 2000, surge o renascimento africano¹¹. A diversificação produtiva, a entrada de novos atores, como a China, os países do Golfo Pérsico, a Índia, o Japão, os EUA, o aumento dos investimentos diretos e da ajuda externa ao desenvolvimento, levaram a um crescimento do PIB para o continente, e, em particular, Moçambique. Porém, pode-se questionar as consequências que estes investimentos impuseram ao continente. Em Moçambique, a extração das suas matérias-primas e dos minerais recém-descobertos e de alguns megaprojetos que propiciam o crescimento do PIB beneficia ou desagrega ainda mais as populações?

Afinal, o neoliberalismo preconizava: se a modernidade não é mais pela via da industrialização, da criação de um mercado interno, para quê modernizar as mentes? Se a modernidade é ecológica, os nativos devem voltar às suas culturas, produções, ritos e religiões. E estas posições foram endossadas por dirigentes africanos e divulgadas pelas ONGs.

Os valores tradicionais africanos afloraram no vácuo de poder, incentivados pelas ONGs, pelas religiões e pelos discursos dos *experts* internacionais e suas organizações, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Com a política de “redução do Estado”, que deveria significar uma melhor gestão dos afazeres comuns, a corrupção não parou de se agravar, se multiplicando à medida que os processos de privatização e de descentralização se conectam com as redes internacionais de tráfico de drogas, de armas e de mercadorias, passando para um processo de “criminalização do Estado na África” (Bayard, 1987).

11. Em 2002, a OUA (Organização da Unidade Africana) foi substituída pela UA (União Africana) para se adaptar às novas políticas globais e dar garantias jurídicas; porém, a partir daí, houve um aumento das desigualdades sociais e da pobreza extrema, e se abriu um período de transição para outro tipo de dominação estatal.

Na terceira década do século 21, ainda sofrendo os desgastes da baixa produção, da crise econômica e política, da guerra civil, das questões endêmicas na área da saúde, na destruição do sistema de ensino, e apesar de apresentar sinais de recuperação nos indicadores econômicos nos últimos anos, de investimentos e novos parceiros internacionais, não há um novo modelo de Estado para o renascer moçambicano. Faltam elementos teóricos e práticos, projetos estruturantes que carreguem esperanças, mas já se especula, se critica em vez de se lamentar, se encontram novas formas de participação e, em alguns lugares, as massas começam a tomar as ruas, como atestam os movimentos recentes.

As fortes manifestações dos últimos meses de 2024, em Moçambique, quando do processo eleitoral, foi espontânea e fomentada por jovens sem programas e com liderança conservadora, fizeram o governo estremecer, mas o seu desdobrar ainda é incerto.

Luta de classes, de raças ou luta de libertação nacional?

Frantz Fanon (2005) diz que “Temos visto [em revoluções havidas na África] que o nacionalismo, esse canto magnífico que sublevou as massas contra o opressor, se desintegra após a independência. Se o nacionalismo, (...) não se transforma rapidamente em consciência política e social, em humanismo, conduz a um beco sem saída”.

Amílcar Cabral (in PAIGC, s/d): “Nós somos um povo dominado pelo colonialismo português. A nossa luta é uma luta de libertação nacional. Isto quer dizer que queremos acabar com a dominação estrangeira, dominação política e sobretudo econômica (...). A Metrópole explora a colônia, da mesma forma que um burguês explora os operários, assim seria a forma da luta dos explorados contra os exploradores. Ou seja, uma luta de classes entre países.” A luta de libertação nacional é uma luta de classes entre países, resumo.

Samora Machel (1970): “O problema não é ‘africanizar’ o poder, mas conquistá-lo pelas e para as massas. ‘Africanizar’ o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta. Qual a razão de ser de tanto sangue, se no fim continuássemos submetidos a um Estado que, mesmo se governado por moçambicanos, só serve os ricos e os poderosos? Como manter uma polícia que prende e tortura os trabalhadores, guardar um exército que dispara contra o Povo, mesmo se todos os generais forem pretos?” “A questão do poder popular é a questão essencial da nossa Revolução.”

A estratégia de socialização do campo com a qual se esperava obter um “crescimento rápido da consciência revolucionária, e liquidar os vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista, que permaneciam no nível da mentalidade e do comportamento”, não aconteceu em Moçambique.

E embora a pequena burguesia, num primeiro momento com a Frelimo, se suicidou como classe, como esperava Amílcar Cabral, num segundo, ainda com a Frelimo, traiu a revolução e ressuscitou no neoliberalismo como classe burguesa enriquecida com recursos do Estado e aderiu ao tecno-feudalismo, ou seja lá o nome que se queira dar a essa ideologia que se apresenta com alta tecnologia, contra a natureza, misturando tradição, conservadorismo, religião, machismo, misoginia, exploração sem limites do trabalho e contra os direitos trabalhistas.

Conclusão

As experiências socialistas em África não terminaram bem. Assim como não terminaram bem as experiências socialistas dos países do leste europeu e da União Soviética. Não houve, em Moçambique, inovações nesse domínio. Porém, da mesma forma, as experiências dos países capitalistas em África não terminaram bem para as massas trabalhadoras, nem durante o colonialismo e pior ainda no neoliberalismo.

Uma coisa, porém, é certa, as políticas para Moçambique que mais danos causaram desde a independência foram as neoliberais.

Estão em vigor há mais de 35 anos, contra não mais que 12 anos para as socialistas. E os neoliberais contam com o apoio do capital globalista, enquanto no período socialista o capital internacional impunha restrições, agressões às infraestruturas, intervenções terroristas, assassinatos etc.

As políticas neoliberais em Moçambique aprofundaram a fome, a miséria, a desigualdade, as migrações internas, o desemprego e a desorganização das sociedades tradicionais no campo, o que provocou o aumento significativo das populações nas cidades, segundo os indicadores econômicos e sociais. Pese, desde 2000, o crescimento do PIB, que só veio a cair no último trimestre de 2024 como consequência dos protestos populares.

Com a onda neoliberal, Moçambique ficou mais longe de estar em melhores condições para avançar do que estava nos anos a seguir à independência. Os movimentos de massa, favorecidos pelo multipartidarismo, enfrentam novas desigualdades e apresentam novos conflitos, como o de gênero e de geração. A massa dos protestos são indivíduos nascidos entre os anos 2000 e 2010, cresceram numa crise sem precedente e buscam modelos alternativos na tradição ou nas religiões. Consideram a democracia ingerência internacional e a democracia eleitoral não aparece mais como uma alavanca eficaz das mudanças que aspira a nova geração. Consideram que as eleições são fraudadas e causa de conflitos violentos e as experiências democráticas não acabaram com a corrupção. Os desclassificados e brutalizados pela nova situação neoliberal estão em piores situação que no período colonial. E há ainda os condenados à migração. É essa juventude a que está à frente dos movimentos de massa. (Mbembe, 2023) O quê esperar numa situação dessa?

A preocupação que me deprimiu, referida no início deste texto, deu-se essencialmente por fatores ideológicos, pelo fato de perdermos não as batalhas concretas, econômicas e políticas e de sofrermos o revés com o neoliberalismo, mas as lutas pelas mentalidades, a luta de se criar uma organização com capacidade de

resistência e de união político-ideológica, de buscar o novo, de criar sonhos e esperanças, de aprofundar os ideais socialistas frente às novas realidades em vez de se entregar à lógica do capital.

Assim, ela se remete não ao que foi feito, se bem-feito ou malfeito, no tocante às transformações sociais, pois ambos os perdemos em batalhas ao longo da história, mas por estarmos vivendo uma conjuntura de avanço do capital global como nunca visto sobre os povos do mundo; e de recuo das massas populares (os movimentos existentes são espontâneos), sem termos capacidade de organização e conscientização da população. Por estarmos sem capacidade de respostas.

Não temos programas que acalentem esperanças e forneça a substância para a unidade da juventude e a luta da população em geral, cujas sociedades se desintegram com as políticas vigentes, que retiram os direitos trabalhistas e sociais e, sobretudo, os poderes políticos populares.

Esta tarefa não é apenas um esforço epistemológico, da razão, mas fruto de prática social empreendida e a ser compreendida e elaborada em projetos futuros. Entretanto, a atual crise do Estado moçambicano segue acompanhando as dificuldades que vive o continente africano e a crise de identidade do próprio modelo ocidental. O processo de mundialização mistura cada vez mais as histórias do continente com as do resto do mundo, onde são influenciados e influenciadores, explicitando que as responsabilidades históricas e a busca por um novo ideal são tarefas de todos e não apenas dos africanos. O momento exige propostas e medidas de maior complexidade e completude e que apontem soluções coletivas, comuns, socialistas.

A faixa estendida no Aeroporto Eduardo Mondlane, em Maputo, lugar de modernidade por excelência, vista por todos que ali chegassem: **República Popular de Moçambique: terra liberada da humanidade!** deve estar guardada com mofo em algum conto à espera de ser novamente desfraldada. Moçambique não estará sozinho, assim como não esteve na libertação nacional.

A luta ainda continua!

Referências

- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas. Narrativas, trajetórias e trajetos de brasileiros exilados em Moçambique*. São Paulo: FAPESP, Annableme, 2013
- BAYART, Jean-François et alli. “L’Afrique ‘cent ans après les indépendances’: vers quel gouvernement politique?” *Politique Africaine*, n. 119, out. Paris: Ed. Karthala, 2010.
- BELLUCCI, B. e LAMY, F. “África, que o imprevisível nos surpreenda”. *Revista Esquerda Petista*, n. 12. Debatendo os desafios do biênio 2021-2022. Fev. 2022. São Paulo: Editora Página 13, 2022.
- BELLUCCI, Beluce. *Economia contemporânea em Moçambique*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.
- BELLUCCI, Beluce. “O Estado na África”. *Revista Tempo do Mundo*, Vol. 2, n. 3. Brasília, DF. Ipea, 2010
- BIYOUUDI-MAMPOUYA, F. *Penser l’Afrique au XXI^e Siècle*. Paris: L’Harmattan, 2008.
- CABRAL, Amílcar. *Alguns princípios do Partido*. 1969. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/24.pdf>
- CABRAL, Amílcar. *Passamos a ser Arrastados pela História dos Países da Europa*. 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/arrastados.htm>
- CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta*. Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- DOZON, Jean-Pierre. *L’Afrique à Dieu et à Diable. États, ethnies et religions*. Paris: Elipses, 2008.
- DUMONT, René. *L’Afrique noir est mal partie*. Paris: Le Seuil, 1962.
- EKMAN, Alice (Dir.). *La Chine dans le monde*. Paris: CNRS Editions, 2018

- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005
- HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3a edição, 2002.
- LEBOEUF, Aline. *La compétition stratégique en Afrique. Approche militaire américaine, chinoise et russe*. Paris: IFRI, 2019.
- MACHEL, Samora Moisés. *Educar o Homem para Vencer a Guerra, Criar uma Sociedade Nova e Desenvolver a Pátria*. Setembro de 1970. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/machel/1970/09/educar.htm>
- MACHEL, Samora Moisés (s/d). *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*. Disponível em: <http://cemflores.org/index.php/2014/03/19/a-libertacao-da-mulher-e-uma-necessidade-da-revolucao-garantia-da-sua-continuidade-condicao-do-seu-triunfo-2>
- MATUSSE, R. *Captura do Quartel de Omar*. Maputo: ARPAC, 2015.
- MBEMBE, Achille. “Les putsches in Afrique de l’Ouest annoncent la fin d’un cycle qui aura duré près d’un siècle.” *Le Monde*, 04/08/2023. Débats-international.
- MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto: Afrontamento, 1977
- NUNES, Célia. *A armadilha. Incorporação e exclusão na sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: CLACSO-UCAM, 2000.
- PACHINUAPA, R. *Memória das Revolução 1962 -1974*. Maputo: Nachingwea Editores, 2011.
- PACHINUAPA, R., Liphola, M., & Tiago, P. (Eds.). *Moçambique: 40 Anos de Independência e Soberania*. Maputo: Nachingwea Editores, 2015.
- PAIGC (s/d) *Manual político do PAIGC*. Portugal: Edições Maria da Fonte, 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/ano/paicg/index.htm>

Sites

[http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/
Fundacao-da-FRELIMO](http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/Fundacao-da-FRELIMO)

[https://amp.dw.com/pt-002/já-há-sinais-do-surgimento-de-um-
estado-dentro-do-estado-moçambicano/a-47357858](https://amp.dw.com/pt-002/já-há-sinais-do-surgimento-de-um-estado-dentro-do-estado-moçambicano/a-47357858)

Obras do Samora Machel in: [https://www.marxists.org/portugues/
machel/index.htm](https://www.marxists.org/portugues/machel/index.htm)

[http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/
Fundacao-da-FRELIMO/Assassinato-de-Eduardo-Mondlane.](http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/Fundacao-da-FRELIMO/Assassinato-de-Eduardo-Mondlane)

Cabo Verde, a emergência de um país devido à fome¹

VERA DUARTE

Juíza desembargadora, escritora, investigadora do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, membra do Institut for African Women in Law, ex-ministra da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde.

Casebre

[...]

Foi a estiagem que passou.

*Nestes tempos
não tem descanso
a padiola mortuária
da regedoria.*

*Levou primeiro
o corpo mirrado da mulher
com o filho nu ao lado
de barriga inchada
que se diria
que foi de fatura que morreu.
O homem depois
com os olhos parados
abertos ainda.*

*Tão silenciosa a tragédia das
secas nestas ilhas!*

*Nem gritos nem alarme
— somente o jeito passivo de
morrer!*

*No quintal do casebre
três pedras juntas
três pedras queimadas
que há muito não serviram.*

[...]

Jorge Barbosa

1.*A íntegra da apresentação de Vera Duarte pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=SzUF6WngOyc>

I - Enunciação

Foram essas as fomes que motivaram o título da minha intervenção: *Cabo Verde, a emergência de um país devido à fome*.

De 1941 a 1943 e de 1947 a 1948, a então Província Ultramarina de Cabo Verde experimentou duas das piores fomes da sua curta história de 500 anos.

Dessas fomes, resultaram cerca de 45 mil pessoas mortas, sobretudo em São Nicolau e no Fogo. Essas fomes também determinaram uma emigração forçada de cabo-verdianos para irem trabalhar nas roças de cacau em São Tomé. Da fome de 1947, ainda resultou, imaginem, a morna *Sodade*, escrita pelo comerciante são-nicolauense Armando Zeferino Soares, uma música emblemática de Cabo Verde, que reflete a dor de ver partir tantos cabo-verdianos para a imigração forçada e o sentimento tão cabo-verdiano do *querer ficar e ter de partir*.

Atentem nesse trecho da letra deste hino que já foi cantado em toda a CPLP² e não só que reflete o sentimento tão nosso — a saudade.

Ken mostra-bu es kaminhu lonji
Ken mostra-bu es kaminhu lonji
Es kaminhu pa São Tomé
Sodade sodade sodade
Sodade des nha terra Saninklau

II- Percurso histórico

Vejamos o percurso histórico de Cabo Verde para chegarmos à independência.

Tendo os portugueses chegado às ilhas desérticas em 1460, rapidamente, a situação geoestratégica do arquipélago em pleno Atlântico médio chamou a atenção da Coroa Portuguesa, então já empenhada no grande empreendimento das descobertas.

2. N. do E.: CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Foi assim que Dom Afonso V, Rei de Portugal, apercebendo-se das potencialidades desta localização, ordenou, de imediato, o povoamento das ilhas.

Assim se fez, e, em 1462, as ilhas de Santiago, Fogo e Brava já estavam sendo povoadas, não só com gente vinda do reino como com homens e mulheres africanos, na condição de escravizados, capturados pelos chamados Lançados, sobretudo nos rios da Guiné e do Senegal.

O poema *Prelúdio*, do imortal Jorge Barbosa em versos inspirados, ilustra o quadro deste achamento de forma tão aprimorada que não resisto à tentação de vos ler o poema:

*Quando o descobridor chegou à primeira ilha
nem homens nus
nem mulheres nuas
espreitando
inocentes e medrosos
de trás da vegetação.*

*Nem setas venenosas vindas no ar
nem gritos de alarme e de guerra
ecoando pelos montes.*

*Havia somente
as aves de rapina
de garras afiadas
as aves marítimas
de voo largo
as aves canoras
assobiando inéditas melodias.*

*E a vegetação
cujas sementes vieram presas
nas asas dos pássaros
ao serem arrastadas para cá
pela fúria dos temporais.*

*Quando o descobridor chegou
e saltou da proa do escaler varado na praia
enterrando
o pé direito na areia molhada*

*e se persignou
receoso ainda e surpreso
pensando n'El-Rei*

*nessa hora então
nessa hora inicial
começou a cumprir-se
este destino ainda de todos nós.*

Já no poema Panorama, Barbosa descreve quem foram os verdadeiros povoadores do arquipélago:

*Destroços de que continente,
de que cataclismos,
de que sismos,
de que mistérios?*

*Ilhas perdidas
no meio do mar.
esquecidas
num canto do mundo...
-que as ondas embalam,
maltratam,
abraçam...*

*Montes alerta
implorando ao céu!
Montes alerta
nos seus contorcionismos extáticos
de séculos,
rindo para o oceano gargalhadas
que ficaram apenas começadas,
sorrindo para o céu esgares enigmáticos
como que a evocarem um drama milenário...*

*Praias desertas
de areias macias com fosforescências ao Sol
e restos de navios apodrecendo
ao longo;
praias abertas
às brisas marinhas;
praias cobertas*

*de conchas caprichosas,
búzios multicolores, calhaus hostis;
praias
onde naufragaram
navios,
aonde aportaram
caravelas,
onde saltaram
marinheiros queimados,
corsários, escravos, aventureiros,
condenados, fidalgos, negreiros,
donatários das Ilhas,
Capitães Móres...*

Em pouco tempo, Cabo Verde já se tinha convertido num ponto de abastecimento e querenagem dos navios que atravessavam o oceano Atlântico à procura de novas terras.

O povoamento foi tão rápido que na dobra do século XV para XVI, já em 1500, era possível encontrar nessas ilhas um povo diferente dos brancos e pretos que fizeram o povoamento inicial. Tratava-se de um povo mulato e mestiço que já falava um proto crioulo resultante do encontro da língua portuguesa quinhentista com as línguas nacionais dos diferentes povos africanos, *Wolofes, Lebus, Sereres*, trazidos do continente. Tal mestiçagem começava, também, a revelar-se na música, na gastronomia e no sincretismo religioso das populações que já viviam não só sobre o manto da religião cristã trazida pelos colonizadores portugueses como pelos ritos religiosos das práticas tradicionais africanas.

A verdade é que, no primeiro quartel do século XVI, já era possível surpreender em Cabo Verde a arqueologia da sociedade que viria a caracterizar o arquipélago muitos séculos volvidos.

Esta minha afirmação pode ser demonstrada por dois factos que roçam o mítico, mas evidenciam, com meridiana clareza, o país de diásporas e de turismo que é Cabo Verde hoje.

Senão vejamos:

- 1) Há muitos anos, tive o prazer de visitar em Civitavecchia, não longe de Roma, em Itália, o então Museo Etrusco della Marina e fiquei verdadeiramente surpreendida ao constatar que, no segundo globo-mundo que foi construído, a “Ínsula de Cabo Verde” é maior que o continente africano a que ela pertence. Refleti muito sobre esta incongruência e a explicação só pode ser uma: Cristóvão Colombo visitou, seguramente, Santiago, e reza a lenda que ele também esteve mais de uma vez na ilha de Boavista, onde gostava de frequentar uma praia que, mais tarde, viria chamar-se de “Praia de Jon Cristom”, alegadamente em homenagem ao notável navegador. Cristóvão Colombo viajava sempre acompanhado do irmão que era desenhador de mapas. Ora, só a importância que as ilhas já tinham adquirido no trânsito do Atlântico pode explicar o erro cometido na construção do globo-mundo.
- 2) Mais recentemente, o escritor José Eduardo Agualusa, no grande romance *A Rainha Ginga*, refere-se a um episódio protagonizado por um originário das ilhas de Cabo Verde extremamente interessante.

Diz ele que “O mulato Cristóvão da Costa, o africano, nasceu nas ilhas de Cabo Verde, em 1525, e correu o mundo, como homem livre e como escravo, tendo padecido inúmeros tormentos, enquanto exercia o seu ofício de físico, com reconhecido valor, em Goa, em Malabar e em Cochim. Finalmente fixou-se em Burgos, tendo sido nomeado pelo senado da cidade para ocupar o cargo de médico dos pobres”.

Considero que estes factos são o prelúdio de um futuro anunciado.

Retorno agora à contemporaneidade para explicar porque afirmo que Cabo Verde nasceu como país devido à fome.

Como atrás assinali, ao longo da sua história, a então Província Ultramarina de Cabo Verde foi várias vezes assolada pela seca

que se fazia acompanhar de fomes e mortandades em várias ilhas, devido ao abandono a que estavam votadas pela potência colonial.

Contudo, a fome de 1943 e o impacto da fome de 1947 tiveram algo diferente, pois, nessa altura, encontrava-se a estudar no liceu da ilha de São Vicente o jovem Amílcar Cabral, nascido na Guiné, mas filho de pai cabo-verdiano. Cabral teve a oportunidade de assistir à barbárie que essas fomes representavam e basta ler um trecho do romance *Famintos*, de Luís Romano, para se fazer uma pálida ideia do que foram esses tempos terríveis. (Passo a citar)

— *Infelizmente! Sabe o amigo quantos mil estão registados nos óbitos por disenteria e inanição, a que chamo francamente Fome?*

— *Olhe, nem vale a maçada saber.*

— *Pois essas mortes foram provocadas por desarranjos intestinais, levados a efeito simplesmente pela sistemática maneira de socorrer o povo com milho cru. Compreende-se: — essa gente anda desvairada, sem o apoio de nenhuma fonte, quase.*

Quando consegue um punhado de grãos, não têm paciência para cozê-los, já porque a voracidade lhes tira o discernimento, já porque trazem o organismo num estado de tal modo enfraquecido, que isso, para eles, constitui simplesmente ordem de morte. Não permita que deem milho cru a tantos infelizes. Caldos densos, substanciosos, administrados com horário pré-estabelecido, e, em pequenas doses, farão o trabalho de revigoração mais depressa que o amigo calcula, creia-me. (Romano, 2019: p. 116) (Fim de citação)

Ora, ter presenciado a grande mortandade provocada pela fome terá tido um impacto devastador no jovem Amílcar, que não só começou a escrever poemas de denúncia como formou-se em Agronomia para poder ajudar a combater as secas e suas con-

sequências. E a ideia de lutar pela independência das colónias terá começado a sua gestação.

Foi assim que, poucos anos depois, já concluído o curso de Agronomia, o jovem Cabral engenheiro agrónomo trabalhou na Guiné e em Angola e, em 1956, com 32 anos, decidiu com outros colegas criar um partido político para a emancipação das colónias.

Face à recusa do governo português colonial-fascista de Oliveira Salazar em aceitar a proposta do PAI (Partido Africano da Independência) de manter conversações para uma independência pacífica da Guiné e Cabo Verde, Cabral decide-se pela luta de libertação nacional nas matas da Guiné, após a ocorrência do Massacre de Pidjiguiti pela tropa colonial portuguesa sobre os estivadores do Porto de Bissau.

A 23 de janeiro de 1963, tem início a luta armada na Guiné. Cabral conduziu a luta com tanto empenho e sucesso que foi assassinado pelos colonialistas em 1973, com apenas 49 anos de idade.

Mas a semente antes lançada já estava a dar frutos. Tanto que, em setembro 1973, o PAIGC³, partido de Cabral, declara unilateralmente a independência da Guiné-Bissau.

Em abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, estimulado pelas guerras coloniais, triunfa com o golpe de estado que ficou conhecido como a Revolução de Abril e instaura o regime democrático em Portugal.

Nessa sequência, a 5 de julho de 1975, dá-se a declaração da independência de Cabo Verde, precedida, em 1974 e ao reconhecimento por Portugal, da independência da Guiné.

III - Reconstrução nacional

Em 1975, Cabral já não se encontrava fisicamente entre nós, mas o seu extraordinário legado ético, político e cultural orientou os Combatentes da Liberdade da Pátria, sejam os que estavam

3. N. do E.: PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

nas matas da Guiné, sejam todos os outros intelectuais de esquerda que lutavam na clandestinidade pela libertação do país como militantes do PAIGC, sejam todos os homens e mulheres de boa vontade que aderiram ao projeto da independência.

Assim começou a caminhada ascendente que conduziu Cabo Verde ao patamar de país de desenvolvimento médio que é hoje, internacionalmente conhecido como um país com boa governação e gozando de boa reputação.

O país que era considerado por todos como país inviável devido ao seu reduzido tamanho, escasso número de habitantes, desprovido de recursos naturais e absolutamente dependente de chuvas aleatórias para sua vocação agrícola tornou-se viável e nunca mais a fome provocou a morte dos seus habitantes.

Como foi isso possível? A primeira grande preocupação dos novos governantes saídos do PAIGC foi, sem dúvida, o combate à fome. Ainda que ocorressem secas, como efetivamente ocorreram, o fundamental era não deixar que as populações morressem à fome.

Criaram-se, assim, várias instituições e mecanismos para driblar as secas, sendo os mais importantes as Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra, as célebres FAIMO, para onde eram canalizados todos os camponeses e outros trabalhadores braçais na ausência de outros postos de trabalho. Graças às FAIMO, não só todos os trabalhadores recebiam algum dinheiro para o seu sustento como também se aproveitava para dotar o país de uma rede de estradas muito útil ao desenvolvimento das ilhas e desencravamento das localidades.

Outro instrumento importante foi a criação de entidades como a EMPA (Empresa Pública de Abastecimento Alimentar), que garantiu, durante décadas, o abastecimento em géneros alimentares e outros. Também a criação do ICS (Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade) foi fundamental no combate às várias carências.

Graças à EMPA e ao ICS, o grave problema de rutura de mantimentos foi extremamente reduzido, pois as ilhas sempre de-

penderam do fornecimento externo e qualquer problema com as embarcações que traziam os géneros alimentares repercutiam de forma grave nas populações.

Diria, assim, que, nos primeiros anos da independência, foram priorizados o combate à fome e a garantia de alimentação das populações.

Também a saúde e, sobretudo, a saúde materno-infantil foram prioridades, tendo-se criado o PMI-PF (Programa Materno Infantil - Planeamento Familiar), que passou a combater a elevada taxa de mortalidade infantil e o número elevado de gravidezes indesejadas.

Na segunda década do pós-independência, foi priorizado o acesso à escolarização, ou seja, o combate à elevada taxa de analfabetismo das populações, que era superior a 60%.

Neste domínio, os progressos foram notórios, pois, de cerca de uma centena de escolas primárias, ultrapassamos hoje as 300; de dois liceus, um na Praia e outro em São Vicente, hoje temos cerca de 60 escolas secundárias em todas as ilhas e concelhos do país; e, de um ensino universitário inexistente, hoje ultrapassamos as oito unidades de ensino superior.

Cabe aqui dizer que o apoio da cooperação internacional foi determinante no combate à fome e ao analfabetismo e, neste domínio, o Brasil teve uma importância fundamental, pois, a partir da independência, tornou-se o novo destino dos jovens à procura do saber e do conhecimento em nível universitário.

Centenas, senão milhares de estudantes, formaram-se no Brasil, nomeadamente o atual Presidente da República, Dr. José Maria Neves, que também exerceu as funções de Primeiro-Ministro na primeira quinzena do século XXI e foi pioneiro na criação de governos paritários em África, de que tive a honra e o privilégio de fazer parte com a pasta da Educação e Ensino Superior.

Cabe, ainda, dizer que as políticas públicas em prol das crianças e emancipação e empoderamento da mulher sempre foram muito robustas e acarinhadas, quer pelas ONGs, quer pelo Estado.

O combate pela habitação condigna deu origem ao programa Casa para Todos, muito inspirado no programa Minha Casa Minha Vida, do Presidente Lula. Também o combate pelo trabalho digno vem sendo assinalável.

IV - As alternâncias político-partidárias na governação

De 1975 a 1989, vivemos em regime monopartidário, pelo que a governação foi, sobretudo, assegurada por militantes do partido da independência, vindos da luta e da clandestinidade, o PAIGC, que pode ser caracterizado como um partido do centro-esquerda. Desta forma, os setores político, económico, social e cultural foram marcados por políticas públicas vincadamente intervencionistas, com forte controlo do Partido sobre o aparelho do Estado.

Tendo em atenção a prevacente pobreza da maioria da população, o aparelho do Estado caracterizou-se por ser essencialmente assistencialista, dispensando com os setores da alimentação, saúde, educação e transporte o fundamental das ajudas externas que recebia.

Segundo o historiador António Correia e Silva, “as transferências unilaterais dotadas de elevado grau de concessionalidade (eram) originárias da comunidade internacional, isto é, da cooperação bilateral e das organizações multilaterais. O Estado torna-se distribuidor interno da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.”

A partir de 1985, começa a ganhar expressão o viés desenvolvimentista que vinha surgindo a par do assistencialismo. Ainda com António Correia e Silva, “nessa altura a classe dirigente introduz importantes mudanças no sentido do afrouxamento do controlo partidário sobre o Estado Político.”

Em 1989, com a queda do Artigo 4 da Constituição da República de 1981, que consagrava o PAIGC como força dirigente da nação cabo-verdiana, realizam-se as primeiras eleições pluripartidárias, autárquicas e, depois, as legislativas, que dão a vitória ao recém-formado partido denominado Movimento para a Demo-

cracia (MpD) e o país entra definitivamente na era da democracia pluripartidária.

Desde 1989, as eleições vêm sendo sempre livres, justas e democráticas, dando lugar a uma alternância política dos dois partidos com vocação de governo, o PAICV⁴ e o MpD.

A partir daí, uma nova elite de vocação governamental, saída das camadas que passaram a ter acesso à formação superior no exterior através de bolsas de estudo, vem se alcandorando no poder. Num parêntese, cabe afirmar que o povo caboverdiano sempre viu e continua a ver na educação a principal forma de ascender na sociedade.

Apesar das tentações hegemónicas existirem sempre, o país vem-se dotando de uma cidadania ativa, através da formação da consciência crítica adquirida nos estudos e caldeada na participação em várias organizações da sociedade civil e no assinalável respeito pelos direitos humanos, pois desde 2001 que o país se dotou de uma estrutura para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, o Comité Nacional para os Direitos Humanos, que evoluiu para Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania em 2004.

Foi com esses indicadores que Cabo Verde transitou de país menos avançado (PMA) para país de desenvolvimento médio (PDM) em 2007 e aspira a conquistar o estatuto de país desenvolvido.

De ressaltar que, durante a primeira governação do MPD, sob a liderança do Dr. Carlos Veiga, Cabo Verde realizou um acordo cambial com Portugal que tem permitido uma paridade estável com o Euro.

Tem sido assim que Cabo Verde vem sendo positivamente classificado nos vários índices e relatórios anuais que avaliam a performance política, económica, social e cultural dos países. Cabo Verde goza de uma boa reputação internacional, como dis-

4. N. do E: PAVC, Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

semos atrás, e objetiva ser um farol de liberdade e democracia em África e não só.

Apenas a título de exemplo, gostaria de realçar que o ilustre comandante Pedro Pires, herói nacional, antigo Primeiro-Ministro e Presidente da República e um dos primeiros Combatentes da Liberdade da Pátria, foi galardoado com o prémio Mo Ibrahim pela forma competente, íntegra e empenhada como sempre desempenhou as mais variadas funções em prol da independência, desenvolvimento do país e bem-estar do seu povo.

Aproveito, também, para realçar que eu mesma, que tenho tido muita intervenção na área dos direitos humanos, fui galardoada com o prémio Norte-Sul do Conselho de Europa em 1995, prémio que também foi atribuído ao Presidente brasileiro Lula da Silva em 2011 e a várias personalidades do Norte e do Sul.

Também gostaria de sublinhar que, ainda este ano, Cabo Verde foi distinguido pela organização Transparency Internacional como o país da CPLP melhor colocado no índice de perceção da corrupção e o segundo país melhor colocado em África.

Ainda gostaria de realçar que Cabo Verde é considerado pela Freedom House como o país mais livre da África e está no grupo dos países mais livres no mundo.

O facto de o país gozar de boa reputação internacional e viver em clima de paz e respeito pelos direitos humanos tem favorecido a vocação turística, um dos principais setores de rendimento do país.

V - Desafios

É claro que esta caminhada não foi isente de espinhos.

Mas penso que poderemos sempre enquadrá-los no jogo democrático, sendo de assinalar que nunca tivemos quer luta armada no nosso território, quer as nefastas tentativas de golpe de Estado que procuram subverter a ordem constitucional através da força.

Cabe registar que, quer durante o período colonial, quer no pós-independência, tivemos movimentos populares de cidadãos a manifestarem-se contra o poder.

A título de exemplo, convocamos a revolta de Rubon Manel sob o lema *Omi faka mudjer matxadu*, que nessa localidade da ilha Santiago enfrentou o regime colonial; e também convocamos o 31 de agosto, um movimento popular contra a reforma agrária do regime de partido único ocorrido em Santo Antão, ilha predominantemente agrícola, no ano de 1981.

Aliás, a resistência cultural também foi sempre muito musculada em Cabo Verde e, quer através da música, quer através da literatura e outras manifestações artísticas, os cabo-verdianos expressaram suas revoltas.

De assinalar que ritmos musicais proibidos no regime colonial adquiriram toda pujança no pós-independência e são hoje o som das ilhas ao lado da morna e da coladeira. Refiro-me aos ritmos de inspiração africana como batuque, tabanca e funaná, que hoje brilham nos palcos nacionais e internacionais.

Igualmente, a língua cabo-verdiana, que foi proibida nos espaços formais no tempo colonial, hoje é língua de uso generalizado a par do português, embora ainda falte a sua consagração constitucional como língua oficial que efetivamente é.

Não posso fechar estas reflexões sem realçar que a alternância política na governação do país foi uma das maiores conquistas de Estado de Direito Democrático de Cabo Verde. Sabemos todos que as tentações hegemónicas sempre acompanham o exercício do poder e apenas eleições livres em que o povo se expressa sem medo podem impedir a formação de autocracias, ainda que travestidas de democracias. Também o facto de, em Cabo Verde, o presidente de um partido não poder ser concomitantemente Presidente da República vem contribuindo para o reforço do Estado de Direito Democrático.

Os desafios continuam a ser, contudo, imensos.

A eliminação da pobreza extrema, que hoje ainda atinge 2,5% da população, e o combate à pobreza, que atinge 20% dos cabo-verdianos, têm sido primordiais para as sucessivas governações; o combate ao desemprego — sobretudo jovem —, o trabalho digno, o desenvolvimento da agricultura e da indústria, a sustentabilidade económica e até a modernização digital estão na agenda da governação e dos vários setores da sociedade. E é imperioso um combate cada vez mais contundente ao abuso sexual infantil e a VBG⁵.

VI - Conclusão

Permitam-me concluir com uma nota pessoal própria da escritora que sou.

É facto assente que em Cabo Verde a Nação precedeu a formação do Estado. Ora, um dos setores que, reconhecidamente, proporcionou tal fenómeno foi a literatura.

Cabo Verde sempre teve um escol de literatos que lançaram as bases idiossincráticas da nação crioula.

Embora o registo histórico seja preponderante ou exclusivamente masculino, hoje, com o combate ao memoricídio, constatamos que as mulheres também estavam lá.

A obra das mulheres escritoras cabo-verdianas faz com que o registo histórico-literário das ilhas não seja exclusivamente masculino durante a longa noite colonial. A escrita das mulheres prova que as mulheres sempre existiram e foram elas o esteio da nação cabo-verdiana.

Anónimas, é certo, não reconhecidas, ignoradas até, mas foram elas, as mulheres, que levedaram as ilhas para o fruto que hoje orgulhosamente colhemos.

Elas desbravaram os montes, plantaram as achadas, colheram o grão e coseram o pão com que se alimentou o povo das ilhas. Mais, elas enfrentaram o poder, combateram a fome, driblaram a morte.

5. N. do E.: VGB, violência baseada no gênero.

Mas, na verdade, só tiveram a existência reconhecida quando ousaram lançar ao vento das ilhas a sua palavra dita e escrita, ainda que enfrentando todas os temores e os silenciamentos.

E, finalmente, chegamos nós, que quebramos todas as amarras, que ousamos abrir todas as comportas, que não nos calamos perante nenhum perigo e que assumimos desassombadamente o silêncio que à volta de nós se fechou, porque nos sentimos capazes de nós mesmas quebrar o silêncio e, mais uma vez pela palavra, sempre pela palavra, ousamos dizer que aqui estamos e a palavra também é nossa!

Concluo, assim, agradecendo, enquanto cabo-verdiana, enquanto mulher, enquanto escritora, de terem tido a amabilidade e a generosidade de me convidarem para esta conversa sobre os 50 anos de independência do meu país.

É uma história rica em que eu tive a felicidade de participar plenamente desde o início até agora e, por isso, o meu testemunho está eivado de orgulho pelo glorioso processo de reconstrução nacional que realizamos e, sobretudo, por o meu país ter procurado trilhar sempre o caminho do bem, sem cleptocratas nem ditadores, com baixos índices de corrupção e numa busca constante pela boa governação e bem-estar do povo caboverdiano.

Orgulho-me por fazer parte de um povo que vem construindo o seu caminho e não se deixa submeter por qualquer poder.

14 de março de 2025

A trajetória de São Tomé e Príncipe: entre a herança colonial, os (in)cumprimentos pós-coloniais e os desafios do futuro¹

INOCÊNCIA MATA

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na Área de Literaturas Artes e Culturas (LAC), onde é membro do Centro de Estudos Comparatistas; doutora em Letras pela ULisboa e pós-doutora em Estudos Pós-Coloniais, Identidades, Etnicidade e Globalização pela Universidade de Califórnia Berkeley.

[A] história do presente encontra-se ‘naquele pequeno e raramente visitado campo do esforço literário onde o jornalismo, a história e a literatura (...) se juntam’.

Timothy Garton Ash²

1. Preâmbulo: “História do Presente” – entre a crónica e a análise histórica

O historiador e jornalista britânico Timothy Garton Ash é amplamente reconhecido pela sua abordagem singular à escrita da história contemporânea, história a ser vivida, que ele denominou “história do presente”, para ele um “género híbrido”, oscilando entre o jornalismo e a historiografia. Para Garton Ash, esta

1. A íntegra da apresentação da professora Inocência Mata no Seminário, da qual decorre este artigo, pode ser vista aqui: https://www.youtube.com/watch?v=3G1LY9Xo_-I

2. Timothy Garton Ash. *History of the Present: Essays, Sketches, and Dispatches from Europe in the 1990s*. Allen Lane, 1999, p. xiii-xiv.

expressão não é apenas uma forma estilística, mas uma postura intelectual que combina o rigor da pesquisa histórica com a urgência e o empenhamento do repórter e/ou do cronista.

Em obras como *The File: A Personal History* (1997), *History of the Present: Essays, Sketches, and Dispatches from Europe in the 1990s* (1999), *Facts are Subversive: Political Writing from a Decade without a Name* (2009) e *Homelands: A Personal History of Europe* (2023), Garton Ash “mostra” como o historiador pode trabalhar com fontes vivas e subjetivas, reconstruindo micro-histórias testemunhas de um tempo presente e como a escrita desse presente pode capturar as ambiguidades do tempo histórico ainda em movimento. Argumentando que o historiador deve estar “no campo”, acompanhando transformações sociais e políticas à medida que ocorrem, Garton Ash propõe que o historiador não deve ficar à espera que o “pó de arquivo” assente para começar a analisar os acontecimentos. Pelo contrário, é precisamente no calor dos eventos que certos aspetos fundamentais do presente podem ser apreendidos com maior nitidez. A sua atuação nos anos 1980 como observador dos movimentos de resistência ao comunismo no Leste Europeu exemplifica esse posicionamento: ele não apenas documentava, mas também interpretava, oferecendo ao leitor um relato imediato e reflexivo, simultaneamente testemunho e análise.

A “história do presente”, nesse contexto, configura-se como um género híbrido, situado entre a reportagem e a historiografia em construção. Ela exige do autor uma ética do olhar e da escuta, pois, como insiste Garton Ash, os factos importam, mas são frequentemente “disputados” e contestados.

Não sendo nem historiadora nem jornalista, mas tendo vivenciado parte desses acontecimentos, partilhado emoções e percepções, conhecido e privado com algumas figuras históricas desse tempo, cujos perfis julgo conhecer, sinto-me, neste artigo, como a escrever esse texto híbrido, ao narrar um passado ainda presentificado e ao analisar eventos históricos em andamento. Nessa

síntese pessoal e histórica dos cinquenta anos de São Tomé e Príncipe enquanto país, em que misturo acontecimentos e vivência pessoal com análise histórica, busco ampliar a esfera pública com relatos memorialistas que não apenas informam, mas também dão, pela narração do processo, sentido a esses acontecimentos, confrontando a minha visão com a visão oficial, trabalhando com a complexidade desse tempo, mas buscando sempre manter com o que considero verdade um compromisso. Foram, neste contexto, muito bem-vindas as observações e as sugestões de Felicidade Elsa Mata, Amado Jacinto, Milu Aguiar e Alcídio Pereira, cuja leitura atenta da primeira versão deste texto muito agradeço.

O que proponho é um texto afetivo e analítico, em que o passado em movimento e o presente são narrados com a consciência histórica e a responsabilidade cidadã. Resgatando a epígrafe deste artigo, trata-se, afinal, de um texto em que a escrita quis juntar, temerariamente, a história, a crónica e a literatura (aqui entendida como o verbo cuidado), prenhe de uma subjetiva rememoração.

2. Introdução: Entre heranças comuns e trajetórias singulares dos cinco países africanos de língua portuguesa

O colonialismo português em África constituiu uma das mais longas e complexas experiências imperiais da história moderna. Com raízes no século XV, mas profundamente intensificado a partir do século XIX com o advento do colonialismo moderno, o domínio português nos territórios africanos foi marcado por uma combinação de exploração económica, imposição cultural e resistência contínua das populações locais.

Diferentemente de outros impérios coloniais europeus, o projeto colonial português procurou legitimar-se por meio da ideologia do “lusotropicalismo”, formulada por Gilberto Freyre, que apresentava Portugal como uma potência colonizadora “mais humana”, supostamente marcada pela miscigenação e pela tolerância e maleabilidade raciais, de vocação humanista e integradora

da colonização portuguesa, de que decorria qualquer ausência de racismo, ideia que ainda hoje persiste no imaginário histórico português, narrativa que serviu sobretudo para dissimular a violência e as hierarquias inerentes ao sistema colonial, especialmente durante o Estado Novo salazarista. Por isso, pode dizer-se que se tratou, mais do que uma teoria, de uma ideologia, no sentido em que Louis Althusser pensa esse conceito: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (1985, p. 96). Não admira que, sendo essa relação imaginária fundamental para a compreensão da forma como a ideologia colonial operou (e ainda opera) e mantém a dominação, essa ideologia se tenha casado harmoniosamente com a política colonial da assimilação cultural que, articulada com o estatuto do indigenato, dividia os africanos entre *assimilados e indígenas*.

O processo de dominação colonial foi acompanhado de um conjunto de práticas de assimilação cultural, inferiorização do homem africano e da sua cultura, exploração dos recursos dos territórios colonizados, do trabalho forçado e da marginalização de saberes e estruturas sociais africanas. Nunca é demais repetir, na senda de Arturo Escobar³, que o colonialismo não foi apenas um regime de expropriação material, mas também uma forma de “ocupação ontológica”, na qual o colonizado era despojado da sua própria possibilidade de produzir sentido e história, constituindo, por isso, um epistemicídio.

É nesse contexto que, ao longo do século XX, emergiram movimentos de resistência cultural e política que, através da frente diplomática e armada, culminaram, após longas lutas, nos processos de Independência das colónias portuguesas de África – Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola – entre 1973 e 1975.

Passadas cinco décadas, é imprescindível refletir sobre os legados desse passado colonial: os desafios da construção nacional,

3. Arturo Escobar. “Reframing Civilization(s): From Critique to Transitions”. In: revista ARQ, n.º 111, Santiago do Chile, 2022.

os processos de democratização, a consolidação das instituições públicas, os modelos de transformação social, bem como as permanências e ruturas nos domínios da cultura, da memória e da identidade. Como propõe Boaventura de Sousa Santos (2003), trata-se de pensar a partir das “epistemologias do Sul”, conceito aqui pensado como prática política que busca fazer ouvir as vozes de dissenso e abrindo espaço para narrativas e perspectivas que foram historicamente silenciadas pelo colonialismo e as suas continuidades pós-coloniais dos poderes ditos endógenos, cuja lógica acabou por ser igualmente monolítica, como o demonstram os regimes autoritários que emergiram das Independências, em alguns casos marcados por letal violência.

Cinquenta anos após as Independências, os *novos países, jovens* de cinquenta anos, continuam a enfrentar desafios estruturais que remetem também, em grande medida, para as lógicas herdadas do colonialismo. A fragilidade institucional, sobretudo na confusão entre Estado e Partido no poder (e não necessariamente apenas os partidos que saíram das Independências, mas sobretudo esses, o MPLA e a FRELIMO), a dependência económica e as assimetrias no acesso à educação, à saúde e à participação política são parte de um “pós-colonialismo ainda em construção”, no qual as promessas das Independências (constantes até nos programas mínimos dos movimentos de libertação) ainda convivem com a persistência de formas (neo)coloniais, muitas das quais implementadas com a cumplicidade dos africanos e até pelos próprios.

No caso de **São Tomé e Príncipe**, arquipélago cuja colonização começou ainda no século XV, o modelo de ocupação foi desde o início orientado pela lógica da monocultura (a cana-de-açúcar, depois o cacau e o café) e pelo uso sistemático de mão-de-obra escrava africana. A ilha tornou-se, durante séculos, um dos principais entrepostos do tráfico atlântico de pessoas escravizadas. Essa herança criou uma estrutura social marcada pela desigualdade, pela marginalização de saberes locais e por profundas fraturas identitárias – traços que continuam a enformar as tensões entre a

herança colonial e a construção de uma identidade nacional para além do território geográfico das ilhas, plural, porém congregadora, e um desígnio nacional que promova transformações sociais que as populações tanto reivindicam.

3. Um pouco de história: Da colonização do arquipélago e do seu lugar nas rotas do Atlântico...

País de formação colonial, São Tomé e Príncipe é um país arquipelágico – duas ilhas que, juntamente com as ilhas de Bioko e Pagulu, formam as Ilhas do Golfo da Guiné, localizadas na costa centro-ocidental africana. As quatro ilhas pertenciam aos portugueses, cuja chegada às ilhas data do século XV, entre 1470-1471 (São Tomé e Príncipe), 1472 (Pagulu, antiga Ano Bom) e entre 1474-1475 (Bioko, primeiramente chamada ilha Formosa e, mais tarde, Fernando Pó antes de tomar o nome de Bioko, nome em homenagem a um rei do povo Bubi, que é o grupo étnico autóctone da ilha) – em ambos os casos em 1973, portanto já depois da Independência do país em 1968⁴, tendo as duas últimas tornan-

4. Não cabe no âmbito desta reflexão, mas vale a pena referir que essa alteração, coetânea do nome da capital Santa Isabel para Malabo, foi um processo de africanização dos nomes coloniais, uma política cultural e ideológica semelhante implementada por Mobutu Sese Seko, presidente do antigo Zaire (atual República Democrática do Congo), entre o final da década de 1960 e os anos 1970, denominada *Authenticité*, que buscava a reafirmação da Identidade Nacional, rejeitando influências coloniais e valorizando as tradições africanas. Essa reafirmação implicava a mudança de nomes (antropónimos e topónimos, a começar pelo presidente, cujo nome era Joseph-Désiré Mobutu, passou a chamar-se Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu wa Za Banga, mudança acompanhada pelo eufemístico incentivo (realmente proibição) de nomes europeus e da religião cristã; o país, antes República do Congo, passou a chamar-se Zaire enquanto Léopoldville passou a Kinshasa e Stanleyville a Kisangani. Outros aspetos da reafirmação diziam respeito ao vestuário (o uso do fato/terno era desencorajado, quando não proibido). Embora possa parecer uma medida benéfica à preservação da cultura africana e à descolonização cultural, o certo é que funcionava como um instrumento de controle autoritário, pois um aspeto fundamental da *Authenticité* era exaltação do *mobutismo*, o que reforçou o culto à personalidade de Mobutu, que se apresentou como “pai da nação” e símbolo da identidade africana. Eis porque, após a queda do regime em 1997, essa política foi revertida e o país passou República Democrática do Congo – nome que não deixa de ser bizarro, mas isso é

do-se terras espanholas com o Tratado do Pardo entre Portugal e Espanha (1778), pertencendo hoje à Guiné-Equatorial.

O povoamento das ilhas de São Tomé e Príncipe começou entre 1485-1493, com portugueses e africanos. Utilizando mão-de-obra escravizada do Manicongo, do Benin e da Guiné para trabalhar e povoar o arquipélago, os portugueses introduziram nas ilhas a cultura da cana-de-açúcar e a agroindústria do açúcar, inaugurando-se o sistema do engenho, estrutura socioeconómica baseada na produção de açúcar para exportação, a partir do trabalho escravizado e da grande propriedade agrícola. Simultaneamente à plantação da cana sacarina e do negócio do açúcar, na altura vendido a preço de ouro, as ilhas já funcionavam naquela altura, dada a sua posição estratégica, como entreposto de escravos, o que fez desenvolver, paralelamente, uma agricultura de subsistência, para a alimentação dos habitantes das ilhas e para abastecimento dos navios negreiros nas suas viagens entre a África e as Américas. E essas viagens intensificavam as trocas culturais com vista à “invenção da sociedade são-tomense” (Henriques, 2000). Nesses (re)encontros de culturas, as ilhas consolidaram o seu estatuto de território fundamental entre as possessões portuguesas em África, em que se experimentaram novas formas de colonização, estruturadas a partir de uma abordagem inédita, o que levaria Luiz Felipe Alencastro a considerar São Tomé como o primeiro “laboratório tropical”⁶. Com efeito, o historiador brasileiro destaca que a ilha foi um espaço de experimentação política e administrativa para o sistema colonial atlântico, onde Portugal testou mecanismos de domínio, exploração e gestão territorial, funcionando como um protótipo do que seria replicado em outras colónias portuguesas, com especial destaque para o Brasil. Este conceito – *laboratório*

outra história...

5. Isabel Castro Henriques. *São Tomé e Príncipe: A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega, 2000.

6. Luiz Felipe Alencastro. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

tropical – reforça a ideia de que o tráfico transatlântico e o sistema escravocrata foram pensados, planeados e aperfeiçoados ao longo do tempo dentro do Império português.

O século XIX seria de viragem na estruturação socioeconómica e cultural do arquipélago, com a introdução das culturas do cacau e do café, em termos de estruturação humana, económica, social e cultural do arquipélago.

Com efeito, após 300 anos em que os brancos estiveram arredados da colónia (que funcionara apenas como entreposto de escravos, desde finais do século XVI), já no século XIX, a economia da colónia conheceria um novo impulso com a introdução das culturas do cacau e do café. Instaure-se, então, um novo regime socioeconómico, o da *roça* (grandes latifúndios onde se praticava a monocultura do cacau e do café), que substituiria a economia do engenho. Esse regime de exploração económica coincide com a abolição oficial da escravatura dando, por isso, origem a um outro período caracterizado por uma dupla errância: primeiro, os fluxos de trabalhadores assalariados das possessões britânicas africanas (a Nigéria, a Serra Leoa, a Costa do Ouro, hoje Gana, os Camarões e mesmo a Libéria, grupo que ficaria conhecido nas Ilhas como de “inglês preto”) que contribuiriam para o cadinho de miscigenação, com “novos” ingredientes culturais, e, depois, com a mão-de-obra dita contratada de Angola, Cabo Verde e Moçambique. Estes elementos darão início a outro ciclo doloroso da história das ilhas: o do contrato – que, malgrado a distinção traçada por Francisco Tenreiro (1961) entre escravatura e servidão, da escravatura só diferia na designação – com a introdução, por volta de 1822, do café e do cacau, de que um dos promotores foi João Maria de Sousa e Almeida (1816-1869), mestiço de origem brasileira a quem o rei concederia “o título de Barão de Água-Izé”, nome da sua propriedade em São Tomé e nome de uma, ainda hoje, emblemática *roça* (designação que, após a Independência, seria substituída por “empresa agrícola”, como se, pela alteração do nome se lavaria o horror do passado). Porém, essas culturas já

haviam sido ensaiadas com êxito em possessões do Ultramar espanhol e em São Tomé e Príncipe arrastariam um novo fluxo de colonos instituindo-se, desta feita, a *roça* como unidade económica e sociocultural.

Iniciar-se-ia, portanto, um outro ciclo de exploração na história das ilhas – o da monocultura do cacau, escopo da “2ª colonização” – ou uma recolonização, como também é conhecido esse período. E, com ela, uma nova mestiçagem, porque novos atores culturais (de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde) entram em cena e desconstroem o “esquema de uma evolução conjunta” que São Tomé e Príncipe partilharia com Cabo Verde, segundo Francisco Tenreiro⁷, no seu artigo intitulado “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta” (1956) – Tenreiro para quem “a história sociológica dos dois arquipélagos, embora levemente desfasada, apresenta aspectos e vicissitudes idênticas até meados do século XIX” (1956, p. 11)⁸.

Em todo o caso, o próprio Francisco Tenreiro, eminente geógrafo e sociólogo são-tomense, que afirmara no ensaio supracitado, que essa outra população – a dos contratados – iria modificar a paisagem humana das ilhas porque contribuiria para a africanização dos padrões culturais (aliada ao facto de a atividade genésica lusa ter diminuído durante os anos do “grande pousio”), afirmaria em 1961 não existirem “em São Tomé e Príncipe formas nítidas de sincretismo religioso, antes se tendendo para um catolicismo autêntico, mesmo quando eivado de certa ingenuidade

7. O autor assina, enquanto poeta, Francisco José Tenreiro.

8. Mais adiante, Tenreiro explicaria essa diferença na estruturação social dos dois arquipélagos:

Em Cabo Verde, predomínio da policultura de subsistência sobre as culturas altamente rendosas; predomínio da pequena propriedade em oposição à propriedade gigante (a *Roça*) das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Em Cabo Verde a estrutura contemporânea assenta em bases que evoluíram do século XVI até à actualidade - o campo das ilhas é uma réplica do português; em S. Tomé, criou-se a “plantação”, algo de original e artificial – nem português nem africano (Francisco Tenreiro. “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta”. In *Boletim de Propaganda e Informação*, v. 5, n. 76 (1956), pp. 12-17. Praia: Imprensa Nacional, p. 15).

por parte dos crioulos de São Tomé, [com] situações sociológicas que fogem da ética de um catolicismo ortodoxo, é certo, mas que não afastam essa população do comum da gente gregária de Portugal”⁹, para concluir:

*No conjunto dos padrões do seu [do homem são-tomense] estilo de vida não se descobrem elementos que o oponham ao estilo de vida europeu. E isso porque é o resultado de profunda aculturação, de um contacto que a história da colonização estabeleceu em vários séculos e, embora em alguns aspectos sobrevivam elementos de civilizações africanas, na maioria das expressões e atitudes encontramos os paradigmas de uma influência europeia.*¹⁰

É que Francisco Tenreiro considera, como atrás já foi referido, a presença desses novos atores como de “população flutuante”, que não interferiria na matriz luso-africana que o geógrafo considera como sendo a base da mestiçagem são-tomense. Porém, tal “flutuação” só o será em termos de indivíduos e não em termos de entidade cultural, como também já se disse. A tendência para a desvalorização da componente africana parece uma constante no estudo das sociedades crioulas, como já havia notado o haitiano René Depestre em *Bonjour et Adieu à la Négritude*¹¹, referindo-se às sociedades insulares das Américas e do Caribe. Por isso, torna-se significativa a afirmação de Isabel Castro Henriques, na contramão dessa mitificação empreendida por Francisco Tenreiro quanto à prevalência da componente portuguesa no complexo cultural são-tomense:

9. Francisco Tenreiro, *A Ilha de São Tomé*. 1956. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 198.

10. Francisco Tenreiro, *op. cit.*, p. 211. Meu sublinhado.

11. René Depestre. *Bonjour et Adieu à la Négritude (suivi de travaux d'Identité)*. Essais, Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1980.

*(...) se as relações euro-africanas constituem o motor da transformação dessas ilhas desabitadas em espaços socialmente organizados, são contudo os homens e os valores africanos que impõem o ritmo e consagram a africanização de São Tomé e Príncipe*¹²

Essa nova estruturação social daria à colónia um lugar particular, com o estabelecimento de um dos mais perversos sistemas socioeconómicos do Império africano português – o sistema do contrato que, não sendo legal e tecnicamente um sistema escravocrata, na realidade funcionava como um regime de escravidão. E foi esse sistema que perdurou até 1974, e cujo desmantelamento gerou mudanças grandemente imprevisíveis com os quais, por isso, os novos governantes nem sempre conseguiram lidar.

É objetivo desta intervenção rememorar o percurso do país desde o passado colonial ao presente soberano e perceber como as heranças do passado colonial e anticolonial ainda interferem na sua trajetória e continuam a influenciar o desempenho do país. Com efeito, a Independência trouxe consigo a esperança de autodeterminação e progresso, mas também desafios estruturais herdados do período colonial, como a dependência económica e as fragilidades institucionais.

4. Do colonialismo e da resistência: 1960-1974

Muitos se interrogam por que razão são-tomenses com mais de 45-50 anos são normalmente do Club do Sporting. É que não obstante o seu carácter elitista, em Portugal e em São Tomé e Príncipe, foi no Clube do Sporting que germinou a vanguarda nacionalista são-tomense através de muitas atividades culturais e recreativas, sempre com um cunho pedagógico, visando a construção de uma comunidade de nacional, de uma ideia de *Nação*. Diferentemente de outros clubes, de que os negros eram excluídos, ainda que mais “populares”, como o Benfica ou o Andorinha, o Sporting

12. Isabel Castro Henriques, *op. cit.*, p. 13.

congregava a elite forra, os “filhos da terra”, e pessoas aspirantes a ela, que viam no *colomba*, o branco colonizador, o usurpador de suas terras – razão pela qual se recusava, como cidadão, a trabalhar nas roças dos brancos. Com efeito, não estando submetidos ao abominável Estatuto do Indígena (1926-1961, com muitas reestruturações), tal como os cabo-verdianos, os forros são-tomenses eram proprietários de pequenas roças que ainda mantinham depois do processo de espoliação a partir da segunda metade do século XIX, com a introdução do cacau e do café – que Francisco José Tenreiro designou, em *A Ilha de São Tomé* (1961) “processo de papas e bolos”.

Assim, os forros, que se consideravam homens livres e mantinham uma sobrançeria em relação aos contratados angolanos e moçambicanos, que na verdade consideravam traidores e demasiado servis, ficaram na mira do poder colonial numa altura, logo após a II Grande Guerra, em que faltava mão de obra nas roças de cacau. E o novo governador da Província de São Tomé e Príncipe, Carlos de Sousa Gorgulho (1945-1948), pressionado pelos roceiros latifundiários, prometera-lhes, e a si próprio, que poria os forros a trabalhar nas roças. Foi essa a sua determinação no 2º mandato (janeiro-maio de 1953). Embora desde o primeiro mandato Carlos Gorgulho fosse tomando medidas de forma a “dificultar a subsistência dos forros” para os obrigar “a aceitar o contrato nas roças” (Seibert, 2023, p. 2), foi no 2º mandato que foram desencadeadas ações de perseguição que levariam ao massacre, que começou na região de Batepá, no dia 3 de fevereiro, e se prolongou por um mês. Uma dessas ações foi a propaganda anticomunista:

(...) o governador Gorgulho afirmou que havia uma conspiração comunista na Trindade para instalar Salustino Graça, um são-tomense proeminente, como líder de um governo independente. Assegurou que os rebeldes pretendiam matar todos os brancos e apoderar-se das suas mulheres. Gorgulho exortou

todos os colonos a tomar armas para se defenderem da suposta ameaça. (Seibert, 2023, p. 35).

Nessa sanha repressiva, os contratados foram enquadrados numa “tropa colonial” para ajudar as milícias, o que fez acentuar o contencioso entre forros e contratados, que continuou até muito depois da Independência, em 1975 (e, porventura, até hoje).

Não é minha intenção falar do Massacre de Batepá, cuja fortuna crítica tem vindo a ser cada vez mais robusta, entre historiadores, antropólogos e escritores, mas dos seus desdobramentos. Por exemplo, a percepção de que o sentimento nacionalista ficou acirrado depois do Massacre do Batepá, em fevereiro de 1953.

É neste contexto que, em 1960, foi fundado o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) por um grupo de nacionalistas (em São Tomé, na metrópole e no estrangeiro) que se opunham explicitamente ao regime colonial. Por causa dessa dispersão geográfica, há versões diferentes sobre esse processo, mesmo entre os que terão estado presentes: por exemplo, Guadalupe de Ceita, no seu livro *Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação e Progresso de S. Tomé e Príncipe* (2015), diz ter sido o CLSTP fundado no dia 17 de setembro de 1960, numa reunião clandestina em São Tomé (em Bobô Forro, casa de um dos presentes) – versão corroborada por outro protagonista, António Pires dos Santos (aka Oné), assim como Leonel Mário d’Alva no seu livro recentemente lançado, *Meu Percurso: Génese de uma Nação no Centro da Terra* (2024), embora fale de uma diferença na nomeação, que teria ocorrido em Acra. Essa aparente disparidade geográfica compreende-se não apenas pela geografia dos fundadores como ainda num contexto em que no início, e até 1972, os são-tomenses sempre tiveram o apoio ideológico tanto do MPLA quanto do PAIGC (lembre-se, por exemplo, que, na Casa dos Estudantes do Império, Amílcar Cabral representava Cabo Verde e São Tomé e Príncipe na secção *Ilhas...*).

Em 18 de abril de 1961, em Casablanca, o CLSTP foi um dos movimentos integrantes da CONCP (Conferência das Or-

ganizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), fundada em Rabat por Amílcar Cabral e Aquino de Bragança, com o patrocínio do rei Hassan II, que foi um grande apoio aos movimentos de libertação. Sob o impulso da CONCP, o CLSTP seria depois reconhecido pela OUA¹³ como único e legítimo representante do povo do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Tal como nas outras colónias, os seus membros estavam exilados na Guiné-Conacri, na Guiné Equatorial, no Gabão mormente, e, claro, com membros clandestinos no interior. Em 1972, o CLSTP transformou-se, diz-se que sob impulso do MPLA (os médicos Tomás Medeiros e Azancot de Menezes, por exemplo, militaram no MPLA), em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), numa reunião em 12 de julho, em Malabo (antiga Santa Isabel, Guiné- Equatorial – razão por que se refere a essa geração como “grupo de Santa Isabel”, com todos os significados que essa designação gera: conflitos, diferendos, até ódios...), segundo Leonel d’Alva no seu referido livro. Interessantemente, em nenhuma dessas versões inclui Manuel Pinto da Costa na criação do CLSTP, senão na transformação do CLSTP em MLSTP, em Santa Isabel.

Não existindo em São Tomé e Príncipe uma Sierra Maestra, a luta foi sobretudo clandestina internamente, e diplomática externamente, sob os impulsos dos outros movimentos de libertação – e até com a participação dos *compagnons de route* de outras nacionalidades. Vale, neste contexto, ler o discurso de Amílcar Cabral pronunciado na 2ª Conferência da CONCP, em 5 de outubro de 1965, em Dar es Salaam, reproduzida e analisada por Tomás Medeiros no seu livro *A Verdadeira Morte de Amílcar Cabral* (2012), no capítulo V, intitulado “Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral” – *unidade* que Dulce Almada havia definido com “os fundamentos culturais e políticos” como

13. Fundada a 25 de maio de 1963 em Adis Abeba, na Etiópia, por trinta chefes de Estado e de Governo africanos, cujo objetivo era pugnar e apoiar as colónias europeias na luta pela autodeterminação dos povos africanos colonizados pelos países europeus.

sendo a “força aglutinadora no combate contra o inimigo comum – o colonialismo” (1984, p. 205)¹⁴.

Deve dizer-se que o papel dos nacionalistas no interior foi crucial para a manutenção da resistência: Quintero Aguiar, Alda Espírito Santo, Norberto Costa Alegre pai, Gastão Torres, Lereño da Silva Mata, Pedro Gomes são alguns dos nomes dos que davam o corpo ao manifesto anticolonial, vigiados e perseguidos pela PIDE/DGS¹⁵.

5. O 25 de abril e as suas raízes africanas: Perspetivas ideológicas

O 25 de abril de 1974 foi um acontecimento de grande importância para os povos das colónias portuguesas de África, porque instaurou um novo regime político, que rapidamente se foi comprometendo com a descolonização desses territórios. Falo no gerúndio, não por beligerância, porém, porque a questão da descolonização não era uma questão consensual dentro do Movimento das Forças Armadas (MFA) – assim como ser antifascista não era sinónimo de ser anticolonialista. Com efeito, a independência das colónias não era consensual entre os militares do MFA: por exemplo, a palavra *colónia* não aparece nos documentos do MFA, cuja linguagem em relação à descolonização era ainda muito colonial... Havia leituras diversas do processo da descolonização e para o MFA apenas importavam as colónias que eram teatro de guerra (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), não fazendo São Tomé e Príncipe (e Cabo Verde) parte das suas preocupações, não obstante haver alguma consciência das barbaridades que lá se pas-

14. Dulce Duarte. “A dimensão cultural na estratégia de libertação nacional: os fundamentos culturais da unidade Guiné-Cabo Verde”. In: AA.VV. *Continuar Cabral: Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Cabo Verde, 17 a 20 de janeiro de 1983. Lisboa: Edição Grafedito/Prelo-Estampa, 1984, pp. 205-224.

15. N. do E.: PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado) e DGS (Direção-Geral de Segurança), que foram polícias políticas portuguesas durante o período salazarista.

savam, como o Massacre de Batepá, de 1953, e o facto de a colónia ter sido o local de degredo de Mário Soares.

E, no entanto, é importante considerar a relação entre a luta dos povos africanos contra o colonialismo e os movimentos de resistência que inspiraram a Revolução dos Cravos, o que leva a que se diga – na verdade, que se grite sempre, nas comemorações do 25 de abril, ao descer a Avenida da Liberdade, lugar simbólico das manifestações do 25 de abril – que o 25 de abril nasceu em África. Com efeito, o impacto dessas lutas pode ser observado no cansaço das tropas portuguesas e no descontentamento interno que culminou no golpe de 25 de Abril de 1974. Cabe aqui convocar Franz Fanon, que enfatiza em *Os Condenados da Terra* (1961), que a luta anticolonial africana foi central para a reformulação dos discursos sobre liberdade e autodeterminação, porque é importante “contar mais sobre o que foi essa guerra, e a forma como as ideias, as relações dos movimentos de libertação inspiraram também o movimento anti-fascista, onde aliás alguns deles militaram diretamente”, como afirma a socióloga Cristina Roldão (2025)¹⁶.

A ideia de que o 25 de abril “nasceu” em África remete a uma análise crítica sobre a construção de narrativas históricas e a centralidade do continente africano nos processos que moldaram a Revolução dos Cravos em Portugal. Para compreender essa afirmação, é necessário considerar as conexões entre as guerras coloniais, a resistência africana e o impacto desses eventos na queda do regime ditatorial português. De acordo com estudiosos como Achille Mbembe (2000)¹⁷, a modernidade foi estruturada a partir da relação entre a Europa e a África, sendo esta última não apenas um espaço de exploração, mas também de resistência e criação cultural. E, no entanto, a influência africana nas formações políticas e

16. Cristina Roldão. “Uma luta anti-fascista que não é anti-racista está incompleta”. Entrevista a Margarida Valença. In: *Shifter*, 17 de fevereiro de 2025: <https://shifter.pt/2025/02/cristina-roldao-uma-luta-anti-fascista-que-nao-e-anti-racista-esta-incompleta/> (Acesso: 21 de fevereiro de 2025).

17. Achille Mbembe. *De la postcolonie: Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Karthala, 2000.

culturais globais tem sido frequentemente marginalizada em discursos historiográficos tradicionais.

Por isso, nunca é demais repetir que o 25 de abril “nasceu” em África. Isso não significa retirar o protagonismo aos Capitães de Abril, porém apenas reivindicar o reconhecimento dos africanos também como atores da mudança. Ora, esse reconhecimento até hoje não é sequer equacionado, quando se leem os manuais de História no ensino português, quer no ensino básico quer no nível secundário. Como afirma Cristina Roldão (2024), na sua luta pela descolonização dos manuais escolares,

*A partir dos manuais de história é difícil compreender o porquê da expressão “O 25 de Abril nasceu em África”. A radicalização dos capitães de Abril é narrada como resultado da revolta contra as injustiças na carreira militar e da constatação de que seria impossível vencer a guerra colonial. É como se o contato destes com o projeto político-ideológico dos movimentos de libertação pouco ou nada tivesse pesado.*¹⁸

Dessa forma, a afirmação de que o 25 de abril nasceu em África pode ser compreendida como uma forma de ressignificar eventos históricos e reconhecer a participação do continente na formação das lutas que resultaram na descolonização e na transição democrática portuguesa e, portanto, a centralidade do continente africano na luta pela liberdade, pela dignidade e por justiça social. O papel de África na resistência ao colonialismo e na luta por justiça política, social e cultural global evidencia a necessidade de uma revisão crítica das narrativas dominantes. Ao valorizar essas perspectivas, amplia-se o entendimento sobre a interconectividade dos movimentos históricos de resistência (e também a resistência anti-fascista) e sobre a necessidade de reavaliar a maneira

18. Cristina Roldão. “Descolonizar o 25 de Abril nos manuais”. In: *Público* (Lisboa), 25 de Abril de 2024.

como as narrativas são construídas, muitas vezes por estratégicos silenciamentos.

6. O Acordo de Argel (26 de novembro de 1974): Entre memória e ressentimento

Após o 25 de abril, o Movimento das Forças Armadas (MFA) manteve o governador Cecílio Gonçalves em funções até à nomeação de Pires Veloso, oficial ligado ao MFA, em julho de 1974. Tal como em outros territórios coloniais, caberia ao novo governador o início dos contactos com os são-tomenses autonomistas – que, no entanto, não tinham implantação no país. Por isso, começaram a surgir tendências organizadas em movimentos (a Frente Popular Livre), que defendiam “um processo autonómico alargado por um período mais longo, que culminaria com a independência”¹⁹, que muitos terão entendido como uma autonomia à Rodésia do Sul... Pires Veloso tendia para a negociação com essas forças consideradas “menos radicais”. Para sair da clandestinidade e ser (re) conhecido pelo povo, o MLSTP mobilizou, sob a tutela de Alda Espírito Santo (em São Tomé) e Gastão Torres (em Lisboa) jovens estudantes, em São Tomé e em Portugal, alguns dos quais filhos dos nacionalistas “internos” – estudantes universitários em Portugal que suspenderam os seus estudos e regressaram ao país. Formou-se, em 15 de junho de 1974, a *Associação Cívica pró-MLSTP*, que passou a desenvolver intensa atividade política em todo o país. Com efeito, em três meses esses jovens conseguiram que o povo exigisse “Independência Total e Completa” doravante *slogan* mobilizador – contra a aspiração federativa da Frente Popular Livre, que desapareceu (e cujos membros depois da Independência, foram perseguidos, como qualquer pessoa que pensasse diferente, aliás) e impuseram o MLSTP como o único interlocutor legítimo para negociar a Independência do arquipélago. Ficou célebre o comício de 22 de agosto de 1974 junto ao Palácio do Governo... Na verdade, o que aconteceria é que o povo passaria a

19. Alcídio Pereira, em mensagem à autora (17/04/2025).

(re)conhecer os membros da *Associação Cívica* para além de (apenas) “mediadores”, o que incomodava tanto Pires Veloso (que os considerava “radicais”, sobretudo na questão relacionada com a presença dos militares portugueses no arquipélago, afirmando Pires Veloso reechar uma tentativa de tomada violenta do poder) quanto certa cúpula do MLSTP: alguns membros, dimensionados que estavam na luta pelo poder, viam ameaçado o seu estatuto de “libertadores” – e passaram, por isso, a ver a *Associação Cívica* não já como um aliado, mas como um oponente. Por isso, através de um processo maquiavelicamente manipulador, que não cabe no âmbito desta reflexão, o golpe à *Associação Cívica* – ou simplesmente a *Cívica*, como ficaria conhecida na história – aconteceria em março de 1975, como resultado de uma luta interna dentro do MLSTP, tendo a facção vencedora conseguido de Pires Veloso a cumplicidade necessária para neutralizar a *Associação Cívica*, cujos membros foram obrigados a sair das ilhas para Angola, Moçambique, enquanto outros regressaram a Portugal...

Seja como for, foi já num clima de larvar contencioso interno no MLSTP que Portugal reconhece o direito à autodeterminação e independência do território, a que se seguiria o apoio dos oficiais dos três ramos das Forças Armadas em serviço na colónia, o que terá sido assumido por unanimidade numa reunião de 3 de outubro de 1974.

As negociações entre os dois interlocutores vieram a ocorrer em novembro de 1974, em Argel, entre a delegação de Portugal, dirigida por Almeida Santos, e os membros do MLSTP. E embora não haja registos arquivísticos, pelo menos públicos, que identifiquem nominalmente todos os membros do MLSTP presentes, as fotografias e a memória dos atores políticos “dizem-nos” que estiveram presentes em Argel Miguel Trovoada, Gastão Torres, José Fret Lao Chong, Pedro Umbelina, Evaristo de Carvalho e Víctor Correia. E, assim, o Acordo de Argel foi assinado no dia 26 de novembro de 1974 e, para além da criação do cargo de Alto-Comissário português e um Governo de Transição, dele constam

determinações que moldariam o perfil da Independência de São Tomé e Príncipe, de que se sintetizam as seguintes em três parágrafos, segundo a Lei n.º 12/74, de 17 de dezembro (Lei n.º 12/74 | DR), publicada no *Diário da Governo* (português), nº 293/1974, de 17 de dezembro²⁰:

- Portugal reafirmava o direito do povo de São Tomé e Príncipe à autodeterminação e independência e reconhecia o MLSTP como interlocutor único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe;
- Os órgãos de governo para o período de transição eram um alto-comissário e um governo de transição: o alto-comissário seria nomeado pelo Presidente da República e competia-lhe representar o Estado português no território; o governo de transição, com um primeiro-ministro e quatro ministros nomeados pelo MLSTP e um ministro nomeado pelo Presidente da República (portuguesa), tinha competência legislativa e executiva.
- A Independência do novo país seria proclamada no dia 12 de julho de 1975 (data da transformação do CLSTP em MLSTP), como viria a acontecer...

7. Dos primeiros anos da Independência à abertura multipartidária

Não será temerário dizer que a Independência do país, doravante República Democrática de São Tomé e Príncipe²¹, foi proclamada (em 12 de julho de 1975) sob o signo de uma fratura interna (Gastão Torres, Pedro Umbelina e os jovens da *Associação Cívica* haviam sido obrigados a deixar as ilhas, sob pena de serem presos, com a cumplicidade entre o Alto-Comissário e a

20. Diário do Governo n.º 293/1974, 3º Suplemento, Série I de 1974-12-17, páginas 1580-(11) a 1580-(12).

21. É voz comum que a designação foi uma imposição de Manuel Pinto da Costa, então presidente incontestável do MLSTP, que havia estudado Economia na República Democrática da Alemanha.

cúpula da facção vencedora do MLSTP) – como seria, aliás, o caso do MPLA, com a dissidência da Revolta Activa e da Revolta do Leste...

Os primeiros quinze anos da Independência foram caracterizados por cíclicas purgas internas, através de *intentionas* e acusações de crimes de contrarrevolução, que “justificavam” perseguições, prisões, torturas, assassinatos e expulsões de nacionais do país. Estava instalado, como em outros países “irmãos”, um monolitismo político (que também em outras geografias nacionais trouxe tanta dor, logo nos primeiros anos das Independências). Nos finais dos anos 70-princípios dos anos 80 do século XX, em São Tomé e Príncipe já havia sido instaurado um regime não apenas ditatorial, mas autocrático, sob a batuta de Manuel Pinto da Costa. E um país depauperado, cujos decisores não conseguiram lidar com as transformações socioeconómicas decorrentes da herança de um sistema de produção baseado no trabalho forçado, legado aliado a uma ortodoxia político-económica e cultural.

É então que São Tomé e Príncipe começou a tornar-se num país de emigração, primeiro por razões políticas e, a partir da segunda década dos anos 2000, por razões económicas (tendo nos últimos anos 40 mil são-tomenses saído do país, cerca de 25 mil apenas no ano de 2023, “à procura de melhores condições de vida, melhor formação e melhor saúde”²², nas palavras do presidente Carlos Vila Nova, num ato de reconhecimento do que vem acontecendo e que provocou uma troca azeda de argumentos entre o PR e o PM para quem “o nosso país não está assim tão mal”²³).

22. Forbes Staff. “Cerca de 24 mil são-tomenses viajaram para Portugal este ano”. In: *Forbes África Lusófona*, 30 novembro 2023. Cerca de 24 mil são-tomenses viajaram para Portugal este ano – Forbes África Lusófona (Acesso: 3 de março de 2025).

23. Josimar Afonso. “Presidente da República exige ao Governo estratégia para lidar com a vaga de emigração”. In: *RSTP*, 24 de novembro de 2023. Presidente da República exige ao Governo estratégia para lidar com a vaga de emigração (Acesso: 3 de março de 2025).

Na verdade, um dos elementos mais incontornáveis da relação que o ilhéu sempre mantivera com o mar e, por conseguinte, com o continente, era o imaginário da continuidade geográfica: o são-tomense referia-se a Angola como o “Sul”: “ê bá sulu”²⁴ era a resposta sobre para onde alguém emigrara, necessariamente para Angola – e não “ele foi para Angola”. Tal relação com o “Sul”, então único destino de emigração, foi sendo modificado, porque São Tomé e Príncipe, país onde a emigração não era histórica, foi-se tornando realidade depois da Independência, mais precisamente nos anos 80, sendo, desde então, um país onde a emigração se tem vindo a constituir-se como uma opção natural: para Angola, para Portugal, para países do continente (Gabão e Camarões) e, depois, para o Reino Unido – sendo hoje 1/3 da população são-tomense emigrante.

E é assim que se chega, em 1990 – por exaustão do poder, acelerada pela queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética – à abertura multipartidária, com a aprovação da nova Constituição em 1990, após uma Conferência Nacional do MLS-TP, de 5 a 8 de dezembro de 1989. Se Cabo Verde foi o primeiro dos cinco países a abrir-se a um sistema multipartidário, a 13 de janeiro de 1991 (eleições presidenciais) e 17 de fevereiro de 1991 (eleições legislativas), São Tomé e Príncipe seguiu-se-lhe a 20 de janeiro do mesmo ano; Angola a 29 e 30 de setembro de 1992, conforme os Acordos de Bicesse (1991) entre o MPLA e a UNITA; a Guiné-Bissau a 3 de julho (primeira volta) e 7 de agosto de 1994 (segunda volta, eleições presidenciais); e finalmente Moçambique a 27 e 28 de outubro de 1994, após o Acordo Geral de Paz, em Roma (1992), que pôs fim à guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO.

No entanto, não se pode dizer, com rigor, que se tivesse instaurado um regime verdadeiramente democrático, apesar das eleições livres, porém longe de justas, dado o instituído sistema

24. Expressão do crioulo forro, da ilha de São Tomé, que significa “Ele foi para o Sul (Angola)”.

de “banho” (pagamento aos eleitores, às vezes à boca das urnas, o que é crime, porém ostensivamente impune) se ter instaurado no país a partir das segundas eleições, o que tem vindo a viciar o espírito das eleições democráticas. Nem o regime parece, ainda hoje, cumprir alguns requisitos tais como a separação de poderes, a liberdade de imprensa, a proteção dos direitos humanos e das minorias, accountability (ou seja, a transparência e a prestação de contas), a participação cidadã ativa, que fariam de São Tomé e Príncipe um Estado de direito, com instituições que realmente funcionassem. Pelo contrário, o elevado número de governos – o 18º tomou posse em janeiro de 2025, concluindo apenas dois governos o seu mandato (o 16º, 2014-2018; e o 17º, 2018-2022) – mostra como, desde 1991, a dinâmica política de São Tomé e Príncipe ao longo das últimas décadas tem sido caracterizada por um clima de dissensões e até de ódios cumulativos derivados de um passado de guerrilha partidária, instabilidades devidas à incapacidade de diálogo interno, acusações de deslealdade entre os ocupantes da Primatura e da Presidência, corrupção generalizada, falta de um consensual desígnio nacional, incapacidade de negociar com parceiros externos – tudo isso com reflexos nos sectores fundamentais da sociedade.

8. A herança colonial e os desafios das transformações sociais²⁵

Refletir sobre *a herança colonial e os desafios das transformações sociais* implica, portanto, pensar criticamente o lugar do coletivo nas práticas políticas, socioeconómicas, culturais e educativas, e compreender como as marcas do passado colonial ainda operam nas formas de exclusão e também nas possibilidades de reinvenção coletiva.

25. Prefiro esta designação a do termo desenvolvimento, normalmente pensado numa perspectiva eurocêntrica, hierarquizando as sociedades, porque baseado em crescimento económico, industrialização, urbanização e adoção de padrões ocidentais, sem qualquer contextualização histórica, cultural ou espiritual.

São Tomé e Príncipe vive grandes desafios a várias escalas, como, aliás, muitos países africanos. Porém, exponencia as suas fragilidades o facto de se tratar de um país arquipelágico, em que a pequenez territorial inibe qualquer aventura empresarial mais ousada e as relações familiares se entrelaçam até na atividade política e partidária.

Um dos principais desafios contemporâneos reside na redefinição da soberania económica e política, incluindo na soberania política a separação dos poderes. De São Tomé e Príncipe pode dizer-se que a *judicialização da política* confunde-se às vezes com a *politização da justiça* e ambos os fenómenos são uma das grandes causas da instabilidade política e da fratura societária. Por outro lado, a dependência da ajuda internacional e da exploração limitada de recursos naturais, como o petróleo *offshore* (ainda não explorado, porém já a gerar ciclos de corrupção), coloca o país num lugar geoestratégico vulnerável. É sabido que o problema da “soberania pós-colonial” (Mbembe, 2000) está no facto de que a Independência formal nem sempre se traduzir em autonomia efetiva, sobretudo quando os Estados pós-coloniais se veem enredados em dinâmicas globais de dominação económico-financeira, técnica, tecnológica e até diplomática. E, contudo, não obstante uma graduação muito polémica, em dezembro de 2024 o arquipélago ascendeu ao estatuto de País de Rendimento Médio, o que muitos economistas, sociólogos, politólogos consideram uma armadilha (como antes Cabo Verde, em 2020). E isso aconteceu numa altura em que o país continuava sem um acordo alargado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entretanto já conseguido, e em que são ainda persistentes grandes desigualdades socioeconómicas.

Decorrente desse, põe-se o desafio da justiça social e histórica. As memórias do contrato, do trabalho forçado, do racismo institucional (a persistência do imaginário da inferiorização, pelos forros, dos contratados e dos tongas, seus descendentes), da desvalorização da resistência anticolonial, da luta pela Independência e

contra a repressão pós-colonial permanecem, muitas vezes, relegadas a um silêncio pastoral, numa suposta tentativa de pacificação, que não acontece precisamente porque não há paz sem justiça.

No plano cultural e educativo, o país deve dedicar-se à reconstrução do imaginário nacional, sobretudo porque o sistema educativo ainda reproduz, em parte, epistemologias e metodologias alóctones, mormente eurocêntricas, herdadas do período colonial e não tem conseguido construir alternativas ou de reinventar as conhecidas. Como propõe Ngugi wa Thiong'o em *Decolonizing the Mind* (1986)²⁶, a verdadeira descolonização passa pela descolonização da mente, do imaginário, o que exige uma reforma profunda dos currículos escolares acompanhada de uma séria formação de professores, o trabalho visando a oficialização da língua forra a fim de ser erigida a língua de ensino, e os mecanismos de valorização dos saberes locais.

É que a língua portuguesa, oficial e institucionalizada, convive com as línguas crioulas (o forro, o angolar, o lunguiê e o cabo-verdiano) que, no entanto, continuam a ser socialmente desvalorizadas, na medida em que ainda são línguas da informalidade. A ausência dessas línguas nos espaços formais de poder e saber contribui para o distanciamento entre o Estado e a população. A proposta de uma «ecologia dos saberes»²⁷ pode oferecer caminhos alternativos, permitindo o reconhecimento da pluralidade epistemológica, linguística e cultural da sociedade são-tomense.

Por isso, outro desafio relevante é o da memória histórica e cultural. Ainda que a Independência tenha simbolizado um corte formal com o passado colonial, muitos processos de reconciliação com esse passado não foram plenamente realizados. A construção de políticas públicas de memória — que envolvam museus, arqui-

26. Ngugi wa Thiong'o. *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey Ltd / Heinemann, 1986.

27. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes. "Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes". In: *Hiléia* – Revista de Direito Ambiental da Amazônia. Ano-4, n.º 6 – janeiro/junho de 2006, pp. 11- 103.

vos, educação e o manancial da sabedoria oral — é fundamental para que a Nação são-tomense possa reconhecer-se plenamente e curar as cicatrizes pela violência colonial e pós-colonial.

Por fim, os desafios contemporâneos devem ser pensados em diálogo com os movimentos juvenis e socioculturais emergentes, que têm questionado os limites do projeto nacional herdado da Independência, pois é preciso estar ciente de que a juventude, muitas vezes convocada de forma teleológica, é também produtora de futuro — no país ou fora dele, como já foi referido. E, no entanto, jovens artistas, escritores, ativistas e outros profissionais vêm construindo novas formas de enunciação que articulam memória, crítica social e imaginação política. Sem o sentido de “obediência” a uma qualquer tradição que pouco lhe diz porque não já respondem às suas necessidades.

O futuro de São Tomé e Príncipe parece depender, portanto, da capacidade de integrar passado, presente e futuro numa narrativa inclusiva e plural, que enfrente com lucidez as heranças do colonialismo e os fracassos do pós-independência, sem deixar de imaginar alternativas de transformação. Isso exige coragem política, abertura para o diálogo interno, criatividade cultural e uma ética de responsabilidade coletiva — ingredientes essenciais para qualquer projeto verdadeiramente nacional.

Em todo o caso, cada mudança de governo é sempre acompanhada de um reavivar da esperança de um futuro melhor. É dessa esperança que se alimenta o povo são-tomense, também com o mais recente governo (que tomou posse em janeiro de 2025), sobretudo porque sendo o primeiro-ministro um político saído das fileiras do ADI (Ação Democrática Independente)²⁸ — um partido cujo presidente, Patrice Trovoada, se comporta como seu proprietário transformando os membros em empregados assalariados, e que, enquanto primeiro-ministro, sempre manteve uma atitude de constante guerrilha política e sobrançeria em relação a

28. Criado em 1994 por Miguel Trovoada, pai do atual presidente do partido, Patrice Trovoada.

outros partidos – o discurso do recém-nomeado Américo Ramos foi pautado pelo “sentido de missão e a humildade democrática que caracterizam os comuns dos mortais que, como tais, não são deuses do Olimpo”²⁹.

O discurso do antigo “acólito” parecia conter uma mensagem e todos convergiram na identificação do seu destinatário.

Lisboa, abril de 2025

29. Discurso de tomada de posse do primeiro-ministro Américo Ramos, no dia 14 de janeiro de 2025, no Palácio Presidencial, em São Tomé.

Reflexões sobre os 50 Anos de Independência de São Tomé e Príncipe¹

WALTON NASCIMENTO DA TRINDADE

Natural de São Tomé e Príncipe, doutorando em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFABC.

Ao analisar os 50 anos de independência de São Tomé e Príncipe, é inevitável destacar a importância das instituições públicas na construção do Estado e no processo de desenvolvimento do país. No entanto, um dos aspectos mais críticos da trajetória de São Tomé e Príncipe é a falta de diversificação econômica, que continua sendo um obstáculo significativo para o progresso do país. Sendo da área de administração pública, vejo com grande preocupação a incapacidade do país em adotar políticas estratégicas para diversificar sua economia, o que compromete a estabilidade financeira e o bem-estar da população.

Desde a sua independência, São Tomé e Príncipe manteve uma estrutura econômica profundamente dependente da exportação de *commodities*, como o cacau e o café. Embora esses produtos tenham sido a base da economia durante o período colonial, a independência não trouxe a transição necessária para um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Ao longo dos anos, o país falhou em promover setores como a agricultura sustentável, a indústria leve, o turismo e a tecnologia, que poderiam ter funcionado como motores de crescimento econômico

1. A íntegra da apresentação de Walton da Trindade no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=lwy8Oe-S7TY>

alternativos. A dependência de um número restrito de produtos e mercados externos torna a economia vulnerável a flutuações globais, limitando as oportunidades internas de crescimento e desenvolvimento.

Essa falta de diversificação não só afeta a estabilidade econômica de São Tomé e Príncipe, mas também a sua capacidade de criar empregos, gerar renda e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. A diversificação econômica é uma das chaves para alcançar a autossuficiência e reduzir a dependência de ajuda externa, mas, para isso, é preciso um investimento significativo em infraestrutura, educação e formação de capital humano. A criação de um ambiente favorável para novos negócios, a atração de investimentos estrangeiros e o incentivo à inovação são medidas essenciais que não podem ser mais postergadas.

Além da questão econômica, outro ponto crucial que merece destaque é a ausência de uma representação diplomática efetiva de São Tomé e Príncipe no Brasil. Apesar das relações históricas entre os dois países, que compartilham laços culturais e uma visão comum de desenvolvimento, São Tomé e Príncipe não possui uma embaixada ou representação diplomática no Brasil. Este fato é emblemático de uma falha estratégica na política externa do país, que não tem aproveitado as oportunidades oferecidas pela crescente presença de São Tomé e Príncipe no cenário internacional, especialmente em países da diáspora africana e em economias emergentes, como o Brasil.

A falta de uma representação diplomática no Brasil limita as possibilidades de interação política, comercial e cultural entre os dois países. O Brasil, com sua grande diversidade econômica e posição estratégica na América Latina, poderia ser um importante parceiro para São Tomé e Príncipe em termos de comércio, investimentos e cooperação técnica. A ausência de uma embaixada ou consulado em solo brasileiro impede o estreitamento de laços e dificulta a promoção de uma agenda bilateral robusta. Além disso, essa falta de presença institucional também enfraquece a voz

de São Tomé e Príncipe em fóruns internacionais, onde o país poderia defender seus interesses de forma mais eficaz. Esse é um exemplo claro de como as limitações das instituições públicas em São Tomé e Príncipe não só afetam o desenvolvimento interno, mas também sua capacidade de se projetar no cenário global. Se o país não investir na construção de uma política externa sólida, com representação diplomática em países-chave, como o Brasil, continuará a perder oportunidades valiosas para seu crescimento e fortalecimento no cenário internacional.

Em resumo, o caminho para o futuro de São Tomé e Príncipe passa pela urgência de uma reforma nas suas instituições públicas e na criação de uma economia diversificada que não dependa exclusivamente de *commodities*. A falta de uma estratégia econômica robusta, capaz de fomentar novos setores produtivos e garantir a estabilidade econômica, é uma falha estrutural que precisa ser corrigida. Da mesma forma, a ausência de representação diplomática no Brasil é uma lacuna que reflete a necessidade de uma política externa mais proativa, capaz de estreitar relações com países estratégicos e ampliar as oportunidades de desenvolvimento para o país.

São Tomé e Príncipe tem grande potencial para superar esses desafios, mas isso exige uma mudança profunda em sua abordagem tanto no âmbito interno quanto externo. Fortalecer as instituições públicas, diversificar a economia e melhorar a representação diplomática são passos cruciais para um futuro mais sustentável e próspero para o país.

Encerramento¹

Seminário foi ação de memória crucial para a relação Brasil-África

ELEN COUTINHO

Economista graduada na UFBA, diretora da Fundação Perseu Abramo e responsável pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política.²

Em nome da Fundação Perseu Abramo, eu quero agradecer a todas as pessoas, a todos os expositores e expositoras que estiveram presentes, agradecer à universidade que nos acolheu, a UFABC e, mais especificamente, ao Centro Acadêmico de Relações Internacionais, ao Bacharelado de Relações Internacionais, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, ao Observatório de Política Externa Brasileira, ao Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e também aos discentes e docentes que estiveram conosco ao longo desses dois dias.

Como falou Valter Pomar, nosso diretor de Cooperação Internacional, no próximo ano, a Fundação Perseu Abramo completará 30 anos de existência. E, na minha opinião, este seminário realiza-

1. A íntegra da apresentação de Elen Coutinho no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=-0PLQ3-pOcw>

2. O objeto do Centro Sérgio Buarque de Holanda — cujo nome homenageia um dos fundadores do PT — é a preservação e a difusão da memória do Partido e das lutas das trabalhadoras e trabalhadores no Brasil. E esse é um trabalho contra-hegemônico que nós consideramos muito importante.

do nestes dois dias é um marco para a Fundação. Ficará gravado na memória da nossa instituição. Foi um evento muito importante.

É inegável que ao longo dos dois primeiros governos do presidente Lula houve uma atuação muito forte na cooperação Sul-Sul, com especial atenção à África. No entanto, nós do PT e da Fundação Perseu Abramo tivemos, historicamente, um trabalho mais voltado à integração latino-americana. Esta atividade inaugurou um novo momento. Um momento em que a África ocupou um espaço nas nossas relações partidárias e no nosso diálogo de compreensão, de troca, de integração, um momento de verdadeira aproximação cultural.

Eu considero que este seminário foi uma ação de memória crucial, que não apenas resgatou trajetórias de luta, mas também refletiu, de forma parceira, sobre um futuro livre e pós-colonial.

Uma fala que marcou este evento veio logo na primeira mesa, com Rubilson Delcano, quando ele disse: “Não somos lusopenses”. Essa colocação materializa uma questão. Embora a língua portuguesa, os PALOP não são definidos pela cultura, não são definidos pela visão de mundo ou pela forma de pensar da tradição lusitana. Esse é o contexto pós-colonial: falar português não significa ser definido pela herança colonial. No Brasil, essa realidade ressoa profundamente. Nossa identidade linguística e cultural não é extensão da portuguesa. É algo nosso, diverso, forjado no diálogo entre diferentes matrizes culturais.

Ainda nessa mesma mesa, Miguel de Barros nos trouxe um ponto muito bonito ao resgatar a relação e a influência de Amílcar Cabral em Paulo Freire, destacando a imensa contribuição para a pedagogia da libertação. O simbolismo dessa passagem é imenso.

Também ficou marcada para mim a fala de Beluce Bellucci, quando ele colocou em perspectiva a condição dos PALOP, desses 50 anos de independência, em relação aos 200 anos do Brasil. Quando ele falou dessa condição de olhar para si próprio e se pensar de outra forma, condição que no Brasil ainda está em construção.

E, no segundo dia de seminário, Matilde Ribeiro nos lembrou o bicentenário da independência do Brasil, em 2002, momento em que o governo brasileiro — então dirigido pela extrema-direita — tentou propagar a imagem de um país em que o povo não participava da construção da independência, da construção da nação.

Esse diálogo com a memória das lutas dos PALOP é essencial para repensar o mundo sobre perspectivas não eurocêntricas, promovendo justiça histórica, epistemológica para povos que foram historicamente oprimidos. É essencial para uma epistemologia do Sul.

Encerramos este seminário com a certeza de que é apenas o começo de um processo mais profundo de troca, de aprendizado, de construção coletiva. Que possamos continuar fortalecendo essas pontes, ampliando o debate e reafirmando o nosso compromisso com a memória, a soberania e a luta dos povos do Sul Global.

Mais uma vez, muito obrigada a todas as pessoas que participaram conosco.

Encerramento¹

Evento trouxe debates potentes que nos ajudam a repensar a própria história

CAROLINA BEZERRA MACHADO

Professora de Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na UFABC, é graduada em História pela UFF, mestre em História Social pela Unirio e doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação da UFF.

Boa tarde a todas as pessoas presentes, eu estou aqui hoje representando o Núcleo de Estudos Africanos da UFABC, fundado em 2017. O núcleo surge em um momento de expansão dos estudos africanos da UFABC, que, assim como a lei 10.639, fruto da cobrança de movimentos sociais, sobretudo, do movimento negro, também contou com a cobrança de coletivos de estudantes negros da Universidade – em que podemos destacar o VOZES e um grupo pequeno de professores que se debruçavam sobre a temática para avançarmos institucionalmente nesse debate. De lá para cá, muita coisa mudou e hoje eu também estou aqui representando o curso de Licenciatura de História, recentemente aprovado na instituição e que terá sua primeira turma no próximo quadrimestre (2/2025). Com grande alegria que eu partilho essa notícia, numa universidade que, inicialmente, foi construída pelas áreas das exatas e, aos poucos, foi se abrindo para as huma-

1. A íntegra da apresentação da professora Carolina Machado no Seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=spDluMNC-20>

nidades, sendo muito recente o avanço das licenciaturas, desde 2019.

Agradeço o convite para integrar essa mesa de encerramento a todas e todos os organizadores, professores, alunos e alunas e técnicos envolvidos, assim como à instituição Perseu Abramo.

É um prazer poder ter acompanhado um evento tão importante, com debates que foram muito potentes e que possibilitaram reflexões em torno dos anos de independência desses países africanos que foram colonizados por Portugal, sendo eles Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Acho sempre importante ressaltar que essa designação PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) pode mascarar a imensa complexidade desses países e de suas línguas ainda em torno de um projeto colonial que, por vezes, foi muito bem-sucedido, inclusive, em torno do debate sobre a língua, em que podemos considerar que o português como língua oficial também faz parte de um projeto de acomodações de interesses, inclusive de elites desses países. Lembrando o lema do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) que era: Um só povo, uma só nação.

Na história das independências desses países, muitos tiveram que pegar em armas para romper com o colonialismo, foram anos de guerras que deixaram marcas, até hoje, ainda não superadas, como nos foi lembrado aqui. Valentin-Yves Mudimbe, um filósofo congolês, propõe pensarmos para além dos maniqueísmos que a sociedade colonial trouxe, em que dois tipos de pessoas foram produzidos: o colonizador e o colonizado, pois isso nos reduziria nas análises, sobretudo, dos atores envolvidos nesse processo. Então, destaca-se o quanto foi profícuo, nas mesas do presente evento, conhecer a pluralidade de reflexões sobre o tema aqui proposto.

Pudemos conhecer homens que atuaram diretamente no processo de construção dos movimentos nacionalistas nesses países que foram colonizados por Portugal, nos emocionamos por vezes e fomos levados àqueles tempos revolucionários. Vale destacar ain-

da que foi um movimento em que as mulheres também estiveram muito presentes, mas foram, por vezes, silenciadas e esquecidas até mesmo pelos seus próprios movimentos. Escutamos também àqueles que se debruçaram para estudar esses eventos históricos, numa perspectiva crítica ao projeto de Estado desenvolvido pós-independência, e uma juventude otimista e engajada em pensar e contribuir para um projeto de futuro desses países, não necessariamente mais liderados e articulados por partidos que, se em um determinado momento foram fundamentais para a consolidação da independência, hoje, por vezes, não representam mais os interesses futuros desses jovens, mas não só deles.

Então, algo que foi muito válido no evento foi justamente contribuir para pensarmos nos africanos como sujeitos históricos, atores desse processo de independência, mas, também, da construção de seus países. E, nesse sentido, minha fala carrega um otimismo sobre esses anos e sobre o futuro desses países, à medida que presenciamos o avanço nos últimos anos de setores da sociedade civil (ainda que por vezes esses setores sofram constrangimentos e repressões) que cada vez mais se debruçam sobre a política e cobram seus governantes.

O avanço de debates fundamentais como as questões de gênero e direitos humanos também ganharam mais espaço. Importante lembrar ainda que esses países não podem ser vistos de forma alguma como um grupo homogêneo por conta da colonização portuguesa, eles se encontram em estágios de desenvolvimento social, político e econômico diferentes. Alguns ainda com regimes muito autoritários e grande instabilidade política, já outros mais estáveis. E os debates aqui desenvolvidos nos ajudaram nessa perspectiva.

É fundamental trazer mais eventos desse porte e com essa temática, o que contribui diretamente para o avanço da lei 10.6392 e para pensarmos a nossa própria história política e social, de

2. N. do E.: Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica.

um país que também foi colonizado por Portugal e que, por vezes, nega a presença africana na construção da nossa cultura e identidade. Inclusive, nos chama a atenção uma narrativa de marginalização e invisibilidade da cultura africana e negra no processo de construção e de desenvolvimento do estado de São Paulo.

Desse modo, precisamos saudar a iniciativa de um evento como esse, que movimenta a universidade e que, ao propor parcerias importantes, possibilita a vinda de pesquisadores da área e um diálogo profícuo entre todos e todas aqui.

Ao me encaminhar para as considerações finais, sinto-me à vontade de trazer um trecho do livro *Geração da Utopia*, de Pepetela. Publicado em 1992, é um livro que traz reflexões em torno das desilusões de muitos angolanos frente ao projeto político que se estabeleceu no país:

O colonialista é colonialista, acabou. Dele não há nada a esperar. Mas de nós? O povo esperava tudo de nós, prometemos-lhe o paraíso na terra, a liberdade, a vida tranquila do amanhã. Falamos sempre no amanhã. Ontem era a noite escura do colonialismo, hoje é o sofrimento da guerra, mas amanhã será o paraíso. Um amanhã que nunca vem, um hoje eterno. Tão eterno que o povo esquece o passado e diz ontem era melhor que hoje. (PEPETELA)

É através da literatura que eu consigo encontrar uma reflexão sobre Angola muito rica e que contribui para continuarmos otimistas frente ao futuro desses países. Pois se a dimensão revolucionária pode ter se perdido no caminho, como também foi colocado aqui ontem, é na sociedade civil, nos acirramentos políticos, na abertura para as diferenças que podemos encontrar o sentido de transformação que guiou o caminho para a independência.

Mais uma vez, agradeço o convite, foi um grande prazer participar desse evento.

Exílio de brasileiros e brasileiras na África: relatos sobre o sonho do socialismo

RITA CAMACHO

Jornalista.

“Governos revolucionários na África de língua oficial portuguesa buscam quadros de confiança.”

A informação que circulava intensamente nas redes de contatos da esquerda soou como música para os ouvidos de muitos brasileiros e brasileiras que estavam exilados na Europa durante a ditadura militar no Brasil em meados dos anos de 1970. Pude-ra. A oportunidade reunia duas necessidades legítimas: de um lado, militantes com o desejo latente de passar pela experiência de um governo popular; de outro, a grande demanda africana por profissionais de formação universitária dispostos a apoiar a re-construção dessas nações exploradas e arrasadas durante séculos pela Coroa Portuguesa e pela ditadura salazarista.

“Então os exiliados brasileiros eram um celeiro maravilhoso para a África, porque eram pessoas de esquerda, com boas posições políticas e com boa formação”, resume o jurista e professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, de 78 anos, paranaense de União da Vitória. Segundo ele, os exilados que não haviam completado seus estudos superiores antes de deixar o Brasil, em geral, concluíam seus cursos no exterior, portanto muitos deles estavam aptos a ocupar as vagas oferecidas. “Havia, digamos assim, um encontro de vontades muito grande entre os brasileiros e os africanos. E, por isso, a gente conversava nas rodas de brasileiros para

saber quem queria ir [para a África]. Alguns estavam bem lá na Europa, não tinham interesse. Mas todos que tínhamos interesse em ir estávamos mobilizados para isso. E os africanos também estavam mobilizados para acolher os brasileiros”. Deu *match!*

São Tomé e Príncipe

Perseguido pelos organismos de repressão e condenado pela segunda vez pela Justiça Militar, Marés era um jovem de 24 anos, bacharel em direito recém-saído da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), quando saiu do Brasil em janeiro de 1970 com a companheira de vida e de partido, Maria Dirce, rumo ao exílio no Uruguai. Com o triunfo de Salvador Allende, em setembro daquele ano, mudaram-se para o Chile, e restou pedir asilo à Dinamarca quando o golpe depôs o governo da Unidade Popular, em 1973. Naquele país nórdico, onde a social-democracia “muito bem-arrumada” dava as cartas, nasceram dois filhos do casal: Theo, em 1976, e Fernando, no ano seguinte.

Marés, que considerava ter uma “vida boa”, porém “vegetativa e sem desafios” na Dinamarca, onde “tinha tudo, comia, ia na festa, mas não estava construindo nada”, recebeu, em fins de 1977, dois convites de trabalho. O primeiro consistia em lecionar na Universidade de Moçambique, país que atraiu a maioria dos brasileiros que decidiram transferir o exílio para a África, e outro que lhe chegou por meio de amigos brasileiros que viviam na Suécia e conheciam um engenheiro “intelectual e muito informado” natural de São Tomé e Príncipe. O tal senhor são-tomense, do qual Marés não recorda o nome, venceu a concorrência com um argumento bastante convincente para um militante de esquerda: “Olha, eu vou te propor uma coisa muito pior do que Moçambique está te oferecendo, só que São Tomé precisa mais, Moçambique não precisa e nós precisamos. Porque eu não tenho universidade, eu não vou te oferecer curso para você ser professor,

eu queria você para ser o advogado do país”. Bingo! A família Marés fez as malas.

Enquanto na Dinamarca o casal só trabalhava se quisesse, e tinha uma renda mínima que lhes garantia o básico, Marés estava motivado e disposto a colocar a energia de seus 31 anos de idade à disposição do cargo. Mas algo que ele não podia oferecer a seus novos empregadores era experiência. “Eu nunca tinha trabalhado como advogado”, confessa. Em seu novo país, Marés teria que assumir tarefas e responsabilidades que desafiariam até um veterano. “Então eu tive que inventar, não é? Criar e estudar muito. Coisas que eu nunca tinha visto na vida, dentro de um sistema jurídico português, que não era o que eu conhecia, portanto eu tive que ir para São Tomé fazer um estudo intensivo, e era o direito fascista português.”

O país insular formado por duas ilhas principais que lhe dão o nome está localizado no Golfo da Guiné, e tinha cerca de 100 mil habitantes¹ em 1978. Maria Dirce também chegou com trabalho garantido: lecionar História aos estudantes do Ensino Médio. O casal de brasileiros assinou de imediato seus contratos de cooperação. A família Marés foi instalada numa casa “maravilhosa e confortável” num bairro da capital São Tomé, onde havia outras inúmeras moradias construídas pelo Estado português para abrigar os funcionários da então colônia e que, após a independência, foram cedidas aos cooperantes estrangeiros.

“Era uma casa com um imenso quintal, tão grande que eu comecei a fazer uma horta, e apareceu um sujeito lá, viu aquilo e disse assim: ‘Você quer me alugar esse terreno?’ Eu disse: ‘Não posso alugar porque o terreno não é meu, o terreno é do Estado’”, conta Marés. O são-tomense insistiu: “Olha, a minha proposta é a seguinte: eu faço a horta e te pago um percentual do que eu vender”. De novo, Marés recusou, mas ofereceu uma contraproposta: “Eu deixo você usar o terreno, você planta, plantamos juntos aí, e eu colho o que eu puder comer, você colhe o resto. Não me inte-

1. Hoje a população é de pouco mais de 230 mil.

ressa o que você vai fazer, se vai dar, se vai vender, se vai trocar, não me interessa”. Fizeram-se amigos. “Porque ele ia lá todo dia depois do expediente [no governo], passava lá para cuidar da horta, e a gente conversava, cuidava da horta e tal. Imagina uma horta com tudo, tudo, alface, pepino, tomate. Todas as coisas de uma salada estavam lá. Eu comi durante dois anos, comia verdura tirada direto do pé. A vida era muito boa em São Tomé. Mas era trabalho, muito, muito trabalho”.

O domingo, no entanto, era reservado para o lazer em família. “De manhã, a gente levantava, tomava café, fazia um farnel, e olhava para cima [para observar as nuvens e fugir da chuva]. A maioria das praias tinha os coqueirais. Então bastava chegar e pegar o coco caído, abrir o coco, tomava água de coco e comia coco. Armava uma tendazinha com as próprias palhas do coqueiral, não precisava nem levar a barraca, porque não tinha.”

Marés afirma que seu contrato era “muito bom” e conta como funcionava. “O governo pagava um salário para o cooperante em dólar. Só que não podia gastar esse salário. A gente recebia no final, ou no país da gente, quando voltasse. A outra parte do salário [em moeda local] era para se sustentar lá. Agora, como eu sempre tive e tenho, até hoje, uma vida muito modesta, o salário sobrava. Só que eu não podia guardar esse salário. Eu não podia trocar por dólar. Isso era um compromisso que eu tinha. Então uma boa parte do salário eu acabava dando, comprando coisas para os outros. Olha, era muito, era muito.”

O presidente do país era Manuel Pinto da Costa, que fora educado na Alemanha Oriental e havia sido uma das lideranças da luta independentista, que triunfou em 12 de julho de 1975, levando ao poder o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD). Mas o contato mais frequente de Marés era com o primeiro-ministro, Miguel Trovoada. “Um homem, assim, de uma beleza, parecia uma estátua, era um homem muito bonito, muito elegante, muito fino, eu ficava impressionado, gentil, era uma figura muito interessante. E todos

eles, todos os ministros, eram muito bem formados, porque eram engenheiros em geral, a não ser uma ministra, que era da área das humanas. [Tinham estudado] principalmente na Alemanha, na União Soviética, na Suécia”.

Um das primeiras e mais importantes tarefas de Marés foi resolver o problema dos presos. “Já tinha uma penitenciária, tinha um monte de gente presa, uns diziam que já tinham cumprido a pena, outros, não. O que Portugal pôde atrapalhar quando saiu, atrapalhou. Então não tinha arquivo na Justiça, não tinha nada, tinha que começar tudo de novo. Alguns, que eram presos políticos, foram soltos, porque eles tomaram o poder e, imediatamente, libertaram todos os presos políticos. Mas ficou um grupo de criminosos comuns na prisão. Não tinha juiz, não tinha promotor. A justiça não existia. A porta da justiça estava fechada. Os papéis, todos bagunçados, porque os portugueses tiveram esse cuidado, misturaram tudo. Era uma situação muito complicada. O primeiro trabalho que eu tive foi, justamente, dar uma organizada nesse sistema de justiça”.

Como advogado-geral do Estado, Marés atendia aos mais variados setores do governo, mas seu gabinete – uma pequena sala – ficava no Ministério do Trabalho, onde era muito solicitado. “Porque era uma reconstrução, foi uma reconstrução muito difícil, meu papel era meio isso, a linha da legalidade das coisas. Diziam assim: ‘Como é que a gente organiza as relações de trabalho?’ Tem que ter leis. As relações de trabalho eram coloniais. Tinha uma imensa população [estrangeira] semiescravidada, que tinha sido libertada imediatamente, mas que não tinha nenhum documento para provar se era angolano, se era moçambicano, se era cabo-verdiano. ‘Qual era a condição em que estava no país?’ ‘Eles queriam voltar para os seus países?’ ‘Queriam ficar lá?’ ‘Tinham o direito de ficar?’ Por isso que eu fiquei no Ministério do Trabalho, porque eles achavam que um dos problemas principais era esse, os estrangeiros escravizados.”

Foi tamanho o envolvimento com a reconstrução do país que há amigos próximos que afirmam que Marés “ajudou a escrever a Constituição” de São Tomé e Príncipe. Marés se diverte com a menção: “Isso é meio lenda. Vários me perguntam isso. Eu digo: ‘Não, quem faz Constituição não é um cooperante’. Eles mesmos têm que se organizar. São as forças políticas organizadas ali que se juntam e perguntam para o povo. Quando da independência, a primeira coisa que foi feita foi uma Constituição muito simples. Eles já trouxeram a Constituição praticamente pronta. Eles precisavam de uma Constituição para organizar o Estado”. Mas é verdade que são da lavra de Marés as leis regulamentares da Constituição que eram necessárias para fazer a vida legal e jurídica do país funcionar. Não bastasse o volume de trabalho que essa fundamental burocracia exigia, ele tinha que resolver de tudo no tema jurídico e, muitas vezes, era interceptado por demandas ainda a caminho de seu “escritorinho”.

“Eram coisas tão prosaicas que eu fazia...” Numa ocasião, o ministro de Obras comunicou Marés de que tinham três galpões que os portugueses deixaram fechados. Não se sabia nem se os terrenos onde estavam os galpões eram originalmente públicos ou privados. “Tudo com cadeado, e cada imenso cadeado, sabe? Por fim, descobriram que eram reservas do Estado de Portugal, desde tinta de parede até tijolos, tratorzinho, tinha coisa do arco da velha, todas úteis, muito úteis e muito necessárias, então foi um achado maravilhoso. Materiais que ficaram anos trancados, porque os portugueses tiveram cuidado de jogar fora não só a chave, mas também os arquivos que diziam o que era aquilo.”

A primeira etapa de trabalho de Marés e Maria Dirce durou 14 meses e a família, então, voltou para Copenhague para “resolver alguns problemas”. Em três meses, o governo de São Tomé e Príncipe já os solicitava para mais uma temporada. As partes fizeram um contrato para 12 meses, dos quais o casal, desempenhando as mesmas funções do contrato anterior, cumpriu apenas dez. A interrupção foi amigável e deveu-se a notícias que Marés leu nos

jornais franceses que chegavam a cada 15 dias na Embaixada da França. “Então eu fui para os governantes e disse: ‘Olha, o Brasil está aprontando uma anistia e eu não vou aguentar ficar aqui. Eu quero voltar ao Brasil’”. A família regressou poucos dias antes de a Lei nº 6.683 ser sancionada pelo presidente militar João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979.

Hoje procurador aposentado do Estado do Paraná, Marés é doutor em Direito pela UFPR e professor titular da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Dedicou-se após o exílio à pesquisa sobre povos tradicionais, principalmente os indígenas, e foi presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e procurador-geral do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ele e Maria Dirce nunca mais voltaram a São Tomé e Príncipe. Mas Theo, o primogênito do casal, levou as filhas para conhecer o lugar onde ele passou parte da infância.

Um arquiteto para os são-tomenses

O outro único exilado brasileiro em São Tomé e Príncipe de quem Marés tem notícias além de sua própria família é o arquiteto, escritor e cineasta gaúcho Tabajara Ruas, o Taba, de 82 anos. Simpatizante da Ação Popular, Taba era estudante do quarto ano de Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) quando saiu do Brasil, em 1971, aos 29 anos; exilou-se no Uruguai, depois, no Chile, na Argentina e na Dinamarca, onde finalmente conseguiu terminar o curso de Arquitetura na Real Academia Dinamarquesa de Belas Artes, em Copenhague, e realizou o sonho de estudar cinema em Vejle, atividade que, assim como a literatura, lhe daria prêmios e prestígio no Brasil.

Atraído pela oportunidade em São Tomé e Príncipe, viajou na mesma oportunidade que a família Marés. Dedicou-se por dois anos, basicamente, a reformas e pequenos projetos, “dentro da simplicidade das pessoas de lá”, conforme relatou em entrevista ao *Jornal Extra Classe* em 2023². Revelou que um projeto que o

2. <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2023/09/a-odisseia-de-tabajara-ruas/>

orgulha, apesar de ainda não ter saído do papel por falta de recursos, foi o de um centro cultural na capital são-tomense. “É um projeto muito grande, muito completo. Todo equipado, com salas de aula, espaço para conferência, essas coisas todas, assim. Tudo trabalhadinho e desenhado. Infelizmente, ainda estão há quase 50 anos esperando que saiam os cobres para que ele seja feito”, lamenta.

Moçambique

“Maputo, aos 27 de julho de 1977”. Essa é a data que consta da carteira funcional³ da paulistana Sonia Hypolito Lichtsztejn, então funcionária do Gabinete de Estudos do Ministério da Educação e Cultura da República Popular de Moçambique. Assina o documento a ministra Graça Machel, companheira de Samora Machel, o então presidente da nação africana que conquistara a independência em 25 de junho de 1975. Foi para esse país localizado no sudeste do continente africano que 150 famílias brasileiras – ou cerca de 800 pessoas – se deslocaram no pós-independência, principalmente no período de 1975 a 1979, para cooperar com o governo revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO.

Sonia deixou o Brasil em 1973, aos 27 anos, depois de sofrer duas prisões políticas⁴ e várias condenações devido a suas atividades no Grupo Tático Armado da Ação Libertadora Nacional (ALN). No ano seguinte, em Portugal, conheceu o também paulistano Carlos Lichtsztejn⁵, da mesma idade e integrante da mesma organização. O jovem havia ficado cinco anos preso no Brasil até março de 1974, quando começou a estudar economia na PUC-SP. Em poucos meses, com o acirramento da repressão, dirigentes da

3. Veja a carteira funcional aqui:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1389987797678204&set=ecnf.100000009902842>

4. <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/sonia-hypolito-lichtsztejn/>

5. <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/carlos-lichtsztejn/>

ALN avaliaram que era mais seguro que Carlos deixasse o país. Ele, então, se exila inicialmente na Argentina e, logo depois, segue para Portugal.

Já juntos, Sonia e Carlos tiveram uma rápida passagem pela Alemanha, onde ele buscou tratamento para sequelas de uma lesão na perna direita, consequência de um tiro. Na capital francesa, viviam em um pequeno apartamento alugado. Carlos estudava Economia e tinha trabalhos eventuais, Sonia, que fora estudante de Geologia na Universidade de Brasília, fazia faxinas. Ali tiveram o primeiro filho, Antônio Carlos, em 1976.

“Nunca fui muito de altas intelectualidades, altos estudos, fui sempre da prática”. É assim que Sonia inicia o seu relato para esta publicação sobre a experiência em Moçambique. “Eu sou de fazer. Tem que fazer, *tá* certo, vamos fazer e pronto, acabou, não tem discussão. Mas Paris não era isso. Paris sediava aqueles brasileiros meio intelectuais, ou não, que correram do Brasil no primeiro tiro e se postavam nas academias como os grandes analistas da Revolução Brasileira, [diziam] que nós estávamos totalmente errados, nós que estávamos aqui [no Brasil] lutando. Então isso não era minha praia, não tinha como ser minha praia”.

As independências das colônias portuguesas na África e a busca desses novos governos por cooperantes estrangeiros fizeram crescer a esperança de Sonia e Carlos em se dedicarem a algo que os estimulasse politicamente. “Isso era um zunzunzum todo em Paris, além de notícias que a gente recebia da ACNUR⁶, das agências que apoiavam refugiados lá. Daí, Carlos e eu mandamos currículos, mandamos os papéis, e fomos.” Era “maio ou junho” de 1977 e, para moradia da família, foi disponibilizado em Maputo um “apartamento belíssimo” que fora antes ocupado por portugueses. Uma senhora moçambicana, analfabeta e que falava muito pouco o português, foi contratada para cuidar dos afazeres domésticos e do bebê Antônio Carlos, então com dez meses. “Nosso apartamento era lindo, tinha vista para o mar. Mas, de-

6. ACNUR, Agência da ONU para Refugiados.

vido ao excesso de trabalho, pouco aproveitaram aquela “praia enorme”. “A gente foi para Moçambique por ideologia, entendeu? ‘Vamos construir a Revolução Socialista. Não deu no Brasil, mas vamos aqui’. E Carlos e eu éramos assim mesmo, 24 horas por dia.”

A sensação de Sonia era de potência. “Eu estava me achando — talvez pelo passado, por tudo — porreta, entendeu? Eu me equipei da revolução, meio que ‘eu sei das coisas’. Não era arrogante nem nada, mas era uma coisa que eu tinha por dentro. Estou chegando para contribuir na construção do socialismo em Moçambique.”

Em meio à euforia, Sonia sofreu um choque com as diferenças culturais e sociais. “A sociedade de Moçambique era muito fechada, muito fechada, porque as tribos, durante os anos do colonialismo português, eram barbaramente reprimidas pela Igreja católica portuguesa que estava instalada lá. Eles promoviam uma barbárie. Então todos os ritos, tudo o que eles tinham das suas nações, dos seus pedaços de Moçambique, foram quase totalmente anulados.”

Sonia demorou a fazer amizades. “Em função de toda essa opressão, para conhecer de fato como era a cultura, a sociedade, demorou anos. Não foi fácil, apesar de eu estar trabalhando, claro, com muitos estrangeiros, mas também com muitos moçambicanos e moçambicanas. Agora, na vida particular, qualquer comentário que não fosse político, era um fechamento total. Tanto que demorou anos para eu ter uma moça com quem fiz amizade”.

Foi essa amiga, de nome Ivonete, que explicou para Sonia como funcionava a poligamia. “Eu, com minha cabeça ocidental, branquinha, a gente vê diferente como é que funciona. Ivonete tinha 47 irmãos. Você imagina uma família desse tamanho. Quando a gente chegou lá, no começo ainda da Revolução, tinham muitas críticas ao Samora Machel porque ele não era poligâmico. Ele só tinha a Graça como esposa”. Sonia especulou com a amiga sobre os detalhes. “As meninas eram vendidas para o interessado lá pelos

sete, oito, nove anos. Eram pagas com porcos, com fumo, castanha, coco... E o cabra, normalmente bem mais velho, levava [a menina] embora. Quer dizer, quanto mais dinheiro o homem negro tivesse, mais mulheres ele tinha condição financeira de comprar. E por que eles comprem as mulheres? Porque são as mulheres que trabalham no campo, não são os homens. São elas. Então é um círculo de palhoças, onde ele mora na palhoça do meio, as mulheres em roda, em volta, elas que trabalham no campo e levam seus filhos para trabalhar, e ele fica lá, ó, no bem bom.”

Mas uma experiência muito forte mesmo, segundo ela, foi saber dos ritos de iniciação sexual de moçambicanos e moçambicanas. “Quando a menina é vendida, as mulheres mais velhas da família alongam o clitóris dela [puxando-o com os dedos]. E, daí, elas eram entregues para um sujeito que nunca tinham visto na vida, que não tinha amor, que não tinha nada. A ideia que se tem lá é que quanto maior o clítoris, quanto mais compridinho ele for, maior prazer dá ao homem”. Sonia não presenciou a prática, mas pôde ver o clitóris de mulheres que pariram próximas a ela quando deu à luz ao segundo filho, deitada no chão, no hospital de Maputo. “Quando eu pari lá — e foi tudo muito difícil, por total falta de condições — tinham meninas parindo em volta, daí eu pude ver como é que eram esses clitóris. É mais ou menos um palmo, digamos, um palmo, assim, fininho.”

A iniciação sexual dos meninos não era menos assustadora para Sonia. “Os mais velhos da família, do grupo, cortam, fazem a circuncisão do pênis do menino muito cedo. Como não tinha tesoura, não tinha nada disso, era com caco de vidro. Cortava. E faziam o quê? Enterravam o menino até a cintura na terra. ‘Os fortes viverão. Os fracos morrerão. Então teremos só os fortes vivendo e tocando a sociedade’. Está bom para você?”

Lotada no MEC, a primeira tarefa de Sonia era montar uma sala da situação. “E nem a [ministra] Graça sabia direito como era, e eu muito menos. Na vida que eu tinha levado até aquela altura, não tinha ideia do que era a sala da situação. Mas ela, conversando

comigo, aos poucos, eu fui captando”. Moçambique tinha, àquela altura, “1.701 escolas”, das quais apenas “cerca de sete ou oito por cento” tinham edificações ou eram cobertas. “Nas demais, as aulas eram dadas debaixo das árvores. Então tudo era muito difícil, tudo era praticamente impossível.”

Sonia ficou responsável pelo setor de aquisição, doações e distribuição de material escolar. A meta que o presidente Samora estabeleceu, embora possa parecer mínima, era um desafio para aquele país que os portugueses deixaram completamente arrasado: um caderno, um livro, um lápis e uma borracha para cada criança em Moçambique. “Ah, tinha a caneta BIC também. Porque o português que tinha a fabriqueta de caneta BIC ficou lá. E ele acabou fornecendo e colaborando. O lápis, a borracha, o lápis e o caderno foram doação internacional. E, diferente do que tinha sido em Angola, o Samora e a Graça decidiram assim: ‘Nós não vamos ensinar as nossas crianças pelos livros feitos pelos portugueses. Nós vamos fazer os nossos livros’. Você vê como ele era, olha que cara, olha que cabeça. E não era por sectarismo, era por compromisso, por entendimento da importância de ficar resgatando cultura, vocabulário, tudo. Bom, conseguiram fazer essa cartilha. Não chamava cartilha, mas era para nós como se fosse uma cartilha. Que foi impressa lá no Ministério onde o Carlos trabalhava.”

Era o Ministério da Informação. E que nada tem a ver com inteligência ou algo assim como o nome pode sugerir. “Muitos países africanos ou árabes da região tinham um Ministério da Informação, que cuida de toda essa área da comunicação. Desde a gráfica até jornal, revista, livro, televisão, rádio. Moçambique nem tinha TV nessa época”. Seria um brasileiro também, Juarez Ferraz, a ajudar o país a instalar sua primeira televisão nos anos 80. O ministério produzia, ainda, o *Diário Oficial* e o *Diário de Notícias*, “que era um jornal que já existia [antes da independência] e continuou”.

Carlos ficou a cargo do planejamento econômico e atuava, também, na formação de quadros e na organização das empresas gráficas, cerca de 50, cuja maioria foi estatizada. Sua tarefa era orga-

nizar todo o processo, até obter o produto final. “Até a produção de um livro, até a produção dos cadernos escolares, e assim por diante. A primeira impressão de material escolar acho que foi em 78. E, aí, a gente descobriu quantas pessoas do país estavam na oitava série: apenas cento e poucas.” A população do país a essa altura era de 12 milhões de habitantes. “Muita gente vivia na região rural. Acho que 90% não falava português. Só o pessoal que estava integrado com os brancos. E era o pessoal que estudava, tinha acesso à educação e tudo mais.” A maioria da população, na época, era iminentemente rural. “Viviam em pequenas aldeias. E Maputo era a única cidade com características urbanas, além de Beira, um porto importante. Todas as capitais de províncias eram pequenas cidades, com 20 mil habitantes, 25 mil habitantes.”

Segundo Carlos, o país todo estava organizado “pelo sistema colonial e para o sistema colonial”. “Então menos de 300 mil brancos, portugueses essencialmente, viviam um sistema mais ou menos de *apartheid*, que não era formal igual na África do Sul. E, desse pessoal, sobrou 20 mil, 20 e poucos mil, pois, quando começou a independência, a maioria voltou para Portugal. Saiu, fugiu.” Não sem antes fazer “muito estrago”. “Destruíram as coisas que tinham, desde imóveis até fazendas de produção, fábricas. Era uma situação bem difícil, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista de você ter quadros, [não havia] nem quadros médios, inferior, para tocar a indústria, tocar a impressão de livro, organizar um livro, fazer a capa de um disco. Esse parque todo exigia uma manutenção que não tinha. Não tinha mecânico, não tinha peças. Até eu fui uma vez na África do Sul para comprar peças, pois tinha quebrado a máquina do jornal.”

Os contras

Se, por um lado, África do Sul podia suprir uma ou outra necessidade, era de lá também que vinha parte das ameaças contra o governo de Samora Machel. “Financiando os movimentos que havia dentro de Moçambique, começaram a fazer uma série de

atos bem violentos para destruir o Estado. Destruir o Estado independente. E era totalmente financiado pela África do Sul. Era uma questão geopolítica, pois é um país independente [Moçambique], ainda mais com uma posição no espectro internacional de esquerda, bem alinhado, bem-organizado. Então era, vamos dizer assim, um inimigo. Aliás, era o inimigo mais próximo. Financiaram todo esse pessoal que começou a se organizar e fazer uma série de atentados.” Carlos tomava seus cuidados. “No final, eu tinha lá um fusquinha velho. Então tinha que todo dia olhar embaixo, [para ver] se tinha bomba, coisa desse tipo. Porque era o que estava acontecendo. Era uma forma de aniquilar o país. Não permitir qualquer sucesso. Imagina, o país pobre daquele jeito era obrigado a gastar quase 50% do orçamento para fins militares. E havia muitos assessores da antiga União Soviética e de Cuba [para o tema de defesa].”

O ministro da Informação era Jorge Rabelo, membro do Birô Político da FRELIMO. “E era muito raro de se conseguir encontrar e falar com ele.” Carlos trabalhava mais próximo ao secretário-geral do Ministério, Moraes Madeira. “Tínhamos uma ponte com o Ministério do Planejamento para fazer o planejamento do país todo. Tinha a ver com tudo, porque tudo era importado. Papel, máquinas, peças etc. Então dava muitos problemas. A gente trabalhava em um sistema bem diferente, que era fazer reuniões, assembleias pequenas, grupos de trabalho. Sempre trabalho coletivo, com o pessoal de lá, os moçambicanos.”

Mas tudo estava caótico, segundo Carlos. “Porque o país em si e a África toda são desenhos feitos pelo colonialismo, não tem nada a ver com as nações, com os povos. Só em Moçambique tinha cinco línguas diferentes e 70 dialetos. Então é muito diverso. E uma das estratégias do colonialismo para governar era criar a rivalidade, todo tipo de contradição entre eles. Sul e o Norte eram muito ligados nessa contradição. Acho que até hoje. Usavam tropas de determinada nação para reprimir [outra]. Essa repressão era algo bem violento. Era um massacre em terra, coisas inacredí-

táveis. Isso massacrava pequenas povoações, tipo aldeia e tal. Era uma estratégia antiga colonial. Assim se consegue reinar, dividir para reinar.”

A logística de distribuição do material escolar era outro desafio. “*Tá* bom, a gente tem isso, e agora? Vamos levar para as escolas. Muito bem. Tem estrada? Não, só tem uma, de norte a sul. As escolas têm lugar onde guardar o material? Não, não tem. Tem cadeira para escrever? Não, não tem, é um banquinho. Então vamos dizer que tem professor? Tinha. Quer dizer, gente da área, da população, da vila mesmo, que ensinava. Daí foi uma batalha hercúlea, um negócio muito difícil”, conta Sonia.

No meio caminho, tinha, também, uma guerra. Tratava-se de um conflito iniciado em 1977 entre o governo da FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana, a Renamo, organização que tinha o apoio da Rodésia [atual Zimbábue] e da África do Sul. “Então [o território de] Moçambique é uma linha comprida, tem ali o meio, que é uma faixa mais estreita, e a turma da direita começou a invadir Moçambique. Com armas, com enfrentamento, com tudo. Eles queriam dividir Moçambique ao meio, horizontalmente. E se tornou uma guerra violenta nessa região.

Sonia conta como era o *modus operandi* dos inimigos. “Eles vinham com comidas, panos, presentes e cooptavam os moçambicanos, que estavam comendo carapau [um peixe com muita espinha] para poder avançar no território e ter bases de apoio. Então estávamos distribuindo material [escolar] em lugar que só tem aquela estrada e a estrada era fechada.

Para levar o material escolar a lugares que não estavam à beira da estrada, o governo usava jipes “do tipo Land Rover”. “Eles se enfiavam na selva com o material. Era gente do Exército e da FRELIMO, que estava muito organizada, organizada militarmente inclusive. Então ela ajudou muito nessa distribuição [de material escolar] nos rincões de Moçambique. Mas foi muito difícil. Eu fiz uma dessas viagens num comboio de três Land Rovers para uma certa região lá. Essa foi praticamente a única viagem que eu fiz,

porque, realmente, a gente não tem condições. A gente não está preparado para isso. Eu, Sonia, não estava preparada para estar na floresta. Bichos, elefantes, leões vão aparecendo. Para [o carro], dá ré, vai. Depois, chega na casa de alguém que é a professora para dormir. E lá eles fazem umas camas suspensas. Camas de ripa de árvore, de madeira e que você dorme em cima, afastado do chão, é um pouco alto, por causa das cobras, dos bichos. Então não é para a gente que nasceu em cidade. [Sou] muito urbana. Totalmente urbana. Nascida na rua Frei Caneca e direto lá nos confins de Moçambique. Diria que eu era muito chique para estar lá. Dormir em cama era coisa de burguês para eles. Nós tínhamos cama [no apartamento em Maputo].”

Segundo Sonia, estrangeiros de diversos países atuavam no MEC, dentre os quais, por exemplo, Judith Marshall, escritora e educadora canadense que atuou ali durante oito anos elaborando currículos para campanhas de alfabetização no local de trabalho, e com quem Sonia trabalhou diretamente em algumas tarefas. “Se o analfabetismo não era de 100%, estava beirando isso, 98%, 99%”. Segundo Sonia, com o advento da Revolução, há uma volta para as línguas originais, ramificações do Banto. “Então a própria alfabetização em português, ou a comunicação entre as várias tribos era muito difícil. Tanto para alfabetizar, como no cotidiano.”

Cerca de dez coreanos e um grupo grande de cubanos também estavam focados na alfabetização. “Eram todos quadros dos partidos Comunista Coreano e Comunista Cubano. Era gente alta, não era pé rapado. Só que tinham visões diferentes. A visão da alfabetização dos coreanos naquela época era pegar um grupo pequeno, não sei dizer o número de estudantes, e avançar com eles. Daí, pegava outro grupo e fazia o mesmo. Quer dizer, de pouco em pouco. Se você quisesse ser maldosa, [poderia achar] meio esquisito formar uma elite, porque não era para todo mundo. Política dos cubanos: todos no primeiro ano, depois, todos no segundo ano. Você está vendo quando eu digo que foram os melhores anos da minha vida morar lá? Como é que eu sei tudo

isso? Eu nunca fui para a Coreia, não falo coreano. Isso faz a gente crescer, impregna.” Na lembrança de Sonia, cubanos e coreanos tentaram chegar num meio-termo, mas o método pendeu mais para o dos cubanos. “Acho que fazia mais sentido para eles naquele momento em que eles estavam, no processo de construção do socialismo, que a coisa fosse mais ampla”.

Esse mix de ideologias e métodos conviviam, às vezes bem, às vezes nem tanto, no governo de Samoa. “Quer dizer, a Graça e mesmo os quadros da FRELIMO não tinham experiência nisso tudo. Os países que apoiavam, socialistas, comunistas, mandavam [os cooperantes], mas cada um ia com a sua linha. Quer dizer, cada um ia lá para ajudar, mas da forma que enxergava que tinha que ser. Várias vezes, Graça me falou ‘O que eu faço?’ Ela era muito aguerrida, né? Porque ela mal tinha com quem conversar que fosse minimamente da área da educação, trocar ideias. Porque todos os quadros da FRELIMO foram combatentes. Alguns estudaram na Europa durante um tempo. Então ficou uma salada mista.”

Sonia, que esperava ver nos funcionários públicos moçambicanos a mesma entrega e compromisso que ela dedicava ao governo, frustrou-se. “Eu, militante comunista, ferrenha, brava, brigadora, estou lá e acho que tenho que fazer tudo. Não era uma funcionária pública, certo? Eu era uma militante que estava lá. E os moçambicanos? Tudo corpo mole, tudo preguiçoso, tudo cumprindo horário pelo relógio. Olha, isso acabou comigo”. Mais tarde, Sonia encontrou o que julga ser a explicação para a falta de envolvimento militante dos funcionários moçambicanos nas repartições do governo na capital. “Eu não tinha estudado a história de Moçambique, foi lá que eu conheci tudo, a luta armada, as áreas libertadas, que estavam no Norte. Quer dizer, o povo do Norte de Moçambique é que ficou com uma consciência revolucionária. Na capital, onde inclusive o poder dos portugueses era maior, os moçambicanos não estavam ganhos para a revolução, eles estavam ali como estavam com os portugueses. Isso me

chocou muito. Eu sofri muito, porque, na minha cabecinha oca daquela época, eu achava que, ‘bom, eu cheguei lá, todo mundo é um revolucionário, pronto’. E não era. É uma sociedade cheia de contradições, com problemas graves infundáveis, com pouquíssimo apoio internacional. Foi difícil.”

Mas Sonia reconhece que era um processo em construção. “E você via os esforços da minha ministra, do Samora, de todos os ministérios, entendeu? De começar a construir um mundo novo com as milhões de dificuldades. O esforço foi dantesco, foi gigantesco. Se o querido [presidente] Lula falasse um quinto do que Samora sonhava, seria muito bom. Então o Samora realmente tinha uma grande liderança, tinha a seguinte visão: ‘Vamos trabalhar com todos os revolucionários, não importa a cor, a origem, a raça, vamos trabalhar com todo mundo que está aqui para fazer a revolução’”.

O parto no chão

A saúde, assim como a educação, era uma grande preocupação do governo Samora, que, entre outros desafios, precisava lidar com a resistência da população à medicina convencional. “Porque ninguém vai ao médico, ninguém vai ao hospital, vai para o curandeiro, ‘o curandeiro resolve’. Então a saúde tinha que fazer o enfrentamento; simplificando: conseguir fazer com que a população acreditasse que médico e hospital era coisa boa. Mesmo Maputo, uma cidade urbana, tinha toda essa influência cultural do pajé. Então, assim, total falta de remédios, de equipamentos, de absolutamente tudo, era um alto índice de mortalidade, principalmente de meninas jovens. Essas que foram vendidas lá atrás. Então os caras as engravidavam muito cedo, porque ter mais filhos era mais mão de obra. E, se fosse mulher, mais mulher para vender, entendeu? Era isso. Nessa época, melhorou muito porque a Graça criou a OMM, Organização da Mulher Moçambicana.” A OMM começou um trabalho político e cultural “muito forte” contra a poligamia. “A Graça encabeçou essa luta contra a poli-

gamia, apanhando de todos os lados, porque, imagina, todos os moçambicanos homens não queriam isso. Queriam ficar de barriga para cima. Um terror. Um terror.”

Sonia conheceria pessoalmente a precariedade da saúde em Moçambique. Não havia nem mesmo teste de gravidez. “A minha menstruação sempre era desregrada e eu não sabia quando engravidei. Não tinha aquela coisa de fazer exame. Não tinha como saber. Não tinha nenhum tipo de exame”. Foram médicos da República Democrática da Alemanha, também cooperantes, que acompanharam a gravidez, mas que não podiam, com precisão, indicar o tempo de gestação. “Eram olhos para ver e mãos para apalpar”.

No mês de abril de 1978, Sonia foi várias vezes ao hospital achando que já iria parir. “Porque, daí, esse médico alemão me dava aquela injeção para acelerar as contrações. E não vinha. Então talvez tenham sido os piores dias da minha vida em Moçambique, porque não tinha cama, era no chão, com trapo embaixo. E era uma pessoa ao lado da outra, assim, no chão, deitada, enfileiradas. Vi mulher morrer, criança morrer, sem eu entender nada, porque falavam a língua local. Então passei muitas manhãs tomando essa porcaria, e o meu filho não nascia. Até que, um dia, estoura a bolsa quando eu estou lá no hospital. Passei uma noite inteira nesse inferno, vendo tudo aquilo acontecer. Parto natural. Imagina, não existia nem anestesia, nem nada lá. A visão que eu tenho era um lugar que eu subia uma escada e, assim, lá em cima tinha um salão, tinham camas onde colocavam a gente [após o parto] e tinha algum cestinho, alguma coisa do lado onde colocavam o bebê. Não tinha exame, não tinha nada nem da criança, nem da mãe, nem coisa nenhuma”.

Preocupado com a situação, Carlos apelou para amigos cubanos. “A gente vivia junto [com os cubanos] nos finais de semana, quando eu não estava trabalhando”, explica Sonia. “O Carlos correu para os cubanos”. Escalaram um jovem pediatra cubano e foram para o hospital com Carlos. “Ao entrar naquela sala toda

branca, ele [o pediatra] começou a gritar para me tirar de lá. Aos gritos. Carlos e os cubanos me pegaram, colocaram no colo, pegaram o [bebê] Zé Roberto e levaram embora com medo do grau de contaminação”. Mesmo assim, Sonia adquiriu alguma enfermidade que atacou seus olhos e teve que parar de amamentar, porque desconfiavam, à época, que fosse herpes.

Outra dificuldade da família foi com a alimentação. “Não tinha o que comer. Não tinha.

[A opção era] folha de mandioca socada. E olhe lá. [Era uma sorte] quando tinha um camarão seco para fazer a maniçoba. A União Soviética mandou uns carregamentos de sei lá quantos navios abarrotados de carapau. E todos os estrangeiros que estavam lá se recusavam a comprar na tal da loja que todos os países têm, quem tem dinheiro vai lá e compra tudo que os outros não têm. Nós nunca aceitamos isso, nunca fomos. A maioria de todos nós que estávamos lá, brasileiros e outras nacionalidades, não fazíamos isso. A gente estava lá para estar junto. Não era para ter privilégio”, explica Sonia

O Ministério da Educação tinha uma creche que funcionava em frente. “E o meu filho, o francês, foi para essa escola. E a empregada cuidava do [bebê] que tinha nascido. Meu filho virou moçambicano. Falava a língua deles. Olhe que bonito! O mais louco: ele não sabia que ele era branco e que os outros eram pretos. Eram todos iguais. Isso me deixou muito emocionada.”

Quando saiu a anistia no Brasil, Carlos viajou por um mês com o filho mais velho para organizar o retorno da família. “Eu não queria voltar. Com anistia, sem anistia, eu não queria voltar. Meu lugar era Moçambique. Porque lá tinha muita coisa para fazer”, conta Sonia, chorando. Em maio de 1980, os quatro deixaram Maputo e fixaram residência em São Paulo, onde, em dezembro, nasceu o terceiro filho do casal, Luiz Eduardo. O casal, hoje divorciado, ganhou o primeiro neto em 2024, filho do caçula. Sônia vive em Brasília. Nunca mais a família retornou a Moçambique.

“Depois do assassinato do Samora [em 1986], aquilo tomou outros rumos. Aquilo hoje é um governo de direita. Uma coisa terrível. Quando eu estava trabalhando na Câmara [dos Deputados], um dia nós fizemos, acho que uma audiência, alguma coisa, numa comissão, e vieram os moçambicanos da embaixada. Fui lá toda de rabinho balançando. Olha que idiota que eu sou. Toda pirilampa. Fui falar, “Muito prazer. Sou Sonia”. O cara me olhou assim como quem diz: ‘Quem é essa louca?’ Ele me perguntou em que ano que eu tinha morado lá. Aí eu falei que tinha trabalhado com o Samora e tal. Nossa, o cara só faltou virar a cara. Que desagradável”, conta Sonia.

Também considerando que o país tomou outro rumo, Carlos reconhece que a experiência, “profissionalmente e como militância”, propiciou-lhe um grande “enriquecimento”.

Tecendo futuro

Filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e perseguido por sua atuação política, Casemiro Bruno Taleikis deixou o Brasil em 1971, aos 29 anos, já formado economista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, onde havia participado da militância estudantil. No Chile de Salvador Allende, conheceu a chilena Veronica Graciela Urzúa Ytier, de 22 anos, com quem se casou.

Casemiro conseguiu trabalho no governo da Unidade Popular, ficando responsável pelo planejamento no Comitê da Indústria Têxtil. Quando veio o golpe, refugiou-se na Embaixada da Bélgica, país para o qual migrou com outras centenas de refugiados para escapar da perseguição do ditador Augusto Pinochet. Logo conseguiu reunir-se em Vilvorde com a esposa e a filha recém-nascida. Protegida por uma amiga, Verônica havia dado à luz à primogênita do casal, Carolina, cinco dias após a deposição do governo da UP.

Em Bruxelas, Veronica, designer de interiores e artista plástica, estava bem empregada no ateliê de um arquiteto e ganhara

até concursos de vitrines, mas o clima frio a incomodava demasiadamente. Carolina e Paula, que nascera em outubro de 1976, ficavam a cargo de uma senhora em outra cidade, Mechelen, enquanto os pais trabalhavam. Casemiro tinha atividades braçais (numa fábrica de tintas e, depois, em uma de papéis) e estudava Econometria na Universidade Livre de Bruxelas. Foi lá que ele ouviu falar sobre a seleção de cooperantes pelo governo da República Popular de Moçambique.

Rapidamente se organizaram para viajar a Maputo, onde foram instalados num hotel juntamente com outros cooperantes estrangeiros. Casemiro estava designado para o Ministério do Planejamento, mas seu desejo era mesmo trabalhar no Ministério da Indústria, então, já em seus primeiros dias no país, começou a fazer gestões para viabilizar essa transferência. Enquanto esperava esse trâmite, uma surpresa. “Alguém disse: ‘O Samora Machel está vindo aí para inspecionar o hotel’. Porque alguém reclamou da comida... E nosso quarto ficava justamente no primeiro andar, era um quarto duplo, porque estávamos com criança, com bebê.” Logo uma amiga chegou para avisar que o presidente já estava subindo. Veronica correu para ordenar o quarto. “Estava cheio de fraldas, sapatos, um montão de coisas; peguei tudo e coloquei embaixo da cama”. Em instantes, Samora surgiu no corredor, já perguntado se ali havia chilenos. “Chilenos e brasileiros, excelência”, respondeu Casemiro prontamente enquanto o presidente já entrava no quarto. “O ministro do Planejamento entrou com ele e disse: ‘Seu Casemiro, o senhor já chegou?’ Eu fiquei impressionado, não tinha nem uma semana lá e já sou conhecido pelo nome.” Veronica desmontou o suposto prestígio do marido: “Ele leu seu nome nas caixas que vieram da Bélgica e estavam no chão”.

Foram levados para um apartamento confortável que ocupava todo o andar de um prédio em Maputo, e, por fim, Casemiro conseguiu a transferência para o Ministério da Indústria e ficou responsável pela reorganização do setor têxtil de Moçambique. “Eu sou economista, entendia de planejamento, de metas, e aí eu fiz

primeiro um censo, fui a todas as fábricas e levantei máquina por máquina.” Havia várias fabriquetas e duas indústrias maiores, uma das quais estatizada, que fazia todo o processo: a limpeza do algodão, as mechas, os fios e a tecelagem. Casemiro contou com o apoio e supervisão da Gosplan, sistema de planejamento que os soviéticos levaram ao país. “E eu fiz o meu plano, eu tinha feito o censo e, também, discutimos para ver quais eram as principais necessidades das pessoas. Havia grande insuficiência de tecidos”, então era preciso estabelecer as prioridades, “como fraldas, roupa de trabalho, camisetas, roupa feminina”. “Conseguimos começar a fazer uma produção de interesse do povo”.

Casemiro explica que tudo era feito coletivamente. “Primeiro, discuti o plano com a direção dos trabalhadores da FRELIMO, com os trabalhadores das fábricas, depois discuti com os técnicos, às vezes tinham técnicos estrangeiros de fábricas privadas, fechava o plano numa discussão geral com os trabalhadores, eu queria ouvir o que a classe operária dizia, porque deles dependia a produção. E tive que fazer pouquíssimos ajustes. Principalmente nas fábricas privadas, os proprietários queriam produzir mais e eu dizia que havíamos discutido com os trabalhadores e que eles não aceitavam. E eu questionava: ‘Quanto tempo leva para vocês formarem um tecelão?’ ‘Cinco anos’. ‘E o senhor sabe de onde vem o pessoal para trabalhar? Vem das veredas e das florestas, são pessoas que eram camponesas, o senhor quer que a produtividade deles seja a mesma de um português? Não dá’.”

Logo viria outro desafio. O ministro o chamou: “Casimiro, você fez o plano, está caminhando, você organizou e as pessoas estão trabalhando. Muito bem, agora nós precisamos construir outras empresas destas”. Casemiro explicou que não tinha essa experiência de projeto: “O senhor tem que contratar um engenheiro, engenheiro que projete etc.” O ministro insistiu: “Eu não vou contratar, você vai contratar e vai chefiar essa equipe”. Casemiro recorreu ao campo socialista. “Evidentemente, a China, a República Democrática Alemã. Depois, no caso de uma empresa

que nós começamos a fazer em Mocuba [município da província da Zambézia], a fição eram os alemães [os responsáveis]; a tecelagem eram os poloneses”. Os alemães também orientaram quanto a outros aspectos: “Eles diziam: ‘Olha, o campo socialista não é muito forte em equipamentos de acabamento, de tingimento etc., ou podemos comprar da Índia ou podemos comprar da Itália’.”

Casemiro negociou os contratos com os alemães e com os chineses, e conta como eram as condições. “Os alemães tinham o chamado *grace period*, período de graça, eram três anos que não precisava pagar nada, quando começasse a pagar, ia abatendo os juros no sistema holandês, cada prestação que pagasse, abatia o juro, ia diminuindo até desaparecer, era um sistema de juros muito favorável, dos melhores possíveis. Era muito facilitado, deram todo o equipamento antecipado e assistência para montagem, inclusive formaram, começaram a formar o pessoal, selecionamos os trabalhadores e levaram lá dois, três anos de formação. Os chineses eram assim: sem juros, e diziam no contrato: ‘Moçambique tem tantos anos para pagar, se não conseguiram pagar, as duas partes conversam’. Eu falei para o ministro: ‘É dado, camarada, isso é dado’.” Também fizeram fábricas com os tchecos, que eram especialistas em tricotagem para a produção de meias.

Quando Carolina já estava com quatro anos e começou a ir à escola, e Paula tinha uma babá, Veronica passou a trabalhar fora. A primeira tarefa foi organizar pastas num gabinete do Ministério da Indústria. “Um moçambicano de origem portuguesa me entregou 30 pastas e disse: ‘Cada pasta é uma empresa, você vai organizar tudo’.” Veronica avisou que não tinha experiência nisso e o que sabia fazer era desenhar móveis. A reação foi imediata: “Se você não sabe, os outros sabem menos que você. Organize!” Veronica fez o que era possível. Mas logo conseguiu transferir-se para sua especialidade. Dentro de uma fábrica, a Mobilarte, foi a responsável por desenhar modelos de móveis domésticos mais populares e econômicos para atender à demanda urgente de equipar as casas da população e dos cooperantes.

As preocupações ficavam por conta das dificuldades de conseguir comida. Tudo estava racionado. “Comíamos folha de feijão, folha de abóbora. Coisa que aqui ninguém imagina comer”, relata Veronica. Apesar das dificuldades, é assim que Veronica descreve a estada em Moçambique: “O período mais feliz da minha vida e das crianças. Compartilhávamos tudo. Se conseguir quatro batatas já era um paraíso, quando me ofereceram um saco de batatas, eu falei: ‘Quando cada moçambicano tiver direito a um saco de batatas, aí eu quero o meu’. Quando você vai para um lugar, tem que ser igual a todos, não pode ter privilégios, sobretudo com aquela falta de tudo.”

Casemiro guarda uma impressão muito positiva do conjunto de brasileiros que se exilaram em Moçambique: “Todos os brasileiros, de todas as organizações, eram tidos como trabalhadores exemplares. Todos se destacaram onde trabalharam. Não resta dúvida. Não era caso excepcional o nosso, mas os brasileiros ficaram bem-conceituados. Você imagina estar num país que está avançando naquilo que você acreditou a vida toda? É um prazer. Havia gente que chorava ao ver as grandes concentrações populares, o povo apoiando o governo”. E recorda-se de uma ocasião em que participou de uma banda tocando bumbo, durante a atividade cantavam uma marchinha de Carnaval brasileira que Samora, segundo Casemiro, também havia cantarolado para provocar seus desafetos sul-africanos: *Daqui não saio, daqui ninguém me tira*.

“Em 1980, já no pós-Anistia, a família viajou de férias ao Brasil para que Veronica conhecesse o país e Casemiro visitasse a família. “Eu já não via minha mãe e minhas irmãs havia muitos anos”. E logo retornaram a Moçambique, permanecendo mais três anos, até voltarem definitivamente para o Brasil. “Quando eu disse para o ministro que não ia renovar o contrato, ele perguntou: “Você quer aumento de salário? Você quer outra casa?” Casemiro explicou que eram questões familiares. “Minha mãe havia falecido e eu nem tinha conseguido ir ao enterro, porque só tinha uma linha da Varig, era semanal, não dava tempo”. E ele queria retornar para

apoiar as irmãs. Casemiro voltou uma única vez a Moçambique, em meados dos anos 2000, quando trabalhava como gerente de Comércio Exterior num sindicato patronal da indústria de máquinas em São Paulo.



Acima: Casemiro Bruno Taleikis e a esposa, Veronica, foram padrinhos de casamento de amigos moçambicanos em Maputo



Casemiro Bruno Taleikis com colegas de trabalho em Maputo



Casemiro, Verónica e as filhas, junto a convidados e noivos

O canto da vitória

Outros militantes do PCB que se exilaram em Moçambique foram João Massena Melo Filho e a esposa Rosa Prestes, filha do secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, que, baseado em Moscou com a família, era um dos articuladores da transferência de exilados brasileiros para Moçambique. O casal chegou a Maputo com os três filhos pequenos em 25 de junho de 1978, quando a independência completava três anos e a cidade estava “infestada pelo Anoplheles”, mosquito transmissor da malária e era necessário fazer a prevenção diariamente com cloroquina.

Em sua autobiografia, Massena conta que Rosa, por seus conhecimentos em Química, foi trabalhar na Empresa Águas de Maputo, enquanto ele lecionava no Curso Propedêutico da Universidade Eduardo Mondlane, nome em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO. No livro, ele descreve a relação com os alunos que haviam iniciado seus estudos no período colonial: “Para falar com o professor, o aluno juntava os braços para frente e se curvava, em uma posição de submissão. Nós éramos chamados de ‘senhor doutor’; ‘sotore’ na pronúncia local”. Não era fácil abordar as questões culturais, estruturais, frutos da escola colonizadora, opressora, que discriminava as pessoas conforme seu nível cultural, escolar e social”.

Massena afirma que participou de várias reuniões com a ministra da Educação, Graça Machel. “Ela sempre entrava no Anfiteatro cantando e era logo acompanhada por diferentes timbres de vozes vindas da plateia. Os homens faziam as vozes graves e as mulheres, as agudas. [...] as letras das músicas exaltavam a vitória, o combate ao inimigo e a luta pela paz”.

“Os melhores anos de nossas vidas”

Não foi por acaso que o economista Beluce Bellucci citou o título do livro de Desirée de Lemos Azevedo — *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros em Moçambique* — para celebrar sua experiência naquele país.

Seu relato emocionado durante o Seminário Cinco Décadas de Independência e percurso dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), em março de 2015, não deixou dúvidas a respeito do impacto positivo que a colaboração com o governo da FRELIMO naqueles primeiros anos pós-independência provocou em sua vida. No mês anterior, em entrevista para a produção deste artigo, Bellucci não esteve menos entusiasmado ao contar suas memórias sobre esse período intenso que, em seu caso, teve duas etapas, de 1977 a 1984 e de 1986 a 1992. Sua experiência na África começou antes mesmo de sua chegada a Moçambique e perpetuaria em sua vida profissional nas décadas seguintes e até hoje. No Brasil, foi ele quem criou com outros professores e coordenou o primeiro curso de especialização em história da África.

A jornada do economista Bellucci como exilado começou em dezembro de 1970, quando o então militante do PCBR e tantos outros companheiros do partido saíram para o Chile. No ano seguinte, seu destino foi a Argélia, que estava independente da França desde 1962. Foi ali, onde viveu por cerca de um ano, que teve contato com os movimentos de libertação das então colônias portuguesas na África. Mas Bellucci ainda passaria uma temporada na França até optar pela condição de cooperante na República Popular de Moçambique.

Em companhia de sua então esposa, a economista Célia Nunes, e a filha do casal, Luanda, de seis meses, Bellucci chegou a Maputo em fevereiro de 1977. Já no aeroporto, a mensagem em uma faixa resumia o ambiente: *República Popular de Moçambique, Terra Libertada da Humanidade*. “Estava terminando o terceiro congresso, que cria o partido. O partido deixa de ser frente e passa a ser FRELIMO, só com a primeira letra maiúscula. FRELIMO, antes, era uma sigla, agora passava a ser FRELIMO marxista-leninista. Eles assumiram isso.”

Enquanto Célia ficou lotada no Ministério da Agricultura, Bellucci vinculou-se ao Instituto de Crédito de Moçambique, que, depois, na reestruturação que nacionalizou o sistema bancá-

rio, se transformou no Banco Popular de Desenvolvimento, “uma mistura entre Banco do Brasil e Banco de Desenvolvimento”. Após um estudo realizado em 1977 e 1978, criaram-se dois bancos no país: o Banco de Moçambique, que era banco de comércio exterior, banco emissor e banco comercial, e o Banco Popular de Desenvolvimento, de investimento e de crédito agrário. Apenas um continuou privado, o Standard Totta, pelo investimento que tinha na grande barragem hidroelétrica em fase de conclusão.

“E eu trabalhei no crédito agrário. Acabei conhecendo Moçambique por todo lado, visitei as empresas estatais fazendo avaliações para financiamentos e elaborando projetos. Olha, foi uma experiência muito rica. Foram três anos e meio de grande enriquecimento da minha parte. E, ao mesmo tempo, uma contribuição”. Bellucci se refere à formação de quadros. “Nós formávamos também muito técnicos. Não havia quadros suficientes no governo, no banco, no Instituto de Crédito, não havia... No período colonial, os negros eram apenas funcionários para ser contínuo. No máximo, chegavam à função de caixa. Eram um apoio. Então nós tivemos que formar de escriturários a gerentes. Tudo que você pode imaginar que o banco tem que ter, nós tivemos que fazer logo de cara. Eu entrei lá montando curso para a formação de dirigentes. E foi muito gratificante. Um ano depois, o pessoal que eu tinha formado já era gerente. Em qualquer agência que eu ia em qualquer lugar do país, encontrava funcionários que tinham sido meus alunos.”

Mas mesmo com a falta de quadros locais, o governo não colocava estrangeiros em cargos de direção. “Moçambique tinha excelentes quadros, mas eles eram poucos. Eles punham um moçambicano como diretor, mesmo sem experiência, e um cooperante estrangeiro como adjunto, que, na prática, assessorava enquanto o outro aprendia. Era assim que eles faziam. Eu achava correto isso.”

Também era comum tentarem proteger os cooperantes de eventuais perigos nas zonas de guerra. “Mas eu tinha que ir,

porque parte do projeto que eu coordenava, quando estava no Instituto do Algodão ficava em regiões de guerra e eu tinha que ir lá resolver uma série de coisas. O ministro ficava preocupado que um estrangeiro fosse sequestrado ou morto. Mas sempre fui.” As condições eram terríveis e a única companhia era o motorista. “E tinha a questão das estradas, a infraestrutura rodoviária era pouca, menos ainda as estradas asfaltadas e estas as condições eram precárias, muito esburacadas. O resto era muito pouco. Quando você saía das rotas principais que ligavam as capitais, era só estrada de terra. Íamos em veículo 4x4 ou, então, em grandes caminhões. A gente viajava e não tinha aprovisionamento nenhum pelo caminho. Saía-se pela manhã e só se encontrava lugar para se abastecer, inclusive em combustível, lá pelas 8 da noite. Então você tinha que sair com combustível suficiente, com lanche, e sobretudo água. E, às vezes, quebrava o carro no caminho. Fiquei várias vezes sozinho, no meio do mato no norte do país, vendo leões passarem...”

Nem por isso ele se queixa. “Não tinha problema. Você estava fazendo coisas, entendeu? Havia um projeto geral, um objetivo, que era definido, detalhado, que tinha sido discutido... A gente viu como era a democracia lá. Naquele momento, pelo menos até meados dos anos 80, os assuntos eram discutidos da base até em cima. O indivíduo para ser eleito deputado, por exemplo, passava por vários debates nos quais cada um dava a sua contribuição... Ao final ele podia ser mantido candidato ou substituído.”

Os desafios sociais

Bellucci lembra-se dos desafios que o governo da FRELIMO enfrentou para romper com alguns hábitos milenares que dificultavam o fortalecimento da sociedade moçambicana. Samora Machel e outras lideranças da FRELIMO lançavam mão dos pensamentos de Amílcar Cabral para convencer os mais resistentes a promover mudanças. “Amílcar até fala assim em seus textos: ‘Não pensem vocês que ser africano é comer com a mão. Os europeus também comiam com a mão a 500 anos atrás, entendeu? Não

pensem que vocês, quando vão para a batalha, vão se proteger das balas com um patuá. Os europeus, quando vêm lutar aqui, eles vêm com proteção'. Então ele fazia essa comparação, mostrando que era só uma questão de um momento histórico, de você comer com a mão, de acreditar nessas besteiras de que vacina mata. Então a FRELIMO também vai combater isso, mas ela não vai proibir, ela não proíbe a poligamia. Mas membro do partido não podia ser polígamo. Na cidade, via-se menos a poligamia. Muito pouco. A FRELIMO achou que ia mudar isso através da transformação econômica. Mudando para as aldeias comunais, trabalhar na cooperativa e tal, aí ia mudar. Não soubemos se isso iria dar certo ou não, porque não houve tempo histórico de acontecer. A FRELIMO combatia o obscurantismo da sociedade tradicional para acabar com a exploração e a alienação a que a sociedade era submetida pelas relações capitalistas e imperialistas. E por isso propunha modernizar a sociedade através da industrialização e da socialização dos principais meios de produção. E para tal combatia as relações tradicionais.”

Bellucci explica que o “lobolo”⁷, que chocou a cooperante Sonia Hypolito, existe somente na região mais ao sul de Moçambique, onde, por certas práticas agrícolas, a mulher é que faz a grande parte da agricultura e o homem faz o trabalho pesado, desmatamento, construção das casas. Então a mulher tem um valor, porque ela é quem faz o alimento de todos os habitantes da aldeia. É ela quem produz esse alimento. É ela que produz o milho, a mandioca etc. É ela que colhe e é ela que cozinha e que alimenta. E alimenta, inclusive, o filho que ela mesmo produz, e vai ser o próximo trabalhador. Então a mulher é um meio de produção, e, sobretudo, como o mestre diz, é um meio de reprodução. É ela que produz o filho. Então ela tem um valor, ela é o capital que garante a reprodução da sociedade. E isso tem implicações em relações complexas para formar alianças e evitar guerras, para apoio

7. Segundo Bellucci, a prática correspondente ao dote no mundo ocidental, que também tem valores que visam garantir a continuidade social.

em época de calamidade. Se eu troquei uma filha com a sua tribo, então, depois, na época de carestias da sua tribo, eu vou te ajudar. E na época de carestias da minha, você vem me ajudar. O lobolo, assim, são relações extremamente complexas. E que variam de região para região. Elas não são iguais.”

Bellucci conta que os africanos viviam principalmente no campo, e as cidades começaram a crescer depois da independência, em consequência dos conflitos no campo e posteriormente pelas políticas neoliberais. “Existiam bairros, os caniços, onde viviam os africanos negros, que eram os serviços dos brancos que lá moravam nos bairros chiques. Estes eram para a administração da burocracia colonial branca, aqueles para seus empregados e os serviços da administração como limpeza etc. Havia ainda o bairro dos mulatos. Nesses lugares, havia maior miscigenação também cultural... Aquilo que deu aqui no Brasil o samba, lá também o bairro dos mulatos era onde misturavam um pouco da música portuguesa e da música africana e criavam outra coisa. A FRELIMO utilizava o nome mulatos mesmo.”

Convívio

Bellucci, como os demais cooperantes entrevistados, afirma que trabalhava muito em Moçambique. “E, ao mesmo tempo, havia muita congregação”. “Todos os dias, praticamente, eu encontrava ou ia na casa de algum [brasileiro], e, aí, chegava lá, já tinha mais dois ou três, ou vinha alguém na minha casa, e, no final de semana, sempre tinha festa entre os brasileiros e os africanos, os africanos da FRELIMO, esses já urbanizados. Não era gente do povo, vamos chamar assim. Eram os quadros da FRELIMO. Vinham professores, vinham técnicos agrícolas que eram todos amigos, vinham em casa. Vinham os italianos, vinham os chilenos, vinham os argentinos. Então sempre tinha festa. E, aí, juntavam três ou quatro para comprar cerveja e tal, e depois cada um trazia alguns comes e bebes, e enchia de gente. Eram uma maravilha essas festas. Com muito diálogo, porque os italianos

traziam as discussões que se passava na Itália, os franceses, o que se passava na França, nós, o que estava acontecendo no Brasil. Então eram diálogos muito interessantes. E eram todas pessoas politizadas que iam para lá. Eram pessoas politizadas que estavam querendo conhecer e contribuir com o processo.”

E por falar em comer e beber, a dificuldade para obtenção de comida é outro tema unânime entre os cooperantes entrevistados. “Quando chegamos, tínhamos direito a uma cesta básica baratíssima. Tinha o arroz, o feijão, o óleo, o sal... Era mensal. Era praticamente de graça aquilo. A primeira coisa que o neoliberalismo fez foi acabar com isso, com essa história de subsídio ao alimento. Aí, a fome... A minha cesta, eu dava para o meu empregado, porque eu podia pagar no mercado coisas mais caras.” Mas poder pagar não era garantia de ter alimentação variada. Bellucci diz que a família, todos os dias, comia arroz e carapau “às vezes frito, às vezes ensopado, às vezes acebolado, quando tinha cebola”. “Se eu conseguisse uma cenoura, eu mandava para a minha filha, eu tinha que passar procurando em mil lugares, sabe? Então havia uma solidariedade muito grande entre os brasileiros e os outros exilados que estavam lá. E nós éramos muito bem recebidos pelo governo e pelo partido que estavam naquele momento no governo. Isso compensava muitas as dificuldades do dia a dia.”

Moçambique também inspirou a vida acadêmica de Célia. Sua tese de doutorado em Sociologia — *A armadilha. Incorporação e exclusão na sociedade do trabalho* —, apresentada na Universidade de Paris em 1996 e publicada em 2000, mesmo ano de seu falecimento, reflete acerca do processo de modernização de Moçambique, a partir da análise de teorias do desenvolvimento e da incorporação de economias periféricas ao capitalismo europeu.

Angola

Pelas ruas de Luanda, capital de Angola, uma Kombi passa com alto-falante explicando a história épica do Primeiro de Maio e convocando o povo para a festa de celebração. Um grande palan-

que foi armado, com enormes retratos de Marx, Engels e Lênin. “Em pleno continente africano, eu observava aquilo tudo, e era como se assistisse a filme surrealista. Começa a cerimônia e o locutor oficial solene anuncia: ‘Aqui, camaradas, temos, à direita, o retrato do camarada presidente, Agostinho Neto. Ali, nós temos o camarada Antônio Jacinto (ministro da Educação, careca e de com barba – rapidamente identificado como Lênin) e, a seu lado, dois cooperantes estrangeiros. Eram Marx e Engels!’”. É assim que a socióloga e ex-guerrilheira brasileira Maria do Carmo Brito, a Lia, descreve um de seus momentos como cooperante em Angola em sua biografia escrita por Martha Vianna.

A vida de Lia não foi menos cinematográfica e Vianna dedicou 20 páginas de sua obra à passagem de Lia por Angola, onde ela se exilou com o filho e com o companheiro de vida e de militância na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), organização na qual teve papel de liderança. “Os cubanos foram levados para Angola em 72 horas, numa verdadeira ponte aérea, e varreram a África do Sul para baixo. Agora, tudo o que aqueles meninos – política na cabeça, bala na agulha – queriam era aprender espanhol e o tal do marxismo-leninismo, porque assim, pensavam, seriam tão bons combatentes quantos os cubanos”.

Testemunha da guerra

“Fui naquela leva, junto com os cubanos”, conta o carioca “do morro” Jonas Paulo de Oliveira Neres. Assim com Lia, ele se refere às tropas cubanas que chegaram a Angola para ajudar no combate do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que, embora fosse uma organização anticolonial, se opunha ao governo da MPLA.

Jonas, secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia e dirigente do Partido do Trabalhadores naquele estado, foi participante do Seminário sobre os

PALOP na UFABC, oportunidade em que contou parte de sua história de exilado na África.

A independência de Angola foi proclamada em 11 de novembro de 1975 por Antônio Agostinho Neto, liderança do MPLA que passou a ser presidente do país. Jonas chegou a Angola em fins daquele ano. “Eu fiquei por seis meses nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, que era o braço armado do MPLA; estava na logística, precisava de gente de confiança absoluta para controlar todo o fornecimento às frentes de combate. E eu estava na área de armamento, munição e fardamento. Para quem conhece Angola, era no quartel de Viana. Agora, em dezembro [de 2024], eu fui lá — depois de 45 anos — e visitei o quartel de Viana, onde eu servi”.

“Eu tinha toda uma ilusão... Pelo fato de botar a farda camuflada, a boina, o cabelão, a barbicha que eu tinha, eu achava que eu estava no céu, e que era excelente ser militar de um exército revolucionário. Só que como, todo dia de manhã, eu tinha que bater continência, tinha que fazer exercício, tinha que saudar a bandeira, eu comecei a ver que o exército era exército de qualquer jeito, que era melhor eu cair fora do exército, porque não era a minha vida. Mas eu não me desliguei das MPLA”.

Jonas segue seu relato analisando sob o ponto de vista de “quem viveu na esquerda, quem tinha expectativas na esquerda, de como foi conviver com o socialismo”. “Quem conviveu e viu esse momento e viu as transformações ocorrendo dentro de um processo em que os cubanos tinham uma força e tinha uma força do socialismo real do Leste, e nós ali no meio daquela confusão.”

Cooperativas

Em abril de 1976, Jonas já estava em Malanje, capital da província de mesmo nome, ao norte de Angola, e passa a morar na Obra Social Maxinde, uma comunidade localizada na periferia da cidade e organizada por padres bascos, “todos simpatizantes da ETA, que apoiaram a luta do MPLA, participando diretamente”.

Ali, convivia com integrantes da Juventude MPLA de Malanje, com os quais também trabalhava.

“Bom, nós organizamos toda a província de Malanje com cooperativas. Eu conheço Malanje de ponta a ponta. Tínhamos um problema muito grande, que acho que começa a se citar nessa questão da visão tradicional, da construção do socialismo e tal, não tinha o Estado, o DRN [Departamento de Reconstrução Nacional] promovia a organização cooperativa, nós tínhamos mais de 120 cooperativas organizadas que operavam em toda a área da Província de Malanje, que é uma das províncias mais ricas agricolamente de Angola [...] uma província forte, fortíssima no algodão, fortíssima na pecuária de corte e fortíssima no fumo, no tabaco”.

Começaram, então, a enfrentar alguns problemas devido a divergências dos camponeses com o modelo econômico e, também, com o avanço da zona de guerra. “Primeiro, o Estado começa a se estruturar e entra com a ideia da planificação centralizada, com muita influência da Juceplan⁸ cubana. Era para construir, porque havia a presença dos vietnamitas, estavam lá conosco, estavam lá os coreanos, estavam lá os búlgaros, estavam os da Alemanha Democrática, estavam os cubanos e estavam os russos, os russos em menor escala, mas presentes, principalmente, na tecnologia, e, também, na alimentação enlatada, imediata, para suprir a situação da guerra, era uma situação de guerra.”

Jonas explica onde as tropas estavam localizadas. “O país, quando nós chegamos, só tinha Luanda, a 20 quilômetros acima, lá para a banda de Quifangondo, estavam as tropas do Norte, inclusive com pessoas do exército chinês, junto com mercenários americanos e o exército do Zaire. E, no Sul, vinha a África do Sul com a UNITA, que chegou a 60 quilômetros de Luanda, e nós [ficamos] presos em Luanda, completamente ilhados, e fomos fazendo o movimento de ampliar a nossa força. E o único canal

8. Juceplan, Junta Central de Planificação, comissão econômica criada por Ernesto Che Guevara.

livre que havia na época era Luanda-Malanje, através da Estrada de Ferro Luanda-Malanje, por isso nós tínhamos uma forte organização do MPLA lá.”

Crescem as divergências. “É quando começa a organizar o Estado, e o Estado vem com a teoria socialista de organização do Estado, da economia planificada, e nós começamos a debater entre um povo que tinha fome, numa guerra que tinha dizimado completamente todo o rebanho, que tinha dizimado toda a estrutura produtiva, com fome, e a gente operando na direção de combater a fome e aparece a ideia da estrutura de rendimento. [...] E aí entra a ideia de que nós tínhamos que produzir para gerar divisas. Então foi um grande embate com os camponeses, porque nós tínhamos uma organização horizontalizada, com fluxo vai-vém perfeito, uma coisa que é a matriz da igreja, a gente já conhece como é a matriz da igreja, que se organiza, e nós vivemos essa tensão permanente. Aí, eu fui nomeado, inclusive, adjunto do DRN e, logicamente, filiado ao Movimento Popular de Libertação de Angola, na época, ainda podia [filiar estrangeiros]”.

A tensão permaneceu muito tempo entre os não-alinhados, com uma abertura para o Ocidente e o fechamento com o Bloco Soviético. “Esse era um embate. Até que Fidel Castro entra no jogo, define uma linha não-alinhada, rompe com a estratégia soviética para firmar uma linha não-alinhada na parceria com o [presidente] Neto, porque o Neto era um camarada que tinha uma abertura muito grande, inclusive, para o Brasil. Estavam importando tratores brasileiros e os russos mandando os tratores Belarus, que eram os tratores que eles mandavam para lá. Inclusive, a gente pegou alguns no porto, quando a gente bateu no ferro do trator, caiu a quinta toda enferrujada, ou seja, material de segunda, de terceira, que eles empurravam, e sem nenhuma capacitação, sem nenhuma formação, sem nenhuma possibilidade de produzir peças etc. E o Neto reagia a isso, porque o Neto esperava construir uma outra perspectiva”

Na avaliação de Jonas, foi ficando nítida a divisão entre os soviéticos e os cubanos, “tanto é que foram expulsos dois navios carregados de russos e companheiros nossos, brasileiros que estavam lá, que eram do Partido Comunista, foram presos”. “Foi uma das coisas, uma das manchas maiores, eu acho, que aí começamos a perder o processo de vez de Angola nesse momento, porque foi um massacre.”

Divisão interna

Devido ao conflito interno entre frações do MPLA, foi morta em maio de 1977, aos “21 ou 22 anos”, uma jovem que fora namorada de Jonas. “Eu fui chorar a morte dela 30 anos depois, aqui, porque encontrei o irmão dela, que estava representando o MPLA num Congresso do PT e ele me falou que tinha acabado de receber o atestado de óbito dela. Ou seja, uma guerra fratricida interna daquelas coisas da pior dimensão que posso falar em relação à divisão na esquerda. Uma coisa, assim, terrível. O negócio não foi brincadeira. E se afirmou no poder. E acho que aí começou, de fato, a se consolidar uma tendência que vinha por baixo da criação justamente daqueles que se apropriavam, das famílias que se apropriavam do Estado.”⁹

José Eduardo Santos, que fora chefe de Jonas no DRN, foi quem assumiu a Presidência da República a partir de 21 setembro de 1979, após a morte de Neto. “[A morte] é uma coisa que todo mundo discute como ocorreu. Objetivamente, ele saiu com um câncer para se tratar em Moscou e morreu. Então muitos acham que “morreram” com ele. Porque ele era uma figura forte numa visão da construção de uma dimensão, de um desenvolvimento, de um socialismo que tivesse diálogo com as condições históricas e culturais, políticas e econômicas e ambientais, vamos dizer assim, na linguagem de hoje, de Angola. O partido se dividiu, os cubanos entraram objetivamente e, a partir daí, se começou a estabelecer

9. O depoimento completo de Jonas no Seminário está no seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=t5esnAY5z68>

um regime fortemente amparado num serviço de segurança, um Estado policial de fato”. Foi a partir desse momento, também, que ficou proibida a filiação de estrangeiros a MPLA. “Até me orgulho muito, eles me ofereceram a nacionalidade angolana, na época eu perderia a brasileira, se eu quisesse”.

Petróleo e fome

O Brasil, ainda sob ditadura militar, “foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e chega por lá com a Odebrecht”. “Chega forte na área do diamante, porque Angola era petróleo e diamante, já era o controle estrangeiro, nunca se perdeu o controle americano sobre o petróleo, mas intensifica essa questão do petróleo, e a economia centrada nisso e um certo esvaziamento total do processo de produção econômica a partir dessa mudança, porque se buscava um caminho outro. E começou, de fato, fome, dizimando plantações, seca, crises terríveis, sem capacidade, o Estado não tem nenhuma capacidade de resposta, e o Estado voltado, objetivamente voltado [para] dentro da concepção de produção planificada, de tentar produzir bens de rendimento, culturas de rendimento e não para a indústria e para a exportação, reativar a produção de algodão, de tecido e tal, coisas desse gênero”

Segundo Jonas, quando do primeiro plano de desenvolvimento quinquenal de Angola, ele coordenava as cooperativas. “Passou uma pessoa da Juceplan com o nosso ministro do plano, e conversou comigo, e aí eu apresentei as metas de produção das cooperativas, porque eu, sonhando ainda com o Partido, dentro das definições do Comitê Central e do Birô Político do MPLA, eu fiz assembleias e tirei as propostas de produção e montamos um plano democrático, discutido com a base. Uma mulher de Cuba chegou para mim, quando olhou assim, 70% mandioca, 30% feijão, 10% algodão, ela disse assim para mim: ‘Isso aí não vale. Aqui, o senhor tem essas metas para fazer’. Aí me apresentou as metas. Aí, eu disse à secretária, à delegada: ‘Olha, não tem como refazer

todo esse trajeto de dois meses fazendo o plano. Cinco dias depois, eu estou em um ato lá no município do Dondo, aí o ministro chega, o ministro [da Agricultura, Manuel Pedro] Pacavira, africanista, ele virou para mim e disse: ‘Brasileiro, por que é que tem fome nos musseques [favelas] de Luanda? Aí eu expliquei para ele, vou dizer para vocês qual era o processo: ‘Se organizou a comercialização e distribuição de produtos agrícolas, igual o Acopio¹⁰ cubano’. Só que Cuba é uma ilha, Angola é um país de 1,2 milhão de quilômetros quadrados¹¹, se eu não me engano.”

Jonas explica como era a distribuição. “A produção da comunidade vem para a Encodipa (Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas). Ela vem para a Encodipa comunitária, da comunitária vem para a municipal, da municipal vem para a provincial, da provincial vai para a nacional, da nacional vai para o Ministério Grossista, o comércio Grossista, que é atacadista, e, depois, vai para o retalho. Então a batata que eu produzo a 1,50, lá em Luanda, ela está a 17 kwanzas. O kwanza estava paritário com o dólar, na época. Então o kwanza é um dólar.”

O ministrou o desafio: “O senhor tem condições de botar nos musseques a produção?” Jonas respondeu: “Tenho. Se o senhor me der sete dias, eu faço. Rodando e tal, eu botei 27 caminhões com produtos dentro do musseque lá na Sambizanga e no Cazenga [localidades de Luanda]. Botamos lá, foi uma loucura, em meia hora, acabou toda a produção, e eu tive como prêmio, quando eu voltei para Dalatano, cheguei e tive uma invasão de mais de 40 cubanos no meu gabinete, dizendo: ‘Você quer expulsar a gente daqui?’. Eu respondi: ‘Foi o ministro que mandou’”.

Jonas conta que uma ideia também era organizar aldeias comunitárias inspiradas no modelo moçambicano. “Aí vem a ordem: ‘Não. Vocês vão ter que fazer aldeias comunitárias conforme os

10. Acopio era uma empresa estatal cubana que comprava e distribuía alimentos produzidos no país.

11. A extensão territorial de Angola, segundo o site oficial do governo, é de 1.246.700 km².

nossos amigos cubanos e soviéticos nos orientaram’, que eram casas gêmeas. Casas gêmeas na roça. Mas fizemos, com banheiro, com tudo, conforme pedem as casas gêmeas. [Tipo] Minha casa, minha vida, certo? Bom, fizemos lá, e aí Fidel Castro veio visitar a comunidade um mês depois. Nós tínhamos que refazer tudo, porque as pessoas, para fazer as necessidades, faziam fora, cozinhavam fora, ninguém usava a cozinha, certo? A banheira era usada para armazenar água ou armazenar bens, certo? E ninguém tinha saber de usar aquela casa. Então nós dissemos justamente, olha, ou nós vamos fazer algo que se adapta à cultura, que era a nossa ideia de trabalhar em casa com tecnologia de barro e tal, uma tecnologia popular que a gente dominava, e vamos fazer na concepção que as pessoas têm ou nós não vamos conseguir fazer. Então foi interessante também que nós ganhamos essa batalha”.

Perspectivas

Jonas considera que, atualmente, em Angola, “estão tentando encontrar o caminho”. “Há uma pista, há uma luz no fim do túnel, que eu acho que para nós é importante discutir no Brasil.” Segundo Jonas, “eles querem muito parceria conosco, pedem muito, esperam muito do governo do presidente Lula. E hoje eles têm uma linha muito definida em relação à agricultura familiar. E eu levei para lá a agricultura familiar da Bahia, nós fazemos justamente parceria com a ADRA¹², que é uma associação autônoma, certo? Mas o Estado acompanha para a agricultura familiar. Nós trabalhamos justamente a questão da alimentação, da produção de alimentos, do combate à fome e da garantia de renda às famílias da agricultura familiar. Essa é uma das prioridades dele, depois eu posso falar mais coisas, mas eu achei que abriu uma porta importante. E eu fui para lá também com a união de Maricá. Nós discutimos a Universidade Livre do Carnaval que nós estamos construindo a partir de Maricá e da Bahia e que Luanda é a inspi-

12. ADRA, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.

ração para nós fazermos essa Universidade Livre do Carnaval para profissionalizar os invisíveis da economia do Carnaval.”

Guiné-Bissau

Influenciador de todos os movimentos independentistas na África e tão reverenciado pelos participantes do Seminário sobre os PALOP na UFABC, Amílcar Cabral, nascido na Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) foi o fundador, em 1959, do então clandestino Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Revolucionário incontestado, Cabral era referência também para lideranças da esquerda brasileira. No livro de Desireé Azevedo, pode-se ler uma carta que o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes escreveu a Cabral, a quem chama de “companheiro”, datada de 20 de fevereiro de 1970. Arraes relata sua preocupação pelo fato de militantes brasileiros participarem de ações urbanas sem nem mesmo saber como usar um revólver, e faz um apelo. Pede que Cabral receba “de 2 a 4 companheiros” do Brasil para “um estágio” na Guiné no tema de manejo de armas.

Cabral seria assassinado em 20 de janeiro de 1973, em Conacri, capital da Guiné¹³, por dois membros de seu próprio partido. Após a morte de Cabral, a luta armada se intensifica e a independência de Guiné-Bissau é proclamada, unilateralmente, em 24 de setembro de 1973. Seu meio-irmão, Luís Severino de Almeida Cabral, foi nomeado o primeiro presidente do país.

Em seu gabinete, estava, entre outros, o escritor e poeta Vasco Cabral, que comandou os Ministérios da Economia e Finanças e do Planejamento de 1974 a 1982. Foi ele quem convidou um economista brasileiro nascido na França e de origem polonesa para a missão de colaborar no I Plano Nacional de Desenvolvimento. Era Ladislau Dowbor.

Dowbor fazia parte da direção da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando foi preso e torturado pela repressão no

13. Atual República da Guiné, que foi colônia francesa.

Brasil. Sua então companheira, a psicóloga Pauline Philipe Reichstul, e outros cinco membros da VPR, foram torturados até a morte no episódio conhecido como Chacina da Granja de São Bento, operação montada em 8 de janeiro de 1973, pelo delegado Sérgio Fleury, o infiltrado cabo Anselmo e o agente do DOPS Carlos Alberto Augusto, na cidade de Paulista, Região Metropolitana do Recife, capital pernambucana.

Exilado, Dowbor viveu inicialmente na Argélia. Ainda nos anos 1970, lecionou finanças públicas na Universidade de Coimbra, em Lisboa. Na Guiné-Bissau, tornou-se coordenador técnico do Ministério de Planejamento de 1977 a 1981. Lançou, em 1983, um livro sobre o Plano Econômico que ajudou a construir. Na publicação, Dowbor conta que, em 1974, Guiné tinha cinco médicos, e ironiza: “resultado de modernização colonial portuguesa”.

Escreveu logo na introdução: “A Guiné-Bissau faz parte do que se chama hoje o grupo dos “Menos Avançados”, grupo dos 31 países que preenchem os tristes critérios das Nações Unidas, caracterizando-se por uma renda per capita da ordem de 150 a 200 dólares. (O Brasil tem 1700, a Polónia, 3500, os Estados Unidos, 11000, a Suécia e a Alemanha, algo como 12000). Além do per capita, as características comuns são cerca de 80 por cento da população na agricultura, 80 a 90 por cento de analfabetos, um consumo de energia ridículo, o que significa que o essencial é feito com as mãos.”

Antes de explicar o Plano, teceu inúmeras considerações sobre diversos aspectos do manejo econômico. Sobre a política de investimento adotada, ressaltava o fato de metade dos recursos ter se concentrado na capital, Bissau, ainda que apenas 14% da população vivesse ali. Embora considerasse compreensível, Dowbor indicava que não se justificava, pois “um dos desequilíbrios fundamentais herdados do colonialismo e que devem ser corrigidos é justamente o desequilíbrio entre a capital e o interior”.

Numa entrevista ao podcast Filosofia Pop¹⁴, há três anos, Dowbor declarou: “Muito antes do Fome Zero aqui [no Brasil] e antes de conhecer o Lula e os programas daqui, propus na Guiné-Bissau de organizar um plano de quatro anos em que o eixo central seria a liquidação da fome no país. Porque isso mobiliza as pessoas. ...Não tem como você ver o lado bonito das letras quando você tem criança passando fome.”

Dowbor refere-se ao que, no I Plano, chamou-se Auto-Suficiência Alimentar como Objetivo Nacional Estratégico. Em suas orientações, lemos: “De nada adiantam ordens, planos e orientações que não mobilizam quem efetivamente produz e, neste sentido, o I Plano deverá fixar metas, ainda que modestas, em torno das quais o conjunto da população possa se organizar e se sentir participante”. Mais adiante, o Plano realça a importância da formação de quadros e da adaptação do aparelho do Estado às exigências do desenvolvimento.

Nas conclusões do livro, um desejo: “A construção de uma economia e de uma sociedade próspera e livre foi conseguida por outros povos, e aqui também existem as capacidades necessárias e a vontade de vencer as dificuldades. Nisto estava o sentido da luta, e hoje o sentido do trabalho: deixar aos filhos um país melhor”.

Na Guiné-Bissau, Dowbor foi contemporâneo da já prestigiado educador Paulo Freire, e sobre isso comentou na mesma entrevista: “Eu participei, inclusive, de reuniões com Paulo Freire e com ministros. É muito interessante porque a língua do colonizador era a língua escrita. E você fazer as pessoas se identificarem que estão se libertando porque estão adquirindo as letras do colonizador é um dilema, é um problema grande. Então, na realidade, você veja como a linguagem é importante. A Guiné tem vários idiomas, e eles criaram a língua comum que é o crioulo. Para te dar um exemplo, as pessoas veem uma besteira que algum político faz, eles balançam a cabeça e dizem em Criolo: “Como é que a

14. <https://www.youtube.com/watch?v=tKIDazZjfVw>, acessado em 3 de abril de 2025.

terra pode ir para frente?” É um exemplo. É charmoso. Mas o interessante é o seguinte, eles criaram uma língua que permite eles se entenderem entre furas, mandingas, balantas e outros, certo? Mas que o [colonizador] português não entendia. Ou seja, a resistência cultural é uma coisa extremamente forte. Mas seria muito complicado você começar a alfabetizar em crioulo, que é uma língua que não tem literatura, que é uma reação.”

E dá mais detalhes. “O Paulo [Freire] tinha uma grande amizade com o ministro da Educação [Mário Cabral] ali e, também, com Mário [Pinto] de Andrade, que foi um dos criadores do MPLA de Angola. E que foi também um grande amigo meu. A gente conviveu muito. Então a gente cruzava. Eu era diretor técnico do Ministério do Planejamento. Você tinha o pessoal da Educação, você tinha o pessoal da Cultura. E tudo isso aí virava uma coisa só. A gente pensava como é que se resgata a apropriação do desenvolvimento pelos próprios guineenses”.

Foi ao ministro Mário Cabral, da Educação, que Freire escreveu 11 das 17 cartas que publicou em seu livro *Cartas à Guiné-Bissau, registros de uma experiência em processo*, sobre o primeiro ano de trabalho naquele país, na segunda metade dos anos 70. Dedicou a obra “a Amílcar Cabral, educador-educando de seu povo”.

Quando a ditadura depôs o presidente brasileiro João Goulart, Paulo Freire estava a serviço do Ministério da Educação, envolvido com formação de professores e com um ousado plano nacional de alfabetização. Havia recém-realizado a experiência que lhe daria muita visibilidade de alfabetizar 300 trabalhadores rurais em tão somente 40 horas no município de Angicos, no estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. Depois de ser preso por duas vezes, Freire exilou-se inicialmente na Bolívia, depois no Chile, nos Estados Unidos e na Suíça.

Paulo Freire também já era veterano em África. Havia passado por uma experiência na Tanzânia, onde aterrissou em 1970 “como quem voltava, e não como quem chegava”. Ali conheceu os movimentos de libertação que estavam em plena ascensão no con-

tinente. Mesma sensação de “sentir-se em casa no chão africano” o acompanhou em Guiné-Bissau, onde iniciou sua colaboração no desenvolvimento do programa nacional de alfabetização em 1975. Chegavam com ele também professores do Instituto de Ação Cultural (IDAC), que havia fundado com outros exilados brasileiros.

“A nossa opção política e a nossa prática em coerência com ela nos proibiam, também, de pensar sequer que nos seria possível ensinar aos educadores e aos educandos da Guiné-Bissau sem com eles aprender”, escreveu. O educador termina o livro reconhecendo que ainda teria que debruçar-se mais sobre a questão da língua: “De fato, o problema da língua não pode deixar de ser uma das preocupações centrais de uma sociedade que, libertando-se do colonialismo, se dá ao esforço de sua re-criação. E neste esforço de re-criação da sociedade a reconquista pelo Povo de sua Palavra é um dado fundamental”.

Sua experiência o levaria, depois, entre 1975 e 1980, a outros países recém-libertados da colônia portuguesa: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola.

A contribuição de Ladislau Dowbor e de Paulo Freire foi enaltecida pelo ex-ministro guineense Huco Monteiro¹⁵, que ocupou as pastas da Educação e de Negócios Estrangeiros e foi também vice-presidente da Guiné-Bissau numa gravação¹⁶ de nove minutos que Dowbor mantém em seu site. Os dois tinham se encontrado a última vez em São Paulo em meados dos anos 90. Mas 30 anos depois lhe chegou o emocionado recado.

Huco não economiza no reconhecimento, “apreço e admiração” e diz que conheceu Dowbor em duas dimensões: “Enquanto téc-

15. João José da Silva (Huco) Monteiro foi também Conselheiro do Presidente da República nas áreas da Educação e Saúde. Foi presidente do Conselho de Administração do Ecobank na Guiné-Bissau, fundador e presidente do Conselho de Administração da Universidade privada Colinas de Boé, foi Secretário Executivo de Secretariado Nacional de Luta contra a Sida (SNLS). Em 2014, ganhou o concurso público para o posto do Comissário para Recursos Humanos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

16. <https://dowbor.org/2014/01/huco-monteira-depoimento-da-guine-bissau-trabalho-no-exilio-tempos-da-nossa-ditadura-e-de-reconstrucao-de-um-pais-destruido-audio-9-minutos.html>

nico de Economia, ou enquanto professor, as duas coisas estavam ligadas. Lembro-me de Ladislau, um homem acessível, muitíssimo acessível para as responsabilidades que ele tinha na altura, e para os conhecimentos que ele tinha, era muito humilde, muito modesto. Essa é a primeira nota. A segunda nota era a sua vontade de ensinar. Aliás, a vontade de ensinar que ele tira do gabinete do Plano para, enfim, dar aulas no Liceu. Dava aulas de Economia no sexto e no sétimo ano. Mas uma vontade de ensinar diferente. Não ensinar a Economia como se ensinava, mas a Economia numa perspectiva crítica. [...] Portanto, ele desenvolveu no nosso seio, no seio da juventude, não só o gosto pela Economia, mas algum criticismo na análise social e econômica. Foi uma coisa interessante. Desenvolvia, além das aulas normais, ciclos de palestras, de conferências. Ele falava, naturalmente, como intelectual latino-americano, livre, já era livre no país dele, o que fará aqui na Guiné-Bissau. E, por isso, destacava-se, e era muito amado no seio da juventude. Ele formou, isso é outra coisa importante, com base naquilo que ele fazia no liceu, em termos de aulas e de conferências, formou o primeiro grupo de futuros economistas da Guiné, e que, depois, desempenharam funções de relevo na nossa política governante do país”.

O guineense segue fazendo elogios também a Paulo Freire. “Podemos dizer hoje que a escola do pensamento econômico dominante aqui na Guiné-Bissau está muito ligada ao Paulo Freire e a Ladislau Dowbor, em particular. Ele é que formou essa juventude, ele é que desenvolveu os estudos econômicos aqui na Guiné-Bissau.”

E finaliza com um agradecimento a Dowbor, Freire e a todos que contribuíram naquela fase decisiva: “Aproveito para agradecer a amizade, a atenção que eles dedicaram à Guiné-Bissau, naqueles momentos cruciais da nossa vida. Infelizmente estamos a atravessar um período difícil da nossa história, mas isso faz parte da vida dos países. A exemplo do que aconteceu no Brasil, na América Latina, eu tenho a certeza de que pronto, pronto, vamos encontrar o bom caminho e, enfim, cumprimos com aquela missão que nos foi confiada por Amílcar Cabral, que é de construir a paz, o pro-

gresso, a prosperidade, a felicidade do nosso povo. Em nome do Ladislau, do Paulo Freire, de todos eles que ficarão gravados em letras de ouro, digamos, nas memórias de pessoas da minha geração. Eu tenho a certeza de que estou a falar em nome de todos, com muita propriedade, e os outros se reconhecem nas minhas palavras. Obrigado.”

Referências

- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros em Moçambique*. São Paulo: Anna Blume, Fapesp, 2013.
- DOWBOR Ladislau. *Guiné-Bissau: a busca da independência econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- Download gratuito aqui: <https://dowbor.org/1983/09/ladislau-dowbor-guine-bissau-a-busca-da-independencia-economica.html>
- FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau, registros de uma experiência em processo*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.
- MELO FILHO, João Massena. *Kanimambo. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Entrevistas remotas concedidas à autora:

Beluce Bellucci, em 17 de fevereiro de 2025 (e outras várias consultorias, às quais agradeço imensamente).

Carlos Frederico Marés de Souza Filho, em 18 de março de 2025.

Carlos Lichtsztejn, em 20 de fevereiro de 2025.

Sonia Hypolito Lichtsztejn, em 13 de fevereiro de 2025

Entrevistas presenciais concedidas à autora:

Casemiro Bruno Taleikis e Veronica Graciela Urzúa Ytier, em 25 de março de 2025.

Este livro reúne parte das contribuições apresentadas durante o Seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dias 13 e 14 de março de 2025 no campus São Bernardo da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O Seminário foi concebido e organizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio do Núcleo de Cooperação Internacional, contando com a parceria da UFABC, através do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Bacharelado de Relações Internacionais, do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e do Centro Acadêmico de Relações Internacionais.

O Seminário e esta publicação são contribuições que a Fundação Perseu Abramo oferece no sentido de ampliar a relação do Partido dos Trabalhadores com os partidos políticos e com os movimentos sociais do continente africano. Os textos a seguir demonstram a importância e a urgência de preenchermos esta lacuna. Boa leitura



PARCERIA



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**
BRASIL E PARAGUAI



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores